



Operação de Reabilitação Urbana - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana



Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

Entidade Promotora e Gestora | Câmara Municipal do Fundão

Março 2020



..."Alpedrinha abre de longe os braços: alveja e paira, afogada em rosas e frescura. Dos muros pendem madressilvas em flor, que entornam, como dum vaso a transbordar, um cheiro doce e tépido de alcova. E – supremo encanto da serra! – os rouxinóis, ocultos por dezenas nos recessos das frondes, soluçam, à beira dos ninhos, onde as fêmeas velam, baladas de ternura"...

Jaime Cortesão, *Alpedrinha e as varandas da Gardunha*.

..."O viajante teve de retirar-se foi apenas ver as ruínas do palácio, os fogaréus e urnas da entrada, as janelas entaipadas umas, outras, abertas para o céu cor de leite. Veio descendo, até à estrada e, quando lá chegou, olhou para trás. Estranha terra esta. A estrada passa-lhe ao pé, c o r t a - a pelo meio, e contudo é como se passasse entredois muros que nada deixassem ver. Não faltam povoações escondidas, mas esta Alpedrinha é secreta."...

José Saramago, *Viagem a Portugal*



Índice

1. Introdução	6
2. Caracterização e Diagnóstico	8
2.1. Enquadramento regional.....	8
2.2. A sub-região da Cova da Beira	9
2.3. O Concelho do Fundão.....	12
2.4. Acessibilidades.....	13
2.5. Indicadores demográficos e de desenvolvimento.....	15
2.6. Caracterização empresarial	26
2.7. As Aldeias da Gardunha.....	36
2.8. A Vila de Alpedrinha.....	36
2.8.1.Localização Territorial.....	36
2.8.2.A Freguesia	38
2.8.3.Indicadores demográficos e de desenvolvimento da freguesia.....	39
2.8.4.A origem e evolução histórica de Alpedrinha.....	41
2.8.5.Imóveis Classificados e em vias de classificação	48
2.8.6.Arquitetura Religiosa	51
2.8.7.Arquitetura Civil Residencial e de Equipamento	54
2.8.8.Chafarizes/Fontes e Fontanários.....	60
2.8.9.Caracterização do Edificado.....	62
2.8.10. Análise Morfológica e Estrutura Urbana	66
2.8.11. Regime de propriedade.....	70
2.8.12. Instituições.....	70
2.8.13. Dinâmica Cultural de Alpedrinha.....	74
2.8.14. Uma ideia e um projeto transfronteiriço de grande impacte social, cultural e económico.....	91
2.8.15. Aldeias de Montanha.....	94
3. Opções estratégicas de reabilitação da ARU	
96	
3.1. Visão sistema urbano.....	96
3.1.1.Visão para o sistema urbano da Região Centro.....	96
3.1.2.Programa Operacional Regional do Centro de Portugal (2014-2020).....	96
3.1.3.Visão da Nova Carta de Atenas 2003	97
3.1.4.Reabilitação urbana – Um processo prospetivo	98
3.1.5.Articulação com políticas de ordenamento e desenvolvimento	99
3.1.6.Financiamentos Europeus e Nacionais das Ações de Reabilitação Urbana	103



4. Opções estratégicas de reabilitação da ARU, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município

104

4.1. Plano de Ação Eixos de Intervenção.....	104
4.1.1.Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano.....	104
4.1.1.1. Introdução.....	104
4.1.2.Objetivos Específicos	105
4.1.3.Metas e Resultados	105
4.1.4.Visitação e Animação.....	105
4.1.4.1. Introdução.....	105
4.1.5.Objetivos Específicos:.....	106
4.1.6.Metas e Resultados	106
4.1.7.Revitalização do Tecido Económico.....	107
4.1.7.1. Introdução e Objetivos Específicos.....	107
4.1.8.Metas e Resultados	107
4.1.9.Implementação/Acompanhamento e Avaliação.....	108
4.1.9.1. Parceria Local – Caracterização do Modelo Organizativo	108
4.1.9.2. Conselho Local de Alpedrinha	109
4.1.10. Plano de comunicação e informação.....	109
4.1.10.1. Objetivos Específicos.....	110
4.1.10.2. Metas a Atingir	110
4.2. ORU	111
4.3. Área de Reabilitação Urbana	114
4.4. Prazo de execução da operação de reabilitação urbana	115
4.5. Prioridades e objetivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana	115
4.6. Modelo de gestão da ARU e de execução da respetiva operação de reabilitação urbana	116
4.7. Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana	117
4.7.1.Quadro de apoios e incentivos	117
4.7.2.Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana no âmbito da ARU	117
4.7.2.1. Procedimento/metodologia e Critérios de Reabilitação Urbana	117
4.7.2.2. Incentivos de natureza fiscal.....	117
4.7.2.3. Incentivos de natureza financeira.....	121
4.7.2.4. Incentivos de natureza legal e procedimental	121
4.7.3.Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana criados pelo município.....	121
4.7.3.1. Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA)	121
4.7.3.2. Critérios de reabilitação urbana	128



4.8. Incentivos de natureza fiscal.....	128
4.9. Incentivos de natureza financeira.....	130

5. Condições de aplicação dos instrumentos de execução de reabilitação urbana

131

5.1. Anexo I - Planta da área de reabilitação urbana.....	133
5.2. Anexo II – Formulário de Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU – Incentivos Fiscais.....	138
5.3. Anexo III – Formulário de Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU – Incentivo Financeiro – Outros Incentivos.....	140
5.4. Anexo IV – Formulário de Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU – Incentivo Financeiro Municipal - Fundo de Regeneração de Alpedrinha	142
5.5. Anexo V – Declaração de compromisso de início de obras e compromisso do prazo de execução.....	144
5.6. Anexo VI – Relatório Técnico Inicial	145
5.7. Anexo VII – Relatório Técnico Final	146
5.8. Anexo VIII – Ficha para identificação do valor arquitetónico do imóvel.....	147
5.9. Anexo IX – Ficha de cálculo para atribuição do Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA).....	149
5.10. Anexo X – Ficha de cálculo para atribuição do Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA) – Casas a arrendar.....	150

6. Bibliografia / Documentação de Suporte

151

1. Introdução

A reabilitação urbana constitui uma prioridade para a Câmara Municipal do Fundão, uma vez que a degradação do tecido urbano aumenta a um ritmo superior à sua recuperação.

Na sequência da Operação de Reabilitação Urbana (**ORU**) já desenvolvida para a Zona Antiga do Fundão, a Câmara Municipal do Fundão resolveu aumentar o âmbito de aplicação desta estratégia com a criação de uma Operação de Reabilitação Urbana para a Vila de Alpedrinha, uma vez que tem tido uma enorme adesão como instrumento de incentivo face aos apoios financeiros e fiscais implementados. Assim, serve o presente documento para definir um conjunto de medidas destinadas a agilizar e dinamizar as intervenções neste contexto tendo como base o Regime Jurídico de Reabilitação Urbana.

Por outro lado, o Regulamento da Paisagem Protegida de Âmbito Local da Serra da Gardunha promove também as intervenções e as boas práticas na paisagem natural enfatizando através desta, a beleza da paisagem construída – o núcleo urbano da Vila de Alpedrinha. No nosso entendimento a Serra da Gardunha - que abraça Alpedrinha – é assumida como um ícone do Fundão pelo que tem sido alvo de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável preconizada no Plano de Ordenamento de Paisagem que integra as orientações do Plano de Dinamização da Gestão dos Baldios da Serra da Gardunha e da Agenda Gardunha 21.

O Regulamento da Paisagem Protegida de Âmbito Local da Serra da Gardunha é o resultado do empenho demonstrado pelos Municípios do Fundão e de Castelo Branco na prossecução do desenvolvimento sustentável, conservação e preservação desta área, nomeadamente através da promoção do procedimento da classificação desta área de paisagem como paisagem protegida do âmbito local.

Neste contexto, a Câmara Municipal do Fundão tem estabilizado o entendimento de que a reabilitação urbana surge como resultado de um processo dinâmico multidimensional que tem por base um trabalho de planeamento estratégico como recurso fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável do concelho. Assim, desde 2002 e no alinhamento com este entendimento, a autarquia avançou com um plano de ação, traduzido em diferentes vetores.

A priorização do núcleo urbano de Alpedrinha deve-se ao facto de ser um dos mais importantes núcleos do concelho face à sua dimensão, peso demográfico e riqueza patrimonial, sendo considerado por muitos como a “joia” da Cova da Beira. De resto, o historiador e investigador Joaquim



Candeias da Silva refere no seu livro “O concelho do Fundão – História e Arte / Vol I. Ao Sul da Gardunha (O antigo concelho de Alpreada / Castelo Novo)”, uma edição da Câmara Municipal do Fundão, que o património construído de Alpedrinha “é ainda dos mais vastos e valiosos, podendo dizer-se que todo o casco da vila antiga é um conjunto patrimonial, bem digno de ser preservado e protegido como mais uma aldeia histórica de Portugal. Ele são igrejas e capelas, lugares de memória de grande relevância e elementos fundamentais da identidade histórico-cultural da terra; ele são os palacetes de gente abastada, ou as simples portadas e os alpendres já gastos de casas humildes; ele são os largos, as fontes, as calçadas, os “frades” das esquinas, as azenhas, os seus eflúvios.... Como bem observou o reputado historiador Jaime Cortesão, «Da Idade Média se diria ser o maior número de casas, construídas em toscos blocos de granito, sem aparelho nem reboco; da época manuelina a graça das janelas, com o arco cimeiro recortado e às ondas, como se de longe refletissem as flutuações do mar; do Renascimento alguns vestígios de clara arquitetura; e do século XVIII bastas recordações barrocas nas moradas de Deus e nas dos homens»

Desta forma torna-se pertinente travar a sua degradação e descaracterização com a criação e implementação de instrumentos específicos que promovam obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos imóveis tendo sempre em consideração um conjunto de critérios de intervenção que dignifiquem o conjunto e travem a descaracterização crescente, de forma a preservar a memória da vila.

O **Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo** (publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 145/2013 de 7 de Fevereiro), incidiu na criação de critérios que, em complemento com a presente estratégia irão incentivar e potenciar um maior número de intervenções nos imóveis que compõem o núcleo de Alpedrinha, com o intuito de dignificar a malha urbana e a envolvente paisagística, tornando-a atrativa para a fixação de novas famílias, mais apelativa para as famílias existentes e por conseguinte para o desenvolvimento ambiental, socioeconómico e turístico.

Neste sentido, a Câmara Municipal do Fundão tem vindo a realizar um grande esforço no sentido da recuperação, valorização e promoção do património de cultural de Alpedrinha estando, neste momento, a efetuar as diligências necessárias junto da Direcção-Geral do Património Cultural e da Direcção Regional da Cultura do Centro para que a **Zona Histórica de Alpedrinha** seja classificado como Conjunto de Interesse Público [CIP], sendo que de momento se encontra em Vias de Classificação (Anúncio n.º 154/2019, DR, 2.ª série, n.º 175, de 12-09-2019).

Na mesma linha, e em função do trabalho realizado ao nível da recuperação do Palácio do Picadeiro, como Centro Interpretativo das Rotas da Transumância, a Direcção Regional da Cultura do Centro está, com o apoio e concordância da Câmara Municipal do Fundão, a proceder ao trabalho de classificação

deste imóvel como interesse cultural (em vias de classificação – Anúncio n.º 197/2015, publicado em DR, 2ª Série, n.º 160, de 18 de agosto), em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro, na redação em vigor, que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime das zonas de proteção e do plano de pormenor de salvaguarda, bem como à implementação dos critérios da Lei de Bases do Património Cultural, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural (Lei n.º 197/2001, de 08 de Setembro).

Assim, tendo em o que anteriormente foi referido e no quadro do estipulado no artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, na redação em vigor, junto se anexa o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana definida para a Vila de Alpedrinha tratando-se, neste caso, de uma **Operação de Reabilitação Urbana Sistemática** dirigindo-se primordialmente à reabilitação do edificado e de espaços públicos que integram a **Área de Reabilitação Urbana (Anexo I)**.

2. Caracterização e Diagnóstico

2.1. Enquadramento regional

O território da faixa interior de Portugal assume características muito diversificadas, apresentando traços de identidade muito próprios que, por sua vez, mudam em conformidade com a alteração da paisagem.

Há diferenças significativas da serra para a planície, do vale para a montanha ou do rio para a aridez do solo. Porém, todos eles partilham em comum um conjunto de debilidades que marcaram e continuam a marcar, de forma profunda, uma sociedade com dificuldades para segurar a sua identidade ancestral e, ao mesmo tempo, entrar no comboio do desenvolvimento.

A própria localização geográfica, a debilidade da sua estrutura produtiva, a desertificação e o envelhecimento populacional são apenas alguns dos fatores que conduzem à construção de um quadro negro para os concelhos do Interior. O concelho do Fundão, infelizmente não fugiu à regra. No entanto, é preciso olhar para o futuro e contrariar esta tendência de perda que tem marcado o território nas últimas décadas.

A opção de intervenção (mudança) ao nível socioeconómico e cultural quer do espaço público e ambiente urbano, que se pretende para o núcleo urbano da Vila de Alpedrinha, só faz sentido se objetivada num processo integrado (multidimensional) e participado (com a população local, sociedade civil, agentes económicos, etc.) capaz de assumir uma abordagem (paradigma) “territorialista do desenvolvimento” (reconhecimento da existência de uma dimensão local da problemática do desenvolvimento; dando conta de que o desenvolvimento se faz no e a partir do

território, promovendo a ativações dos recursos não convencionais localizados – em igualdade de circunstâncias com recursos convencionais – respeitando sempre os limites da capacidade de carga do ambiente natural local).

Queremos assim dar conta de que o “local” de intervenção (da parceria para a regeneração urbana) se encontra no lugar (“locus”) onde se materializa a necessidade de um problema (necessidade – ou conjunto – sentido pela comunidade local), por si só possuidor de múltiplas dinâmicas configuradoras de um cariz multifacetado, que nos obriga a olhar para este núcleo como uma “subunidade territorial de desenvolvimento”, entendendo-a como um “território com projeto”, no sentido de ser um espaço onde os atores locais (públicos e privados), na base da existência de uma dinâmica de confiança (e de uma cultura local solidária), se encontram interessados na mobilização de recursos territoriais, oferecendo respostas ao desenvolvimento perante os reptos do presente, a partir da realização de projetos futuros comuns.

Com base nos censos desenvolvidos pelo Instituto Nacional De Estatística (INE), foi possível perceber de forma intensiva a situação socioeconómica vivenciada pelos residentes e, correlativamente, do núcleo urbano da Vila de Alpedrinha.

Olhar para o território a partir de um diagnóstico de situação, identificar recursos e, simultaneamente, identificar necessidades e estabelecer problemáticas tipo para o planeamento territorial, permite a hierarquização de prioridades de intervenção e o desenho integrado e participado de um plano de ação com vista à mudança/transformação social, humana, ambiental, económica e financeira.

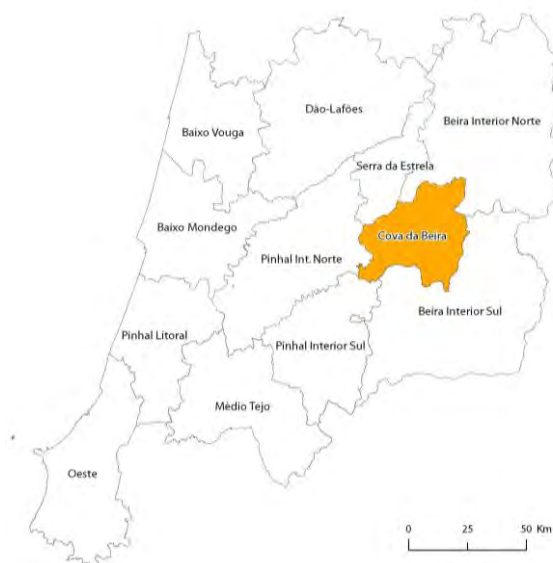
2.2. A sub-região da Cova da Beira

O concelho do Fundão, tal como os concelhos limítrofes da Covilhã e Belmonte constituem a sub-região da Cova da Beira (NUT III). Entre perfis de serras altas, situa-se a depressão tectónica da Cova da Beira espreiada em bela bacia panorâmica, por vales fecundos, pregas de cerros e confluência de riachos, no curso médio do Zêzere. Regista altitudes entre os 400 e os 500 metros em 30 quilómetros de comprimento e 112 quilómetros de largura. É uma bacia tectónica, de extensão considerável, limitada a NW pela Serra da Estrela, a NE pela Serra da Malcata e a Sul pela Serra da Gardunha.

NUTS II Região Centro



NUTS III Região Centro



Concelhos da NUTS III Cova da Beira



Os aluviões, os granitos e as rochas do complexo xisto-grauváquico predominam na composição dos solos, grande parte destes com grande aptidão para o regadio. Trata-se de uma região caracterizada por povoamento misto, concentrado na generalidade nos espaços urbanos, e bastante disperso em algumas áreas rurais. É um território de enorme aptidão predominantemente agrícola, com destaque para a olivicultura e a fruticultura, com relevância para a produção de cereja, maçã e pêsego. Evidencia sinais de desertificação e envelhecimento da sua população. A Cova da Beira tem sido uma região marcada pelo fenómeno migratório apesar do movimento significativo da sua atividade económica. A densidade populacional evidencia alguma disparidade social que, por sua vez, acentua a pressão demográfica nos centros urbanos em detrimento das zonas rurais envolventes.

O aproveitamento hidroagrícola da região foi uma ambição desde a década de 50, quando foram efetuados os primeiros estudos de viabilidade. Atualmente está implementado o Projeto Hidroagrícola da Cova da Beira, que beneficia através do regadio cerca de 14400 ha⁽¹⁾.

Para além de potencializar a agricultura, o projeto visa ainda o abastecimento de água dos concelhos de Fundão, Sabugal, Pinhel, Almeida e Penamacor, a regularização de caudais e a produção de energia elétrica.

⁽¹⁾ Dados do DGADR – Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural



2.3. O Concelho do Fundão

Do ponto de vista geográfico, o concelho do Fundão situa-se na Região Centro (NUT II), mais especificamente na denominada região da Cova da Beira (NUT III), na vertente setentrional da serra da Gardunha, e ocupa uma área de 700 Km², na qual se distribuem 23 freguesias, registando uma densidade populacional de 42 hab/Km².

A área geográfica do concelho do Fundão corresponde a 2,5% da superfície da Região Centro e a 50,9% da sub-região da Cova da Beira.

Em termos da sua génese identitária, o concelho do Fundão caracteriza-se pela dispersão geográfica, em que contrastam zonas marcadamente urbanas, como é o caso da cidade do Fundão cuja principal atividade económica é o comércio, com zonas rurais, vocacionadas para as explorações agrícola, pastorícia e florestal, para a produção de fruta, azeite e vinho, e ainda, para a existência de um importante foco de atividade mineira, designadamente na exploração de volfrâmio.

Aos acidentes de cómoda defesa natural que o dominam e à riqueza da terra, cortada de linhas de água, deve o Fundão, com muitas freguesias do seu alfoz, a fixação de povos que aqui estanciarão desde remotas eras. A toponímia – Orca, Castelejo, Prado das Antas, Quinta do Castro, Calçada Velha, Corredoura – coincide com importantes vestígios pré-históricos, de transição e luso-romanos, a que se juntam sepulturas, lápides epigráficas, objetos vários e diversos achados, muito apreciáveis, da região, que fazem parte do espólio do concelho.

As raízes históricas do Fundão remontam à Proto-história, período que regista a existência de um Castro da Idade do Bronze (1º Milénio a. C.) no Monte De S. Brás, contraforte da Serra da Gardunha sobranceiro à atual cidade. Do período Romano sobreviveram até aos nossos dias testemunhos materiais que atestam a farta ocupação destas paragens nessa época: casais, villae e inscrições epigráficas latinas.

Da Idade média, mais concretamente ao tempo da fundação da nacionalidade, perduraram templos diversos e a própria Igreja Matriz, com a invocação de S. Martinho, que conglomerava um conjunto de dezassete casais, segundo as Inquirições de D. Dinis, datadas de 1314.

Contudo, foi ao dealbar dos séculos XV e XVI, sobretudo neste último, que o Fundão ganha foros de excecional desenvolvimento económico e expansão urbana. O incremento das indústrias manufatureiras é um fator determinante de uma expansão assinalável: os códices, abalizam a atividade de tecelões, pisoeiros, mercadores, tratantes, borracheiros, fundidores e imaginários.



À multiplicação de unidades industriais verificada no séc. XVII e criação da Real Fábrica-Escola pelo Marquês de Pombal, corresponde um estatuto socio económico que vai valer ao Fundão, no século XVIII, a elevação à categoria de Vila e criação do respetivo Concelho (1747).

É, desde 1988, cidade e sede de Concelho.

O lugar do Fundão já sobressaía entre as localidades do termo da Covilhã em setecentos, no respeitante a rendas eclesiásticas, então um dos mais seguros elementos para se avaliar a importância das povoações.

A Santa Casa do Fundão existia pelo menos desde o reinado do Cardeal D. Henrique e já em 1641 os procuradores da Covilhã, às Cortes se queixavam de que os moradores do Fundão insistiam para que a aldeia fosse elevada a vila. Aspiração que já era antiga no começo do reinado de D. João IV, e que veio finalmente a ser-lhes satisfeita um século depois, no reinado de D. João V. Em 23 de Dezembro de 1746 tornou-se sede do concelho, separando-se da Covilhã as freguesias que ficariam a constituir esse novo núcleo concelhio. Nos meados do século XVIII tinha começado para o Fundão uma época de engrandecimento, nele vivendo famílias muito importantes. As lutas originadas pelas invasões francesas e, posteriormente, a guerra civil entre os filhos de D. João VI afastaram daqui essas famílias, começando um período de declínio. Fecharam-se as fábricas de lanifícios, foi retirado o Regimento de Cavalaria Oito e algumas indústrias foram acabando. Permaneceu a agricultura como elemento de prosperidade.

Etnograficamente a região tem um interesse excecional pela genuinidade dos costumes das suas aldeias e manutenção de certas tradições de origem remota. Algumas atividades artesanais continuam a ser praticadas como no passado, permanecendo integradas nos padrões de vida do povo (oleiros no Telhado, cesteiros em Alcongosta, confeção de pão por processos artesanais ou fabrico de azeite em lagares de vara e água). Há ainda os cantares da Beira Baixa em algumas feiras e festas, que são a expressão do sentimento do homem beirão. Homem rude, mas sincero, reservado mas leal, trabalhador incansável, religioso e simples, o homem da Beira Baixa imprimiu um cunho à sua habitação de acordo com os materiais de que dispõe e o tipo de vida que o caracteriza.

2.4. Acessibilidades

À medida que os anos foram passando, o Fundão foi-se abrindo cada vez mais ao exterior e a esta situação não é alheia a melhoria das vias de comunicação entre os principais centros urbanos da região e do País.

O acesso aos grandes polos urbanos, em especial a Lisboa, é agora mais rápido com a Autoestrada da Beira Interior (A23), apesar de mais limitado com a introdução recente dos pórticos. O acesso à principal fronteira nacional com Espanha, Vilar Formoso, tem na sua totalidade perfil de autoestrada



(A25). As ligações ao Norte do País estão igualmente mais facilitadas com a duplicação do Itinerário Principal 5 (IP5), que passou a ter perfil de autoestrada (A25).

No entanto, a rede viária local, que assume grande importância económica e social nas freguesias do concelho, apresenta-se sinuosa, pelo carácter acidentado do terreno e pela idade do traçado, de faixas estreitas e algumas vezes em mau estado. Neste contexto, a ligação Fundão – Coimbra, via Pampilhosa da Serra, aspiração antiga dos autarcas da região, seria um impulso ao desenvolvimento da parte mais ocidental do concelho, assim como se tornaria fundamental para aproximar o Fundão do litoral, nomeadamente ao eixo Coimbra – Figueira da Foz.

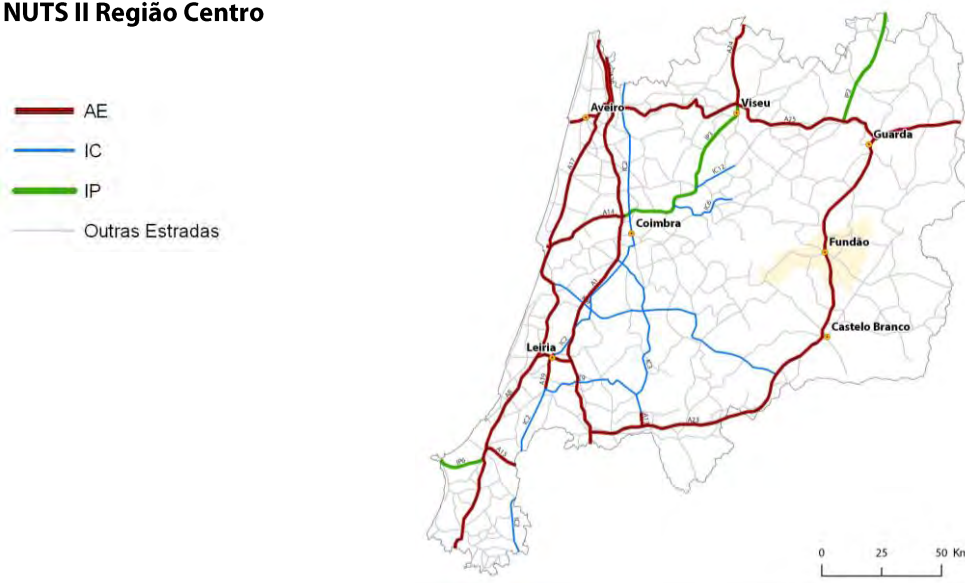
Enquanto se discute o perfil a dar à futura ligação Covilhã – Coimbra, com perfil de autoestrada e quatro faixas de rodagem, ou com perfil de IP e três faixas de rodagem, os Itinerários Complementares 6 e 8 (IC6 e IC8) são as alternativas de ligação da região a Coimbra.

A Estrada Nacional 18 (EN18) assume importância vital, atravessando todo o concelho. Esta via funciona como a espinha dorsal da rede viária de toda a Cova da Beira, onde domina o tráfego interno entre as cidades do Fundão e da Covilhã.

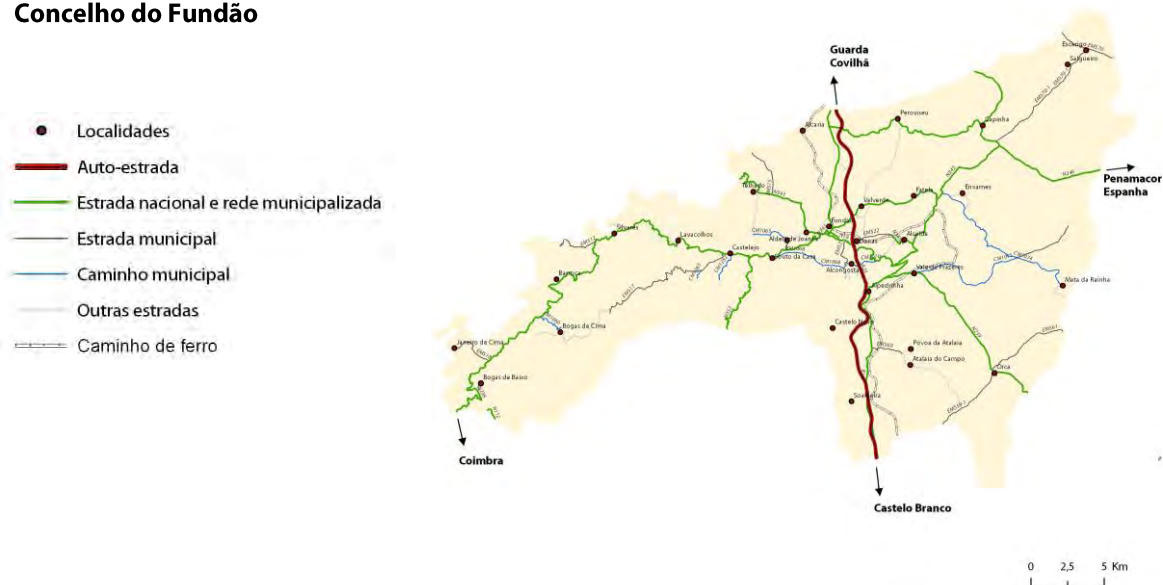
Quanto às ligações ferroviárias, estas são asseguradas pela Linha da Beira Baixa, que nos últimos anos tem sofrido obras de modernização. Estas incluem a eletrificação do troço Mouriscas – Castelo Branco, e recentemente Castelo Branco – Covilhã, reduzindo o tempo de viagem previsto.

O troço Covilhã – Guarda encontra-se neste momento inativo. Atualmente encontra-se encerrado para obras de requalificação, entretanto canceladas, que impedem a reativação da linha. A requalificação deste troço, é no entanto de maior importância, já que permitirá a ligação internacional a Espanha e à Linha do Norte, através da linha de Beira Alta.

NUTS II Região Centro



Concelho do Fundão



2.5. Indicadores demográficos e de desenvolvimento

O concelho do Fundão não fugiu à regra do interior do país no que diz respeito à evolução da densidade populacional. Entre 1950 e 2011 sofreu um forte processo de regressão demográfica que resultou, fundamentalmente, do fenómeno migratório que teve no Fundão e na Cova da Beira um impacto negativo assinalável.

O fluxo migratório assumiu duas formas: uma interna dirigida ao litoral e aos maiores centros urbanos, com especial relevância para Lisboa e outra externa, mais intensa a partir de 1950 correspondendo à emigração para a Europa principalmente para França. Foi esta segunda que adquiriu maior importância na região.

A Cova da Beira é um território de baixa densidade populacional e com tendência para diminuir, uma vez que o decréscimo de população se mantém desde a década de 50. Verifica-se a saída da população em idade ativa e o consequente retrocesso da taxa de natalidade, quer pelas mudanças sociais, quer pela saída da população em idade de reprodução.

Este êxodo populacional contribuiu fortemente para uma situação de despovoamento e envelhecimento demográfico desta região, podendo ter constituído um verdadeiro obstáculo ao seu desenvolvimento, dado o enfraquecimento do potencial em recursos humanos, e dos efeitos negativos sobre a propensão ao investimento e à inovação, fatores fundamentais para o desenvolvimento económico. Esta região apresenta também um grande índice de envelhecimento e com tendência para aumentar, sendo o peso da população com mais de 65 anos um dos mais elevados do país. Por outro lado, a população com menos de 18 anos representa uma parcela cada vez menor da população total.

A falta de empregabilidade local e a ausência de um ambiente propício à fixação da população mais jovem estimularam o êxodo rural. O principal problema que se levanta relativamente à emigração é que ela é seletiva, ou seja, são os mais jovens que partem, o que deixa desde logo a região numa situação bastante desfavorecida, devido ao decréscimo da população ativa.

Num contexto de crise económica e social como aquele em que vivemos, torna-se pertinente entender as especificidades de cada região no sentido de estabelecer metas em termos de objetivos a cumprir por forma a colmatar algumas das necessidades sentidas, mas também de medidas que proporcionem o desenvolvimento socioeconómico do próprio concelho.

A. Densidade Populacional

Densidade									Taxa de variação
Populacional	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2001	2001 - 2012
(Nº/Km²)									
Fundão	40,8	41,3	43,5	43,9	44,1	44,4	44,5	44,8	-8,9%

Fonte: INE – INE, Estimativas Anuais da População Residente (última atualização dos dados 18 de Outubro 2013)

Relativamente à **densidade populacional** em 2012 existiam 40,8 indivíduos por km² no concelho do Fundão, o que comparativamente a 2001 revelou um decréscimo na ordem dos 8,9%.

B. População Residente

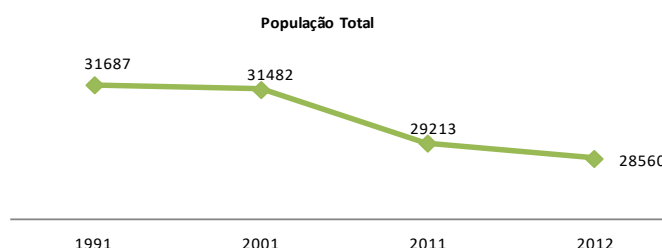
No último Recenseamento Populacional realizado em 2011 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), o concelho do Fundão tinha 29213 habitantes. No entanto, desde então a população residente tem vindo a diminuir progressivamente e ronda agora os 28560 habitantes de acordo com o INE. Este não

é pois um dado novo, uma vez que é do conhecimento geral que a população está a diminuir em grande medida devido à não renovação de gerações, mas também ao crescente fluxo de emigração.

População Residente	2012	2011	2001	Taxa de variação 2001 - 2012
Cova da Beira	86357	87869	93579	-7,7%
Fundão	28560	29213	31482	-9,3%

Fonte: INE – Censos, séries históricas (última atualização destes dados 20 de novembro 2012)

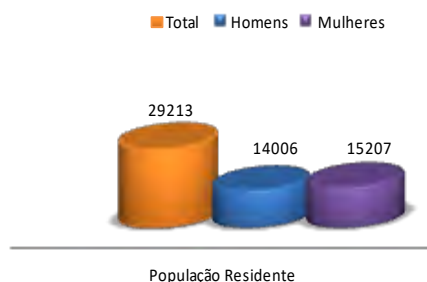
A tabela apresentada demonstra a variação populacional ocorrida entre 2001-2012 tanto na Cova da Beira (-7,7%) como no concelho do Fundão (-9,3%).



Fonte: INE – Censos 1991, 2001 e 2011

No entanto, se compararmos a taxa de variação da população para o concelho do Fundão nos períodos censitários, concluímos que o decréscimo mais acentuado ocorreu entre 2001-2011 (-7%), já que no período 1991-2001 diminuiu apenas 0,6%.

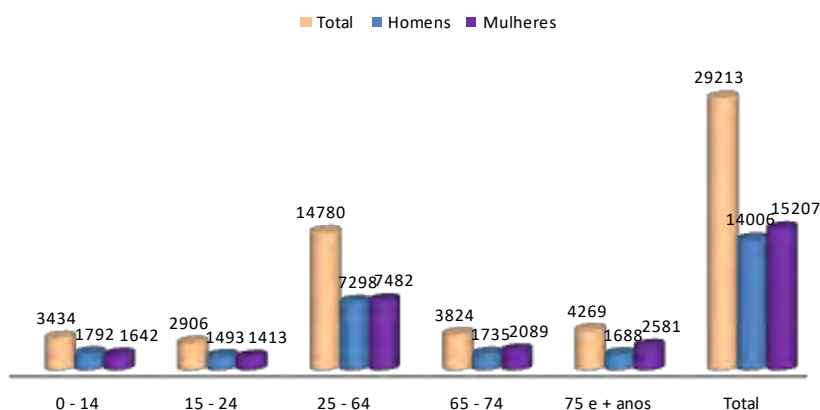
C. Distribuição da População Residente por Género



Fonte: INE – Censos 2011

À data dos censos 2011 residiam no Fundão 14006 homens (47,9%) e 15207 mulheres (52,1%). Atualmente de acordo com o INE estima-se que a população residente tenha diminuído, rondando agora os 28560 habitantes, no entanto apesar de tanto o número de homens como o número de mulheres ter diminuído (13643 e 14917, respetivamente), o género feminino sobrepõe-se ao masculino.

D. Distribuição da População Residente por Faixa Etária



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 de Novembro de 2012).

No que respeita à distribuição da população de acordo com a faixa etária a que pertencem, a partir do gráfico facilmente se percebe que a maioria da população residente no concelho em 2011 pertencia ao género feminino, nomeadamente nas faixas etárias dos 25-64 anos; 65-74 anos e 75 e mais anos. À data dos censos 2011 a idade média da população residente era 46,8 anos de idade.

E. Distribuição da População Residente por Estado Civil

Face ao estado civil em 2011, a população residente do concelho do Fundão encontrava-se dividida da seguinte forma: 9784 indivíduos solteiros, 15296 indivíduos casados, 3044 indivíduos viúvos e 1089 indivíduos divorciados.

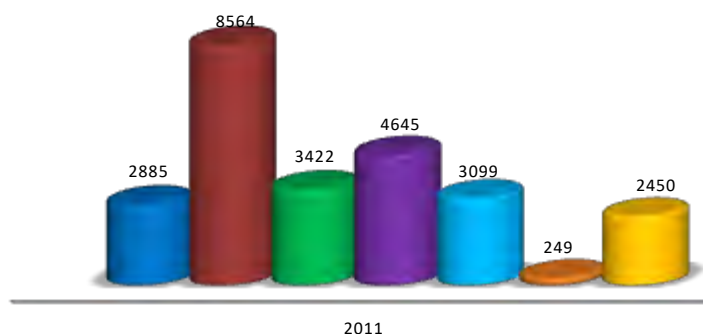


Fonte: INE, Recenseamento da População e da Habitação (última atualização destes dados 7 Dezembro 2011)

Todavia, embora o número de indivíduos casados fosse maioritário face aos restantes estados civis (52,4%), de acordo com os dados consultados acerca do número de casamentos realizados entre 2001 e 2012 no portal do PORDATA, verificou-se uma tendência decrescente na ordem dos 32,4%. Em sentido oposto encontra-se a taxa de variação relativa aos divórcios, que no mesmo período se situava nos 63,2% positivos.

F. Distribuição da População Residente por Nível de Instrução

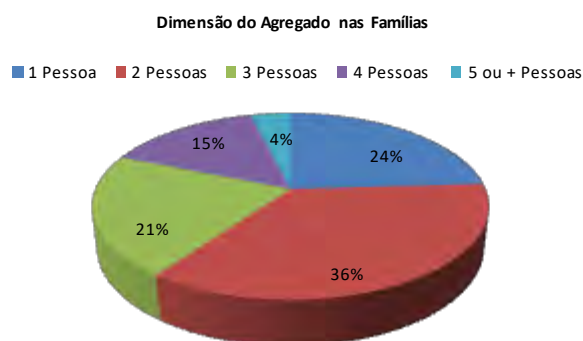
■ Não sabe ler, nem escrever ■ 1º ciclo ■ 2º ciclo ■ 3º ciclo ■ Secundário ■ Pós-secundário ■ Superior



Relativamente aos níveis de instrução da população residente no concelho do Fundão em 2011, constatou-se que esta possuía 2885 pessoas que não sabiam ler nem escrever, 8564 que possuíam o ensino completo do 1º ciclo do ensino básico, 3422 o 2º ciclo do ensino básico, 4645 o 3º ciclo do ensino básico, 3099 o secundário, 249 um pós-secundário e por fim 2450 um curso de ensino superior.

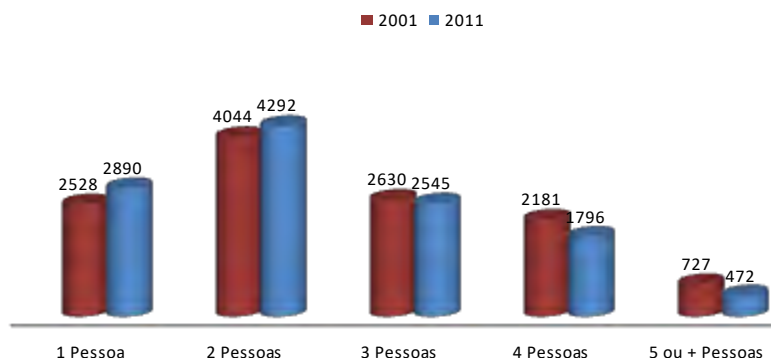
G. Dimensão Média das Famílias

Em 2011, de acordo com os Censos, residiam no concelho do Fundão, 12011 famílias, menos 109 do que em 2011, das quais 11995 eram denominadas como famílias clássicas. No concelho do Fundão a evolução do número de famílias clássicas no período compreendido entre 2001 e 2011 sofreu um decréscimo na ordem dos 0,9%.



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 Novembro 2012).

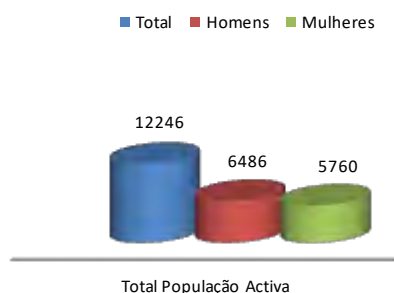
De acordo com o INE à data do último recenseamento da população a dimensão média das famílias clássicas no total do concelho era de 2,40. Contudo, em 2011, das 11995 famílias clássicas, 2890 eram compostas apenas por uma pessoa (24%).



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 Novembro 2012).

Relativamente à dimensão dos agregados familiares no período 2001-2011 assistiu-se a um aumento nos agregados compostos por uma ou duas pessoas (14,3% e 6,1%) e a um decréscimo acentuado nas famílias compostas por 5 ou mais elementos. Em 2011 existiam 3736 famílias compostas por um casal sem filhos e 4087 famílias compostas por um casal com filhos.

H. Distribuição da População Ativa por Género



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 de Novembro de 2012).

Face ao total da população residente em 2011, 12246 habitantes faziam parte da população em idade ativa, designadamente 6486 homens e 5760 mulheres.

I. - Situação Face ao Emprego

População Empregada

No que diz respeito à situação face ao emprego de uma forma geral encontravam-se empregados por local de residência no ano 2011, 10528 indivíduos, destes 5681 eram homens e 4847 mulheres.

A sua evolução no período compreendido entre 2001 e 2011 apresentava uma taxa de variação negativa de 14,6%, como se pode verificar no gráfico.

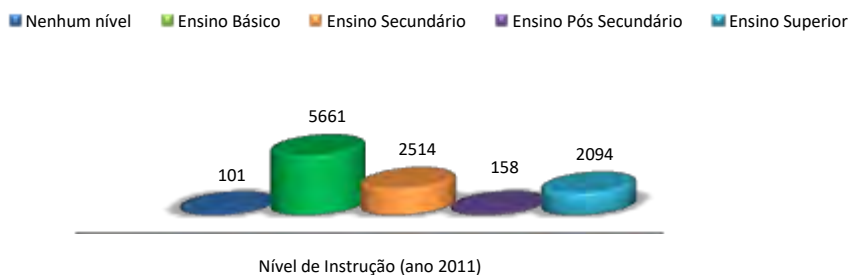
A nível micro verificou-se que a população empregada por conta de outrem no concelho do Fundão totaliza 8050 indivíduos.

Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha



Fonte: INE - Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 de Novembro de 2012).

Níveis de Instrução da População Empregada



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (atualização dos dados 20 de Novembro de 2012).

Relativamente aos níveis de instrução da população empregada no concelho do Fundão, constatou-se que esta possuía na sua maioria o ensino básico o que face ao total correspondeu a 53,8%, a par com o ensino secundário (23,9%) e superior (19,9%).

População Desempregada



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) "Concelhos – Estatísticas Mensais", anos 2013 e 2014, mês de Janeiro.

Relativamente ao número de pessoas inscritas como desempregadas do concelho do Fundão no fim do mês de Janeiro de 2014 foram 1868 pessoas, das quais 1022 eram mulheres e 846 homens, de acordo com Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A evolução do número de pessoas inscritas como desempregadas compreendidas entre o período de Janeiro de 2013 e Janeiro de 2014 obteve uma taxa de variação homóloga negativa de 1,9% ou seja, houve um decréscimo do número de inscritos como desempregados.

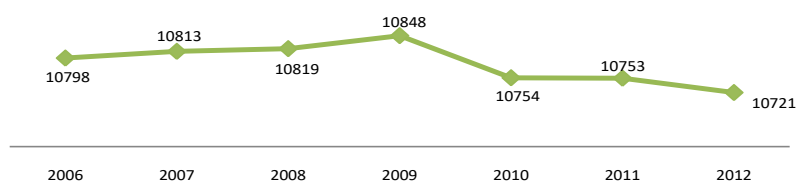
No que diz respeito às pessoas inscritas como desempregadas no concelho do Fundão que tinham menos de 25 anos em Janeiro de 2014 eram 207, o que comparativamente com o mesmo período do ano anterior totalizava 220, ocorrendo desta forma uma diminuição de 5,9%.



Fonte: Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) "Concelhos – Estatísticas Mensais", anos 2013 e 2014, mês de Janeiro.

Por outro lado, o segmento dos adultos (55 e mais anos) em Janeiro de 2014 totalizava 404 indivíduos inscritos, que em comparação com o mesmo período homólogo de 2013 apresentou um aumento na ordem dos 8%.

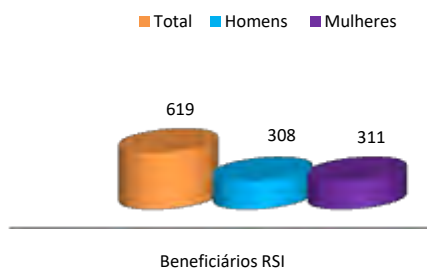
J. Pensionistas



Fonte: INE - Pensionistas da segurança social (N.º) por Local de residência; Anual - Instituto de Informática, I.P. (última atualização dos dados 7 de Junho de 2013).

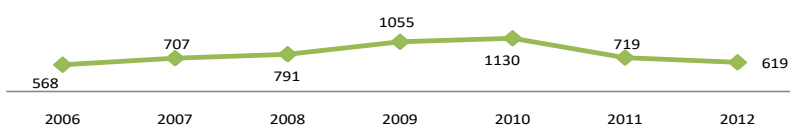
Relativamente aos pensionistas, verificou-se que existiam 10721 em 2012. Contudo, se tivermos em conta o período compreendido entre 2006 e 2012 verificou-se uma taxa de variação negativa que se situou nos -0,7%, o que evidenciou uma diminuição do número de indivíduos nesta categoria.

K. Beneficiários do Rendimento Social de Inserção



Fonte: Anuários Estatísticos do INE 2012.

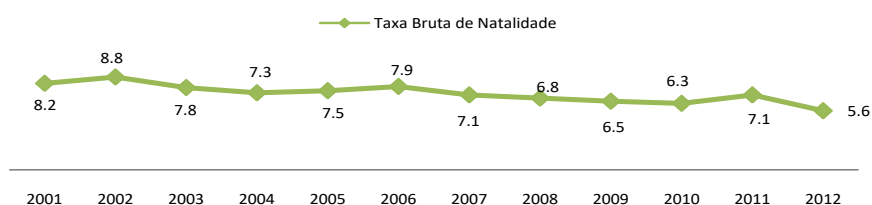
Por sua vez, em 2012 existiam 619 beneficiários do rendimento social de inserção no concelho do Fundão, sendo que 308 eram homens e 311 eram mulheres.



Fonte: Anuários Estatísticos do INE, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012.

Quanto à sua evolução no período compreendido entre 2006 e 2012 a taxa de variação dos beneficiários do Rendimento Social de Inserção teve um crescimento de 9%, no entanto é preciso ressaltar que este tem vindo a diminuir em termos absolutos desde 2010.

L. Taxa de Natalidade

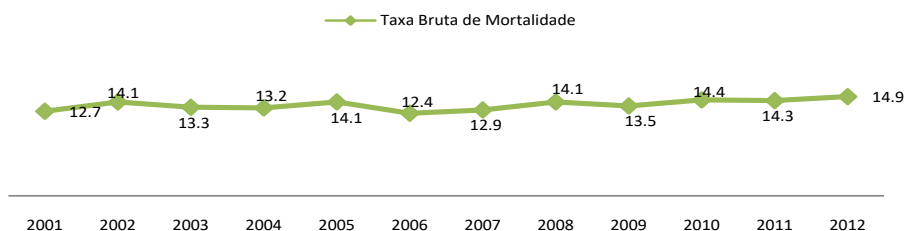


Fonte: INE, Indicadores Demográficos

A taxa de natalidade é um fator bastante importante no âmbito das caracterizações demográficas, uma vez que permite conhecer a evolução da renovação de gerações ao longo do tempo. Assim, a

taxa bruta de natalidade ⁽²⁾ no concelho do Fundão no ano 2012 situava-se nos 5,6‰, contudo, ao se analisar a sua evolução desde 2001 até 2012 verificou-se que esta diminuiu 31,7%.

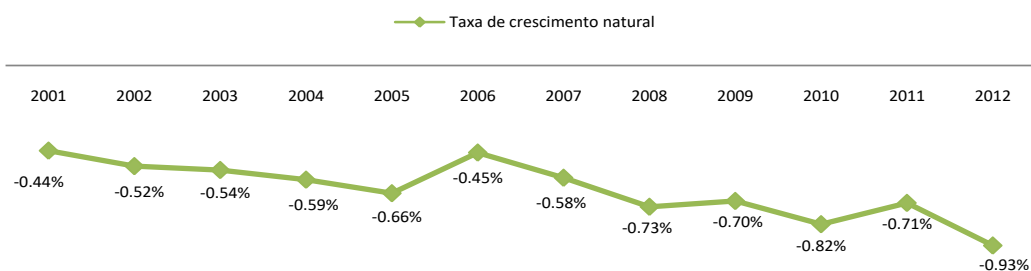
M. Taxa de Mortalidade



Fonte: INE, Indicadores Demográficos

A taxa de mortalidade é outro dos fatores que servem de base para o aprofundamento da realidade demográfica de uma população. De modo inverso à taxa apresentada anteriormente, a taxa bruta de mortalidade no concelho apresentava um comportamento crescente desde 2001 até 2012 na ordem dos 17,3%. Só em 2012 a taxa bruta de mortalidade era de 14,9‰.

N. Taxa de Crescimento Natural

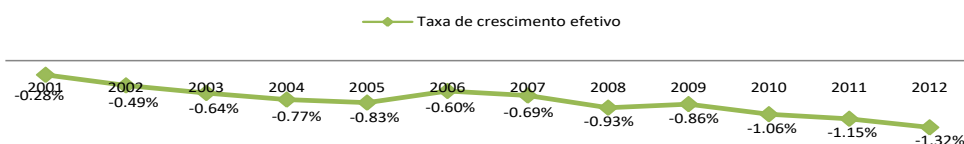


Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Do cálculo da diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade obtém-se a taxa de crescimento natural. No período compreendido entre 2001-2012 a taxa de crescimento natural no concelho sofreu uma quebra na ordem dos 111,4%, dado que passou de -0,44% em 2001 para -0,93% em 2012.

⁽²⁾ Por taxa bruta de natalidade entende-se o número de nados vivos ocorridos durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados vivos por 1000 (10^{^3}) habitantes).

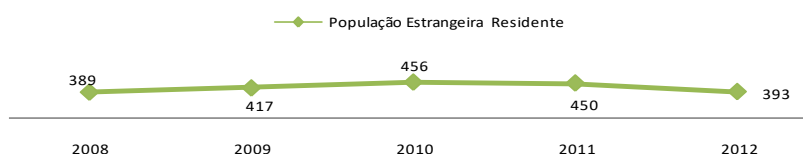
O. Taxa de Crescimento Efetivo



Fonte: INE, Indicadores Demográficos

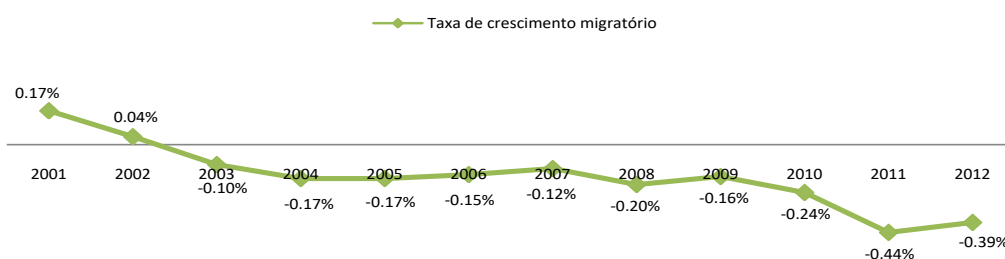
Relativamente ao crescimento efetivo da população em 2012 a sua taxa era de -1,32%. Analisando a sua evolução desde 2001 até 2012 verificou-se que esta sofreu uma diminuição na ordem dos 371,4%, já que em 2001 era de apenas -0,28%.

P. Taxa de Crescimento Migratório



Fonte: SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Os movimentos da população também constituem uma parte importante da demografia, nomeadamente no atual contexto de crise económica e social em que muitos optam por procurar novas soluções para o seu percurso de vida. Nesse sentido de acordo com os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em 2012 residiam no concelho do Fundão 393 indivíduos de nacionalidade estrangeira.



Fonte: INE, Indicadores Demográficos

Nos últimos 5 anos a população imigrante no concelho do Fundão sofreu uma quebra na ordem dos 13,8%. Relativamente à taxa de crescimento migratório esta sofreu uma diminuição na ordem dos -329,4% no período compreendido entre 2001-2012, já que em 2001 se situava nos 0,17% positivos e em 2012 diminuiu para os -0,39%.

2.6. Caracterização empresarial

De acordo com os dados estatísticos analisados acerca do desenvolvimento económico e empresarial do concelho do Fundão verificou-se, que existiam 2629⁽³⁾ empresas com sede neste município e 2909 estabelecimentos⁽⁴⁾. No entanto, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE), o valor total de referência face ao número de empresas instaladas no concelho foi de 2629. A nível percentual estas empresas representavam 34,8% do peso total da Cova da Beira e 1,1% da Região Centro.

As empresas estavam distribuídas por 17 atividades económicas de acordo com a Classificação Portuguesa de Atividades Económicas (CAE – REV. 3, 2011). Do valor total das empresas (2629) importa referir que estas se dividiam em empresas individuais e em sociedades, sendo as primeiras que assumiam maior peso (70,5%).

A. Empresas por Município da Sede

Tabela 1. Empresas (N.º) do ano 2011 e 2012 por Localização geográfica, Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3) e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Localização Geográfica - Fundão			
Tipo de Empresa	Ano 2011	Ano 2012	Taxa de Variação
Individual	1987	1854	-6,7%
Sociedade	796	775	-2,6%
Total Empresas	2783	2629	-5,5%

Em traços gerais de acordo com os dados presentes na tabela constata-se que comparativamente ao ano 2011, em 2012 houve uma diminuição no número total de empresas existentes no concelho independentemente da sua forma jurídica na ordem dos -5,5%. Contudo, foi nas empresas de carácter individual que o decréscimo foi mais acentuado (-6,7%).

⁽³⁾ O valor apresentado para o número total de empresas é referente ao ano de 2012, sendo estes os últimos dados disponíveis no INE, com atualização de 13 de Março de 2014.

⁽⁴⁾ O valor apresentado para o número de estabelecimentos existentes no concelho, reportam ao ano 2011 e podem ser consultados no Anuário Estatístico do INE, referente ao ano Estes estabelecimentos não possuem a sua sede no concelho do Fundão.

No que diz respeito às empresas individuais, as atividades económicas que mais se destacaram foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (24,5%), agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (12%), alojamento, restauração e similares (10,8%), atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (8,5%) e por fim, atividades administrativas e dos serviços de apoio (8%).

Relativamente às sociedades, as atividades económicas que sobressaíram foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (28,1%), a construção (14,3%), a indústria transformadora (14,5%), as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (7,6%), e por fim, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (8,1%).

Em termos gerais pode dizer-se que as atividades económicas que mais se destacaram no ano 2012 face às 2629 empresas, referidas anteriormente, independentemente da sua forma jurídica foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (25,6%), a construção (11%), a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (10,9%), o alojamento, restauração e similares (9,9%) e por fim, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (8,3%). Assim, relativamente ao setor de atividade destas atividades económicas o que sobressaiu foi o terciário com 43,8%, seguido do secundário com 11% e por fim o primário com 10,9%.

Tabela 2. Empresas (N.º) por Localização geográfica e Escalão de pessoal ao serviço; Anual - INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas

Localização Geográfica - Fundão			
Escalão de Pessoal ao Serviço	Ano 2011	Ano 2012	Taxa de Variação
Menos de 10	2679	2533	-5,4%
10 – 49 Pessoas	95	86	-9,5%
50 – 249 Pessoas	9	10	11,1%
250 e + pessoas	0	0	-
Total	2783	2629	-5,5%

Tabela 3. De acordo com a tabela acima representada é possível verificar que à semelhança do ano 2011, também no ano 2012 a maior parte das empresas com sede no concelho tinham menos de 10 pessoas ao serviço (96,3%).

Localização Geográfica - Fundão			
População Empregada	Ano 2011	Ano 2012	Taxa de Variação
	7022	6631	-5,6%

Tabela 4. Em termos de população empregada nas empresas sediadas neste município, no período compreendido entre 2011 – 2012 existiu um decréscimo na ordem dos -5,6%, o que em termos absolutos se traduz em menos 391 pessoas empregadas. Face à população residente no concelho em 2012, 28560 habitantes a população empregada representava 23,2% e face à população ativa⁽⁵⁾ existente 54,1%.

Localização Geográfica – Fundão			
Atividade Económica (Divisão CAE Rev. 3)	Pessoal ao Serviço 2011	Pessoal ao Serviço 2012	Taxa de Variação
Agricultura, Produção animal, Caça, Floresta e Pesca	510	511	0,2%
Indústria extrativa	26	23	-11,5%
Indústria Transformadora	1639	1410	-14%
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria, ar frio	0	0	0
Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e despoluição	122	133	9%
Construção	917	768	-16,2%
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	1686	1571	-6,8%
Transportes e Armazenagem	271	267	-1,5%
Alojamento, Restauração e Similares	489	468	-4,3%
Atividades de Informação e Comunicação	46	50	8,7%
Atividades Imobiliárias	37	36	-2,7%
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	327	306	-6,4%

⁽⁵⁾ O valor da população ativa usado no respetivo cálculo é de 12246. Este é o valor de referência apresentado pelos censos de 2011 e atualizado em Novembro de 2012. Foi usado este valor de referência uma vez que à presente data (Maio 2014) não existem atualizações mais recentes.



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

Atividades administrativas e dos serviços de apoio	255	468	83,5%
Educação	217	180	-17,1%
Atividades de saúde humana e apoio social	221	185	-16,3%
Atividades Artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	53	0	-100%
Outras atividades de serviços	206	202	-1,9%
Total	7022	6631	-5,6%

Tendo como base o mesmo período comparativo (2011 – 2012) é possível constatar, no que diz respeito às atividades económicas que integram maior número de funcionários que estas se mantêm inalteradas e são 5 num total de 17.

Assim, as atividades económicas que se destacam são: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, a indústria transformadora, a construção, a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e por fim, o alojamento, restauração e similares.

Contudo importa salientar que apesar de se destacarem como as atividades que integram mais pessoas ao serviço, esse indicador também diminuiu de 2011 para 2012, nomeadamente na construção (-16,2%) e na indústria extrativa (-11,5%). Vale a pena ainda destacar as atividades administrativas e dos serviços de apoio que aumentaram o número de pessoas ao serviço em 83,5%.

Em 2011 de acordo com os dados obtidos no recenseamento da população o concelho do Fundão possuía 29213 habitantes dos quais, 10528 pertenciam ao grupo da população empregada⁽⁶⁾ que residia no concelho.

Se cruzarmos o indicador da população empregada, com o total da população residente e da população ativa⁽⁷⁾ no concelho, encontramos uma leitura interessante na medida em que verificamos que os pesos são distintos, ou seja, quando analisamos o peso destes indivíduos sobre o total da população residente, verificamos que correspondiam a 36%, mas se observarmos qual o peso que representavam quanto à população ativa, esse valor disparou para os 86%.

⁽⁶⁾ A análise apresentada tem como base os valores conseguidos nos censos 2011, uma vez que à presente data (maio de 2014) não existem novas atualizações, nesse sentido a relação estabelecida pode apresentar algum desfasamento face à realidade do momento.

⁽⁷⁾ Idem.

No entanto, importa ainda mencionar que independentemente de estes indivíduos empregados estarem a residir no concelho, nem todos exerciam a sua atividade na área de residência.

Tabela 5. Empresas das Indústrias Transformadoras por município da sede, segundo a CAE - REV. 3

Empresas das Indústrias Transformadoras por município da sede, segundo a CAE - REV. 3						
	CAE	Total 2011	%	Total 2008	%	Varição 2008/2011
10	Indústrias Alimentares	51	24,80%	53	24,2%	-3,8%
11	Indústrias de Bebidas	5	2,40%	3	1,4%	66,7%
12	Indústria do Tabaco	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
13	Fabricação de Têxteis	6	2,90%	5	2,3%	20,0%
14	Indústria do Vestuário	14	6,80%	15	6,8%	-6,7%
15	Indústria do Couro e dos produtos do couro	1	0,50%	1	0,5%	0,0%
16	Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	19	9,20%	20	9,1%	-5,0%
17	Fabricação de pasta de papel, cartão e seus artigos	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
18	Impressão e reprodução de suportes gravados	5	2,40%	6	2,7%	-16,7%
19	Fabricação de coque, de produtos petrolíferos refinados e de aglomerados	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
20	Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto produtos farmacêuticos	0	0,00%	1	0,5%	-100,0%
21	Fabricação de produtos farmacêuticos de base e preparações farmacêuticas	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
22	Fabricação de artigos de borracha e matérias plásticas	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
23	Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	15	7,30%	19	8,7%	-21,1%
24	Indústrias metalúrgicas de base	0	0,00%	1	0,5%	-100,0%
25	Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	48	23,30%	55	25,1%	-12,7%
26	Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos	6	2,90%	4	1,8%	50,0%
27	Fabricação de equipamento elétrico	0	0,00%	0	0,0%	0,0%

Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

28	Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e	2	1,00%	3	1,4%	-33,3%
29	Fabricação de veículos automóveis, reboques, semirreboques e componentes para veículos automóveis	1	0,50%	1	0,5%	0,0%
30	Fabricação de outro equipamento de transporte	0	0,00%	0	0,0%	0,0%
31	Fabricação de mobiliário e de colchões	20	9,70%	25	11,4%	-20,0%
32	Outras indústrias transformadoras	6	2,90%	3	1,4%	100,0%
33	Reparação, manutenção e instalação de máquinas de equipamentos	7	3,40%	4	1,8%	75,0%
Total		206	100,00%	219	100,0%	-7,6%

No período compreendido entre 2008/2011, as empresas sediadas no concelho, independentemente da sua forma jurídica, as que se destacaram continuaram a inserir-se nas mesmas atividades económicas, ainda que a taxa de variação em cada uma delas tenha sofrido um decréscimo no ano 2011. As indústrias transformadoras que mais se destacaram foram as do ramo alimentar, a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos e a fabricação de mobiliário e de colchões.

Tabela 6. Sociedades das Indústrias Transformadoras por município da Sede, segundo a CAE - REV. 3

Tipo de Indústria	Ano		Taxa de Variação
	2008	2011	
Indústrias Alimentares	25	27	8,0%
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras; exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria	7	8	14,3%
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	24	23	-4,2%
Fabricação de mobiliário e de colchões	16	13	-18,8%

A tabela anterior mostra quais os tipos de indústrias que mais se destacaram no âmbito das indústrias transformadoras. Vale a pena salientar a taxa de variação positiva nas indústrias da madeira e da cortiça e suas obras; exceto mobiliário; fabricação de obras de cestaria e de espartaria (14,3%) e a variação negativa que ocorreu no setor da fabricação de mobiliário e colchões (18,8%).

Em 2011 as indústrias transformadoras com sede neste município tinham 1639 funcionários em termos totais, o que comparativamente a 2008 demonstrou um decréscimo na ordem dos 13,5%. No



entanto, em ambos os anos aquelas onde existiu um maior número de pessoas empregadas diziam respeito às indústrias alimentares, à fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos. No ano 2011 destacou-se ainda a fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos.

No que concerne ao volume de negócios, ou seja, o valor total das vendas de bens e serviços realizados durante o período 2008-2011, com a exclusão de IVA das empresas aqui sediadas, correspondeu a uma taxa de variação positiva de 1%. Ao se analisar de forma mais detalhada, as atividades económicas que mais se destacaram em igual período foram: o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, as indústrias transformadoras e por fim, a construção.

De acordo com os dados estatísticos analisados até aqui é possível desde já concluir, que as indústrias transformadoras se destacaram perante as restantes enquanto atividade económica preponderante no concelho.

Assim, relativamente ao seu volume de negócios entre 2008 e 2011 as indústrias alimentares sofreram uma variação positiva de 19,4%, a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos teve um decréscimo de 29,3% e ainda a fabricação de outros produtos minerais não metálicos sofreu igualmente um decréscimo na ordem dos 6,9%.

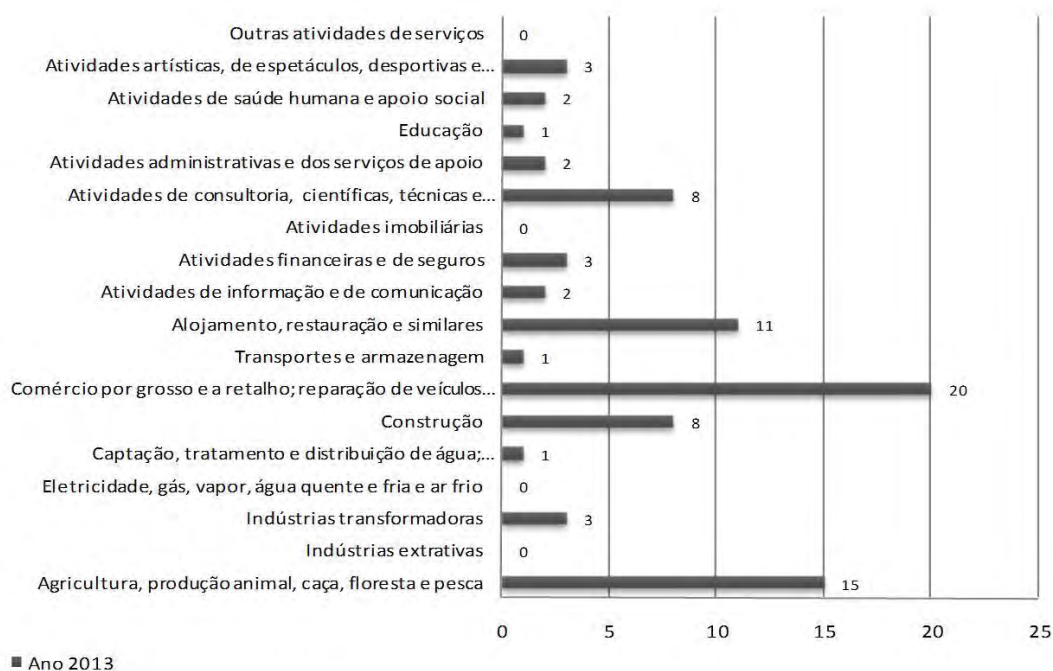
Comparativamente ao volume de negócios das empresas com sede no município do Fundão no ano 2011, o valor acrescentado bruto (VAB), que resulta da diferença entre o valor do que é produzido e do que é vendido, evidenciou-se igualmente nas indústrias transformadoras (25,1%), no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (22,3%) e na construção (15,5%).

Mais uma vez, no ramo das indústrias transformadoras em termos de VAB as que mais se destacaram foram as alimentares, a fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos e, por fim, a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos. Salientar ainda que entre 2008 – 2011 o VAB sofreu uma taxa de variação positiva de 2,4%.

B. Fenómenos Empresariais

Tabela 1. Constituição de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por Localização geográfica (NUTS-2002) e Atividade económica (CAE Ver.3); Anual

Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha



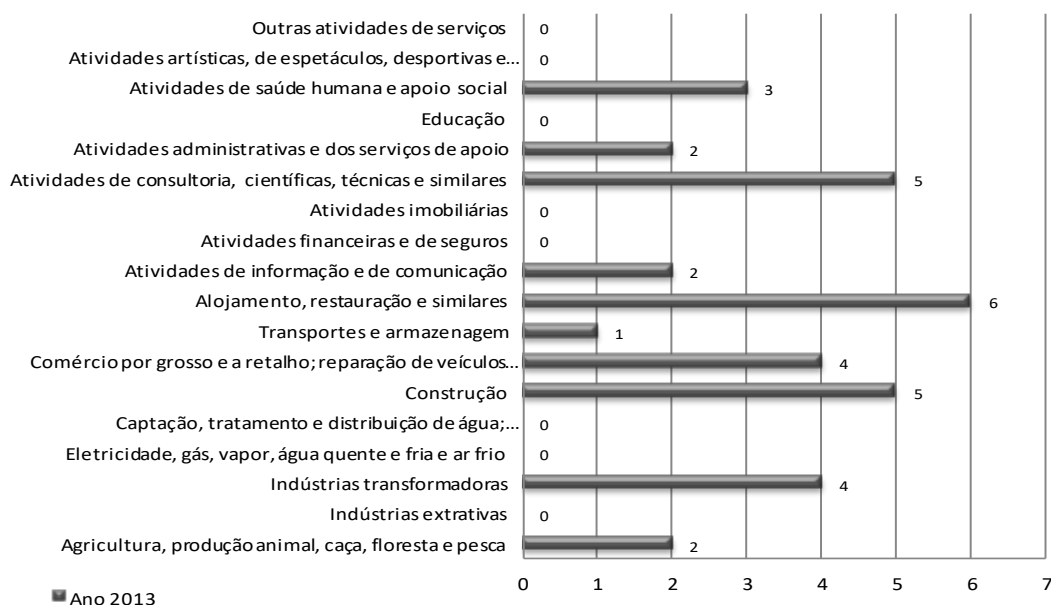
No ano 2013 no concelho do Fundão foram constituídas 80 novas empresas nomeadamente no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca e por fim, alojamento, restauração e similares.

Comparativamente ao ano anterior (2012) verificou-se que o número de novas empresas aumentou na ordem dos 56,9%, o que em termos absolutos se traduz em mais 29 empresas.

Relativamente à constituição de novas empresas no ano 2014, o Instituto Nacional de Estatística disponibiliza até à data, os dados relativos ao primeiro trimestre do ano.

Nesse sentido foi estabelecida a comparação com período homólogo, ou seja, o primeiro trimestre do ano 2013. Assim, conclui-se que face ao mesmo período de 2013, em 2014 foram constituídas menos 23 empresas, o que se traduz numa taxa de variação negativa na ordem dos -69,7%.

Tabela 2. Dissolução de pessoas coletivas e entidades equiparadas (N.º) por localização geográfica (NUTS-2002) e Atividade económica (CAE Ver.3); Anual



No ano 2013 dissolveram-se 34 empresas no concelho do Fundão particularmente nas atividades económicas destinadas às atividades administrativas e dos serviços de apoio; atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; alojamento, restauração e similares e por fim, a construção. Comparativamente ao ano anterior (2012) verificou-se que o número de dissoluções de empresas diminuiu na ordem dos 12,8%, o que em termos absolutos se traduz em menos 5 empresas.

Relativamente à dissolução de empresas no ano 2014, o Instituto Nacional de Estatística disponibiliza até à data, os dados relativos ao primeiro trimestre do ano. Nesse sentido foi estabelecida a comparação com período homólogo, ou seja, o primeiro trimestre do ano 2013. Assim, conclui-se que face ao mesmo período de 2013, em 2014 foram dissolvidas mais 9 empresas, o que demonstra uma taxa de variação positiva na ordem dos + 64,3%.

C. Estabelecimentos por Município referentes ao ano 2011

No concelho do Fundão existiam 2909 estabelecimentos que não possuem aqui a sua sede. Nesse sentido torna-se pertinente dar a conhecer as atividades económicas que mais se destacaram a nível percentual face ao total. Assim, o ramo do comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos detinham 26,8%, a construção 11% e a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca 10,1%. Curiosamente são também estas as atividades económicas mais evidenciadas no conjunto das empresas sediadas no concelho.

Cingindo a análise apenas ao campo das indústrias transformadoras existentes no município, concluiu-se que estas eram 218, no entanto as que mais se destacaram foram as indústrias alimentares (25,2%), a fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (22,5%) e ainda a fabricação de mobiliário e colchões. Curiosamente são também estas as atividades económicas mais evidenciadas no conjunto das empresas sediadas no concelho.

Os estabelecimentos que não têm a sua sede neste concelho totalizavam 7578 indivíduos ao seu serviço, nomeadamente no comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (26,4%), nas indústrias transformadoras (21,7%) e na agricultura, produção animal, caça, floresta e pescas (6,8%). Só as indústrias transformadoras empregavam 1642 indivíduos no total, particularmente no setor da indústria alimentar (20,8%), da fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos (15,8%) e ainda, da fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações e produtos eletrónicos e óticos (14,6%).

No que diz respeito ao volume de negócios dos estabelecimentos por município, sobressaiu a presença das seguintes atividades económicas: comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (52,3%), indústrias transformadoras (16,6%) e construção (8,8%). Nas indústrias transformadoras o volume de negócios mais elevado é caracterizado pelas indústrias alimentares que assumiram um peso de 39% face ao total.

Tabela 1 Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município, segundo o sector de atividade

Ano 2011	Setor Primário	Setor Secundário	Setor Terciário
	CAE: A-B	CAE: C - F	CAE: G - Q
Total	150	1687	2844
	4681		

No que diz respeito ao número de trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos por município é no setor terciário que essa presença é maioritária, estes são caracterizados a nível habilitacional pelo 1º e 3º ciclo de ensino.

Em síntese:

- O tecido empresarial do concelho do Fundão é composto não só por empresas que possuem aqui a sua sede, mas também por outros estabelecimentos nos quais a sede se encontra noutro local;



- Das atividades económicas que mais se destacaram é possível concluir que as indústrias transformadoras assumem um papel relevante no desenvolvimento económico e empresarial do concelho, a par com outras atividades inseridas nomeadamente no setor terciário;
- Relativamente à mão-de-obra vale a pena destacar que o número de população empregada é mais elevado no conjunto dos estabelecimentos que não têm a sua sede neste concelho por oposição às empresas aqui sediadas;
- Ao nível da constituição de novas empresas em 2013 destaca-se no setor primário a agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, no setor secundário a construção e no terciário o comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; alojamento, restauração e similares e por fim, as atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares.
- Ao nível da dissolução de empresas em 2013 as atividades económicas que mais se destacam pertencem ao setor terciário e dizem respeito às atividades de saúde humana e apoio social e às atividades administrativas e dos serviços de apoio.

2.7. As Aldeias da Gardunha

A imponência natural da Serra da Gardunha não é apenas uma notável visão de granito. São belos cenários de socos cruzados por calçadas romanas. São recantos de arvoredos seculares de onde brotam fontes de águas que todos apreciam. São tesouros medievais da Aldeia Histórica de Castelo Novo e são as feições artísticas e monumentais da Vila de Alpedrinha. É ao longo da estrada que liga Alcongosta ao Souto da Casa que se avista, em Abril, o magnífico espetáculo das cerejeiras em flor, a anunciar o desabrochar do fruto que vai enrubescendo e cintilando ao longo da Primavera para ser colhido no início do Verão.

2.8. A Vila de Alpedrinha

2.8.1. Localização Territorial

A freguesia de Alpedrinha está localizada na Cova da Beira e situa-se no sopé da encosta Sul da Serra da Gardunha, ocupando uma área de 16,18 km² que corresponde a 2,3% da superfície do concelho do Fundão.



Alpedrinha cresce justificada pelo encontro de uma estrada romana/via medieval/caminho romeiro a Santiago com aprazíveis zonas de estadia, qualidade de águas, fertilidade do solo e especificidade do terreno.

Com uma configuração alongada, acompanhando o percurso da antiga via romana, Alpedrinha desenvolve-se em sucessivos socalcos, descendo até encontrar plataformas estáveis passíveis de construção.

2.8.2. A Freguesia

Alpedrinha é Vila e sede de Freguesia. Foi sede de concelho entre 1675 e 1855, constituído pelas freguesias de Alpedrinha e Vale de Prazeres e tinha, em 1801, 1.703 habitantes. Após 1834 foram-lhe anexadas as freguesias de Atalaia do Campo, Castelo Novo, Lardosa, Orca, Póvoa de Atalaia e Soalheira. Tinha, em 1849, 7.318 habitantes. Atualmente conta com 1087 habitantes.

Relativamente à evolução histórica, a povoação parece ser de fundação pré-romana (conforme evidências de vários indícios dispersos, como escavações feitas nos arredores e onde se encontram túmulos que atestam esta hipótese). Foi ponto de passagem importante da parte ocidental da Hispânia, como provam as grandes extensões da estrada romana, ainda hoje bem conservada, e algumas moedas encontradas. Os romanos atribuíram-lhe o nome de Petratinia, nome este posteriormente adotado pelos árabes, que o modificaram, tornando possível a designação atual.

Em 1202 foi dado foral à povoação por Pedro Guterres. Apesar das origens romanas, o período de esplendor da vila data da segunda metade de 400 e da primeira do século seguinte, estando ligado ao prestígio de D. Jorge da Costa, o cardeal de Alpedrinha, que aqui nasceu em 1406 e foi mestre de D. Catarina e privado do monarca. Foram-lhe atribuídas as maiores honras e benefícios eclesiásticos que acumulou em número sem precedentes. Diz-se que renunciou à tiara em favor do Papa Júlio II, de quem era íntimo. Está sepultado na Igreja de Santa Maria del Popolo, Roma, na Capela Costa, adquirida em 1488, em riquíssimo mausoléu por ele mandado construir.

Alpedrinha foi elevada a sede de concelho em 1675 por alvará do Príncipe Regente D. Pedro, alvará que foi extinto em 1855. Foi assaltada pelos soldados napoleónicos de Loison em 5 Julho de 1808 que profanaram a Igreja de Santa Maria Madalena. No saque perderam a vida 31 pessoas da povoação.

A vila é cheia de curiosidades arqueológicas e conserva um património significativo associado à sua evolução histórica.

A 4 quilómetros de Alpedrinha, no lugar da Touca, há quatro nascentes de água medicinal e um estabelecimento balnear rudimentar.



Com uma personalidade própria o núcleo histórico da Vila de Alpedrinha é produto da confluência de correntes eruditas e populares que a arquitetura concretiza com clareza: do manuelino das portas e janelas de habitações vernaculares, ao barroco da Casa do Picadeiro, ao portal da renascença da Capela de Santa Catarina, às casas de granito de loja e andar com varandas de madeira, balcão de pedra e ferros forjados moldados com perfeição pelo Mestre Simão Rafael. Da Idade Média se diria ser o maior número de casas, construídas em toscos blocos de granito, sem aparelho nem reboco; da época manuelina a graça das janelas, com o arco cimeiro recortado e às ondas; do Renascimento, alguns vestígios de arquitetura; e o do séc. XVIII bastantes recordações barricas em palácios e igrejas.

Existem também três núcleos museológicos que dignificam e mostram todo um conjunto de bens, testemunhos materiais que integram parte da história da Vila de Alpedrinha:

Museu de Arte Sacra da Paróquia de Alpedrinha – Este espaço museológico, propriedade da Fábrica da Igreja, funciona na Igreja Matriz de Alpedrinha e apresenta um conjunto de objetos de arte sacra de várias épocas, como inúmeras alfaia litúrgicas, paramentaria e imaginária.

Museu Etnográfico da Liga dos Amigos de Alpedrinha - Instalado nos antigos Paços do Concelho, o Museu ilustra o passado dos alpedrinenses: como trabalhavam, como cozinham, o que vestiam, como viviam. Apresenta utensílios de uso individual, tais como, barro preto, louças, pentes, brinquedos; vestuário antigo, desde roupa interior de senhora, vestidos, fatos de batizado, chapéus de senhora; utensílios de profissões típicas, como barbeiro e carpinteiro; máquinas de costura; uma coleção de ferros de engomar desde os mais antigos até ao elétrico; instrumentos musicais da antiga Banda Filarmónica de Alpedrinha; a tipografia, que pertenceu a António José Salvado Mota, onde imprimiu a “Monografia de Alpedrinha”, entre outros livros também da sua autoria e mostra ainda livros antigos.

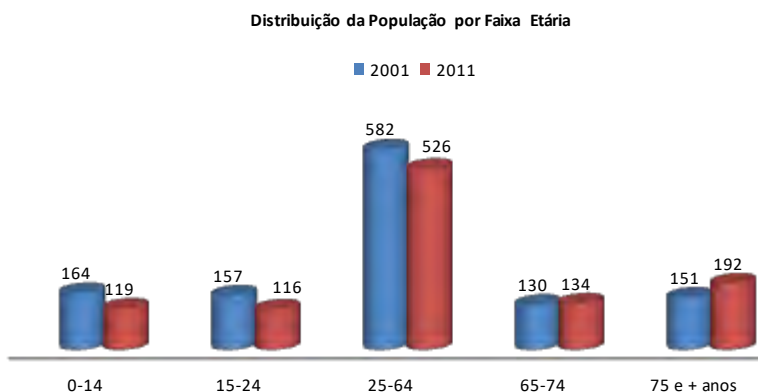
Museu dos Embutidos da Casa António Santos Pinto - É atualmente propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha. Neste museu encontram-se trabalhos de marcenaria, na área dos embutidos, de estilos tão diversificados como: Império, Luís XIV, Luís XV, Luís XVI, D. Maria, entre outros, todos eles criados por José Santos Pinto (falecido em 1987), além de trabalhos em sola gravados à mão. A obra teve continuidade pela mão de Mário Fernando de Jesus Brás.

2.8.3. Indicadores demográficos e de desenvolvimento da freguesia

No que diz respeito à densidade populacional em 2011 existiam 67,2 indivíduos por km² na freguesia de Alpedrinha, o que comparativamente a 2001 revelou um decréscimo na ordem dos 8,1%.

A presente freguesia era composta por 1087 habitantes, menos 97 do que em 2001 o que se traduziu numa taxa de variação populacional negativa na ordem dos 8,2%. Destes 1087 habitantes, 523 eram

homens e 564 mulheres, o que comparativamente a 2001 resultou numa diminuição do género masculino (8,2%) e do feminino (8,1%).



Fonte: INE – Recenseamento da População e da Habitação (última atualização dos dados 20 de Novembro de 2012).

No período compreendido entre 2001-2011 de uma forma geral, as faixas etárias que mais se destacaram face à sua variação negativa foram as seguintes: 0-14 anos (27,4%) e 15-24 (26,1%). Em sentido oposto destacou-se a faixa etária dos 75 e mais anos (27,2%).

Relativamente ao estado civil (2011), a população residente encontrava-se dividida da seguinte forma: 367 indivíduos solteiros, 538 indivíduos casados, 128 indivíduos viúvos e 54 indivíduos divorciados.

Todavia, embora o número de indivíduos casados fosse maioritário face aos restantes estados civis (49,5%), de acordo com os dados consultados acerca do número de casamentos realizados entre 2001 e 2011 no portal do INE, verificou-se uma tendência decrescente na ordem dos 9,9%. Em sentido oposto encontrava-se a taxa de variação relativa aos divórcios, que no mesmo período se situou nos 315,4% positivos.

Passando à caracterização das famílias e de acordo com o INE à data do último recenseamento da população, a dimensão média das famílias clássicas era de 2,49.

Neste mesmo período (2011), faziam parte da população em idade ativa 443 habitantes, designadamente 246 homens e 197 mulheres, o que comparativamente a 2001 apresentou um decréscimo de 14%.

Quanto aos níveis de instrução da população residente em 2011, constatou-se que esta possuía 145 pessoas que não sabiam ler nem escrever, 297 que possuíam o ensino completo do 1º ciclo do ensino básico, 144 o 2º ciclo do ensino básico, 179 o 3º ciclo do ensino básico, 108 o secundário, 9 um pós-secundário e por fim 69 um curso de ensino superior.



2.8.4. A origem e evolução histórica de Alpedrinha

Alpedrinha domina as vastas planícies da Beira Baixa e apresenta um conjunto harmonioso de grande beleza, onde os elementos construídos formam um núcleo patrimonial notável com uma sóbria combinação de elementos populares e eruditos que se interpenetram no cenário ambiental.

Segundo Maria Manuel Serra (CNC) nos “arredores são inúmeros os vestígios materiais e toponímicos de uma história antiga que remonta a épocas recuadas dos períodos pré e proto-histórico. Estes níveis de ocupação pré-romana foram incorporados na romanização a partir do séc. I quando a Egitânia (Idanha-a-Velha) se tornou um importante município da região e se construiu a via regional que ainda hoje pode ser identificada nalguns troços.

A beleza do sítio e a amenidade do clima propiciaram a fixação de uma nobreza regional detentora de propriedades e que aqui construiu as suas residências senhoriais e patrocinou o aparecimento de numerosas construções de carácter erudito de arquitetura religiosa e civil que ainda hoje se destacam pela sua grandiosidade e requinte, contribuindo para a imagem monumental e aristocrática deste conjunto histórico”.

A caracterização do edificado tem como base principal o estudo prévio para o Plano de Pormenor e Salvaguarda da Vila de Alpedrinha desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa. Apesar de a área não ser coincidente, comprova de uma forma geral a necessidade na criação da presente estratégia de reabilitação urbana.

- **Origens do primeiro povoamento**

A formação de núcleos urbanos de povoamento, ligados à agricultura e à pastorícia, na Serra da Gardunha e na Cova da Beira, remonta a épocas recuadas. Achados arqueológicos recolhidos por investigadores (Leite de Vasconcelos) e recolhidos em coleções museológicas (Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa e Museu Tavares Proença em Castelo Branco) e, até, as referências toponímicas que persistem em registos atuais (Orca, Castelejo) testemunham a existência de assentamentos neolíticos e de povoados castrejos. As condições e recursos naturais propiciaram a ocupação inicial do território e influenciaram o modo de vida das populações, ao longo dos tempos.

No quadro de romanização da Península Ibérica, sobretudo a partir do século I e até ao século V, procedeu-se à organização administrativa, territorial e urbana da região, consolidando antigos núcleos populacionais e criando novas formas de povoamento. Implantou-se o sistema viário, organizou-se a economia e a administração, estabeleceram-se assim as interdependências e as complementaridades no contexto regional do município romano da Egitânia (Idanha). A fertilidade das terras (cereais, azeite, vinho, fruta e produtos hortícolas), a abundância de água e os recursos da



serra (lenha, madeira, pasto, caça) foram determinantes para a ocupação definitiva e estruturada, imprimindo a base da matriz socioeconómica e territorial que se desenvolveu ao longo da História. Antigos castros romanizados, novas vilas rústicas, postos de observação e vigia (atalaias) eram ligados pelas vias do complexo itinerário romano peninsular.

A consolidação da primeira estrutura de povoamento, no local onde veio a desenvolver-se Alpedrinha, nas proximidades de um antigo castro, data deste período (século I – V) e tem uma relação direta com a implantação da estrada romana. Os numerosos vestígios arqueológicos, nomeadamente, o subsistente troço da antiga via e os achados registados na vila e na envolvente próxima (moedas, elementos arquitetónicos e construtivos, fragmentos epigráficos), preservados nos Museus (Museu Nacional de Arqueologia em Lisboa e Museu Tavares Proença em Castelo Branco) e em coleções privadas, testemunham claramente, a importância deste local, que era um polo destacado no apoio e controle ao longo do itinerário regional que fazia o atravessamento da Serra da Gardunha.

- **A formação do núcleo medieval e quinhentista**

Durante a Alta Idade Média, as vicissitudes do processo histórico marcaram a organização da vida local. No período das invasões bárbaras (séculos V – VII), deu-se a incorporação e a transformação das estruturas e pré-existências romanas nos reinos suevo e visigótico e a integração do território na diocese cristã da Egitânia. Com a ocupação muçulmana, no séc. VIII, assistiu-se à dispersão do povoamento em pequenos casais e núcleos rurais, preferencialmente distribuídos nos lugares mais protegidos e de difícil acesso.

No início da reconquista cristã, desenvolvida a partir dos reinos de Leão e Castela, nos séculos X e XI, a região registava um acentuado processo de ‘ermamento’ (despovoamento), com grandes zonas abandonadas. Para repovoamento e consolidação da reconquista, foram feitas as primeiras conceções de terras a donatários. Em 1143, os domínios senhoriais das terras das beiras, como parte integrante dos domínios conquistados e a conquistar pelo Condado Portucalense, passaram a fazer parte do território Reino de Portugal.

Em recompensa pelo papel desempenhado pelos Cavaleiros Templários na reconquista e defesa das terras até ao rio Tejo, o rei D. Afonso Henriques fez grandes doações nos termos da Idanha e de Monsanto e a Ordem do Templo tornou-se o principal donatário do vasto território da Idanha até Tomar.

No âmbito das medidas de repovoamento das Beiras, promovidos pelo rei D. Sancho I, o território da Serra da Gardunha foi integrado no Concelho da Covilhã, criado em 1186 e na restaurada diocese da Egitânia, que, em 1213, se transferiu para a nova cidade da Guarda, fundada em 1199. Emergem, por

toda a Beira raiana os casais e as póvoas medievais e surgem tentativas de repovoamento de antigos castros romanizados (Alpeadra).

Em 1202, o donatário Pedro Guterres e sua mulher, Ausenda Soares, fazem doação de Carta de Foral a Alpeadra, abrangendo todo o território, desde a nascente do rio Ocreza na Serra da Gardunha, até ao limite do concelho da Idanha. A identificação do concelho de Alpeadra, como Castelo Novo, é referida já no testamento do donatário, datado de 1208 e traduz uma nova fundação e proteção defensiva.

Grande parte das terras senhoriais do concelho é doada aos Templários (1226), assim como a própria vila de Castelo Novo (1252).

Data deste contexto de repovoamento pelos primeiros reis portugueses, de o final do século XII e durante o XIII, a identificação toponímica de Alpedrinha. Em 1260, surge a referência a 'Alp'adina', num documento relativo aos bens da Diocese da Guarda e, em 1266, D. Diogo Lopes e sua mulher, D. Urraca Afonso, fazem doação perpétua das terras de 'Alp'adina' à Ordem do Templo. Entre as teorias, entre a origem e significado do topónimo, destaca-se a que identifica Alpedrinha como diminutivo de Alpeadra, podendo significar uma pequena povoação no território da velha AlpReadra (Alpedrinha), ou um afluente da ribeira de Alpeadra.

Como donatários, os Templários construíram a primitiva Capela do Espírito Santo, que funcionou como primeira matriz. Com a extinção da Ordem do Templo, Alpedrinha transitou para a Ordem de Cristo, em 1319, formando a Comenda de Alpedrinha e Castelo Novo.

O rei D. Dinis, que propôs a incorporação dos bens dos Templários na Ordem de Cristo e promoveu a criação das primeiras comendas, tomou medidas de incremento agrícola e mandou plantar soltos de castanheiros na Serra da Gardunha.

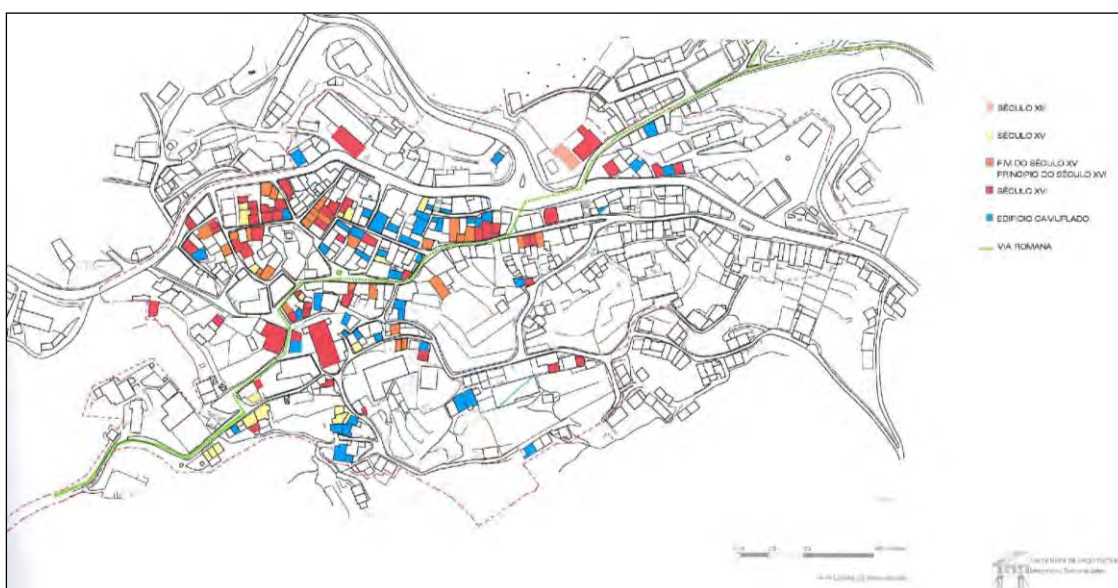
Foi como sede da Comenda da Ordem de Cristo que Alpedrinha se afirmou e organizou o núcleo medieval e quinhentista. A estrada romana persistiu como itinerário regional medieval e via aglutinadora do desenvolvimento espacial. Rota da transumância e caminho de peregrinação foi uma infraestrutura essencial ao plano das atividades económicas, religiosas e administrativas, garantindo as ligações dentro da região e entre esta e o país.

Durante o século XIV, por iniciativa da Ordem de Cristo, começaram a ser construídos, na parte alta e junto da estrada, os principais edifícios, representativos da entidade tutelar da povoação: a Igreja Matriz, a Casa da Comenda e o Picadeiro. A dinâmica, introduzida nos séculos XV e XVI pelo Infante D. Henrique e pelo rei D. Manuel I, como administradores da Ordem de Cristo, contribuiu para o desenvolvimento de Alpedrinha, atraindo uma população ativa de serviços, agricultores e mesteres. O movimento do comércio nas zonas fronteiriças entre Portugal e Castela atraiu algumas famílias de

judeus. Este grupo populacional aumentou com a expulsão dos Judeus de Espanha, em 1492 e acolheu cristãos novos portugueses, a partir de 1496, contribuindo para a dinamização da economia local.

A par da agricultura, da caça e da pastorícia, organizaram-se as manufaturas (alcaçarias, tratamento de couros, exploração do sumagre). Na encosta virada sobre os campos, desenvolveu-se o aglomerado urbano, um conjunto orgânico de ruas estreitas, ocupadas por edifícios de habitação corrente e equipamentos comuns (forno, poço). A microtoponímia evoca, ainda hoje, estas ambiências e, nalgumas fachadas, identificam-se elementos arquitetónicos tardo-góticos e manuelinos. A construção da Capela de Santa Catarina (Capela do Leão), a instalação da primeira Misericórdia e respetivo hospital (c. 1501), e a reconstrução da igreja matriz (1567/70) vieram introduzir a linguagem erudita do classicismo renascentista e do maneirismo na arquitetura local tradicional, influenciando, posteriormente, alguns edifícios residenciais.

Neste período, destaca-se a ação de eruditos locais, com projeção nacional e internacional, como O Cardeal D. Jorge da Costa e seu irmão D. Martinho da Costa, reforça-se o papel de antigas famílias de terratenentes e promove-se a criação do Morgadio dos Senhores de Pancas (1495). Com uma população letrada, muito significativa, composta por membros do clero e das irmandades religiosas e por funcionários ligados à administração dos bens da Comenda e às atividades de defesa, financeiras e de justiça, tuteladas pelo concelho e pelo rei, Alpedrinha destacava-se no contexto regional e os seus moradores reclamavam a criação do concelho, desde 1557. A educação das elites locais estava a cargo da igreja. Uma curta estadia dos jesuítas, em 1665, criou a aula de latim e muitos estudantes frequentavam a Universidade de Salamanca.





- **O concelho de Alpedrinha (1675-1855)**

Durante a Guerra da Independência, Alpedrinha desempenhou um papel de apoio à Atividade militar e reforçou a sua importância no contexto regional. A criação do Concelho data de 1675. Instituído durante a regência de D. Pedro II, abrangia terras desanexadas do Concelho de Castelo Novo, incluindo a Vila de Alpedrinha, o Monte das Toucas e parte de Vale Prazeres. Inicia-se um período de centralidade política e administrativa, que se prolonga até meados do século XIX.

Os Paços do Concelho e o Pelourinho, construídos em 1780, são exemplares emblemáticos deste novo ciclo ligado ao poder local. As grandes obras de arquitetura religiosa e civil exprimem, através do Barroco erudito ou de expressões regionais, a pujante vitalidade económica, artística e cultural.

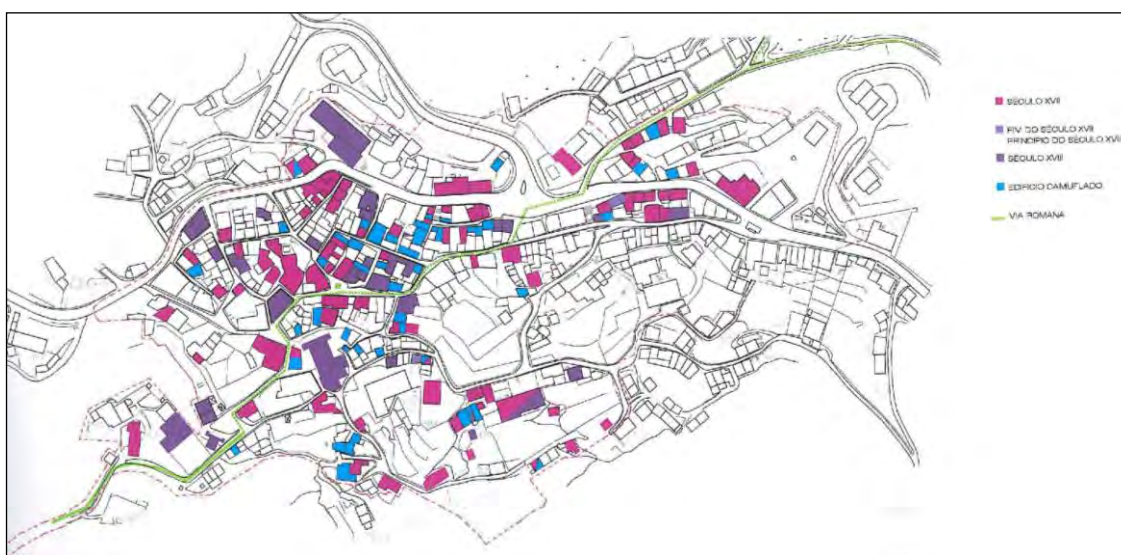
A renovação do edifício da Misericórdia e da fachada e interior da Igreja Matriz, a edificação de capelas e ermidas, a instalação do grande chafariz real e a construção de palácios pela aristocracia local são exemplos representativos. Muitas destas obras são realizadas por artífices locais, mas algumas, como o Palácio do Picadeiro, são da autoria de mestres provenientes de outras localidades e regiões. Grandes iniciativas e obras de arquitetura, realizadas na segunda metade do século XVIII, ficaram a dever-se a membros do clero e da aristocracia e a beneméritos locais, como frei Maurício Inocência de Castelo Branco (renovação e ampliação da Casa da Comenda, obras da Igreja Matriz e da Misericórdia) e o Dr. Francisco Lopes Sarafana Correia da Silva (Palácio do Picadeiro).

A referência a Alpedrinha, em estudos e obras de carácter geográfico e corográfico, é corrente nesta época e a Serra da Gardunha chega e ser mencionada como Serra de Alpedrinha. Nas 'Memórias Paroquiais' de 1758, regista-se uma população de 1110 habitantes, distribuídos por cerca de 347 fogos, localizados na vila e quatro casais no Monte da Touca. No mesmo relato, destacam-se como principais bens imóveis do património local: a Matriz de S. Martinho, a Misericórdia e respetivo hospital, cinco capelas públicas e três capelas particulares. Os equipamentos produtivos englobam seis lagares de azeite e cinco azenhas de moer cereais. Os principais recursos dos moradores são o vinho, o azeite, a castanha e as atividades económicas relacionam-se com a agricultura, a caça e a pastorícia.

A estrada velha mantém-se como itinerário regional principal e as relações de vizinhança preferenciais estabelecem-se com os concelhos de Castelo Novo, Penamacor e Fundão e até com a Guarda, de onde provem o correio. Apesar dos destroços provocados pelas invasões francesas (1808/11), Alpedrinha recuperou a dinâmica tradicional e reforçou as funções de centralidade administrativa, com a extinção do Concelho de Castelo Novo, levada a cabo pelas reformas do Liberalismo, em 1835. Ao território anterior, agregou o do extinto concelho e das povoações da Orca, Atalaia, Lardosa e Soalheira.

Em pleno contexto Liberal, na primeira metade do século XIX, foi fundado o primeiro Teatro existente na vila, designado Casa da Ópera e localizado na rua do Calvário.

Fizeram-se pequenas obras de cobertura da nascente de águas termais da Touca e deu-se início a manufatura de cadeiras de sola, por iniciativa do mestre de marcenaria José Joaquim dos Santos Pinto, vulgarmente designado por Pinta Ratos. A vila encerrava um dos ciclos mais importantes da sua História e fazia a transição do antigo regime para o novo contexto liberal, sem sobressaltos.



- **A vila histórica, de 1855 aos nossos dias**

Apesar das reivindicações locais as medidas centralizadoras das reformas administrativas levadas a cabo pelo Liberalismo consagraram a extinção do Concelho de Alpedrinha, em 1855, integrando o território e as funções no Concelho do Fundão. Esta decisão simbolizava a valorização da centralidade económica de cariz industrial, em detrimento das antigas funções administrativas e da economia de base agrária. No entanto, devido à importância do Hospital, à organização do comércio e da feira, à manutenção do juiz de paz, à instalação de novos serviços (farmácia, telégrafo e correios), à dinâmica cultural (grupos de teatro, tertúlias, festividades e romarias, jornais), e às novas acessibilidades (estrada nacional e caminho de ferro), Alpedrinha manteve alguma centralidade à escala regional.

Este ciclo de vitalidade prolongou-se durante a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século XX. Traduzindo a dinâmica das atividades económicas e dos novos serviços e práticas culturais, ligados à influência de cultura urbana emergente, em 1864, o primeiro censo oficial da população portuguesa registava 1634 habitantes, aumentando para 1729 em 1878, 1820 em 1900 e 1966 em 1911. Depois de uma ténue recessão registada em 1920, a população volta a aumentar, fixando-se em 2201 no ano de 1950. A partir desta data, o número de residentes desce, progressivamente.

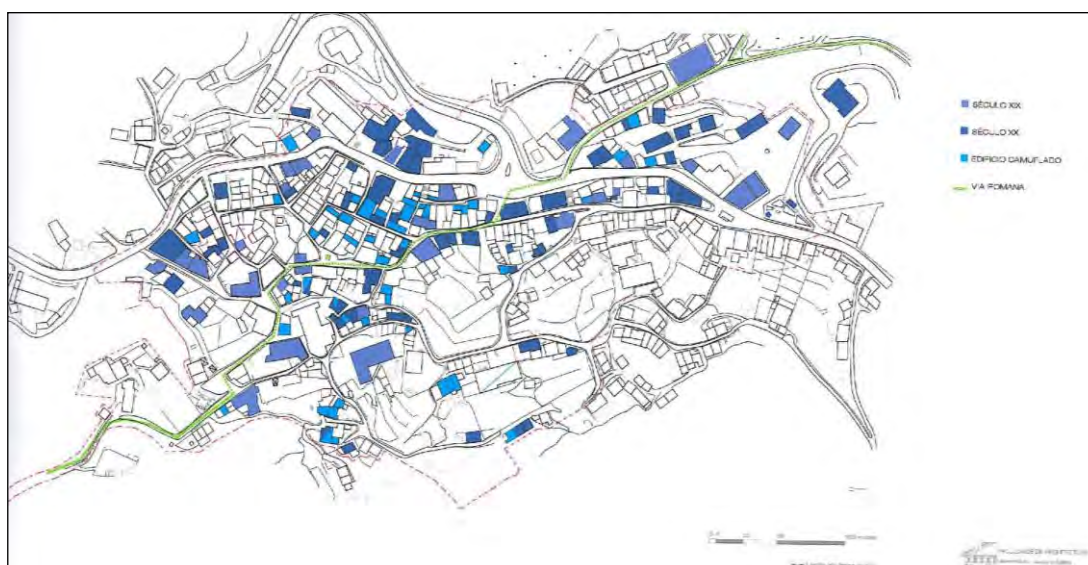
As obras de fomento liberal, lançadas no final da monarquia constitucional e durante a República, requalificaram os equipamentos locais e melhoraram as ligações a nível regional (no quadro do concelho e do distrito) e a nível central.

O investimento público centrou-se no Balneário das Termas da Touca e respetivos acessos, na construção das escolas com residência de professores, assim como na ampliação do Hospital e no tratamento urbanístico da respetiva envolvente e, ainda, no edifício do novo Teatro.

As obras do sistema viário e ferroviário nacional puseram Alpedrinha em ligação com o país e foram decisivas para a manutenção de alguma centralidade. Mais uma vez, estes melhoramentos e obras públicas ficaram a dever-se à iniciativa e influência de uma destacada figura com relações políticas a nível nacional, o Deão Boavida.

A animada vida local refletia-se em múltiplas atividades musicais, teatrais, editoriais e desportivas, nas festividades religiosas e nas tradições. A par da instalação provisória de diversos agrupamentos dramáticos e clubes artísticos, a construção de um equipamento cénico com qualificação de Teatro foi um dos factos marcantes desta renovação cultural, que também incidiu sobre o património artístico e arquitetónico religioso. As atividades produtivas ligadas ao artesanato, continuaram na linha de produção de mobiliário tradicional e introduziram a cerâmica e a pirotecnia artística.

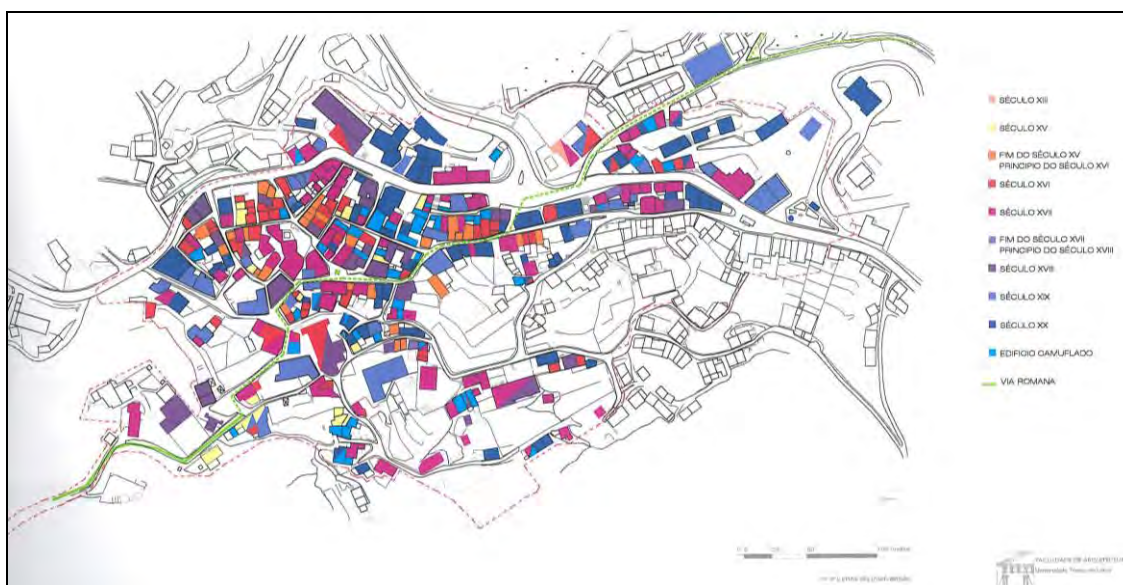
A partir de meados do século XX, o ciclo de dinâmica tradicional estagnou. O abandono da residência permanente por muitas das elites locais, que se transferiram para a sede do distrito e para a capital e os efeitos da forte emigração que nos anos 60 e 70 atingiu todo o distrito de Castelo Branco fizeram-se sentir. A Misericórdia manteve-se como entidade agregadora da vida local e procurou integrar novos serviços de apoio à população.



Com a organização e o reforço do poder local democrático, a partir de 1974, a freguesia de Alpedrinha tem vindo a descobrir no seu património e nos recursos culturais fatores de uma nova vitalidade. Com uma população residente de 1.184 habitantes, afirma-se, hoje, como vila e centro histórico notável, onde o conjunto construído, as ambiências naturais e as vivências locais se completam e valorizam.

- **Registo do edificado nos diferentes períodos históricos**

A malha urbana que chega aos nossos dias, produto de uma diversificada estratificação histórica, encerra em si uma singularidade que urge preservar e dignificar recorrendo, para isso à criação de instrumentos de apoio que incentivem à reabilitação - Operação de Reabilitação Urbana, e que integram um conjunto de critérios definidores das linhas de intervenção – Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo.



2.8.5. Imóveis Classificados e em vias de classificação

No perímetro da ARU de Alpedrinha, encontram-se classificados, em vias de classificação e enquadrados com proteção jurídica os seguintes bens patrimoniais:

Pelourinho de Alpedrinha – Foi classificado em 1933 como Imóvel de Interesse Público [IIP], Decreto n.º 23122, DG, I Série N.º 231, de 11-10-1933;

Capela do Leão/ Capela de Santa Catarina e Fonte Monumental/ Chafariz D. João V – Classificadas em 1943 como Imóvel de Interesse Público [IIP], Decreto n.º 32973, DG, I Série N.º 175, de 18-08-1943. Esta foi abrangida em 1951 por uma nova classificação extensiva ao recheio da capela e

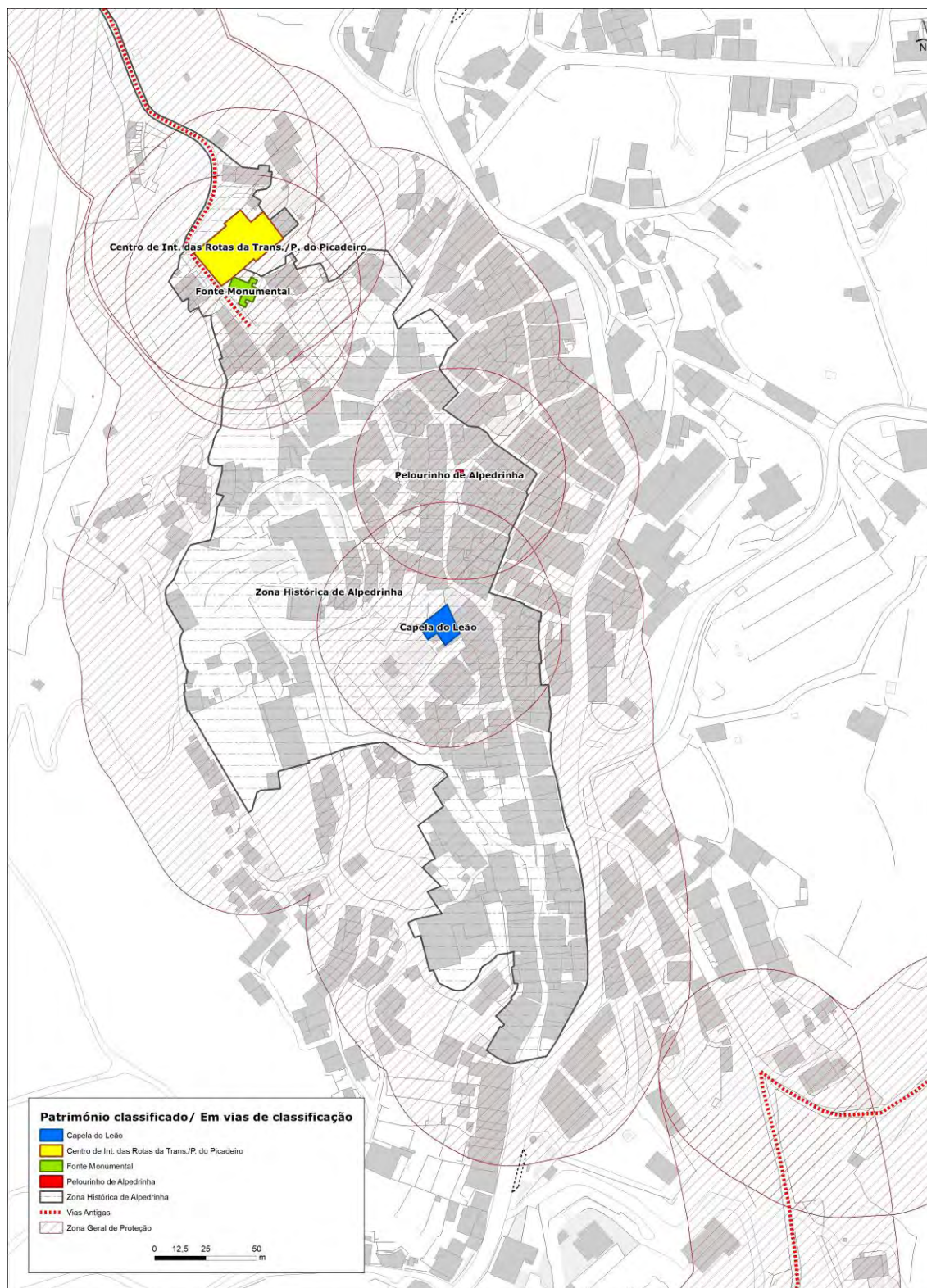


em especial dos quadros que constituem o retábulo, Decreto n.º 38147, DG, I Série Nº 4, de 05- 01- 1951;

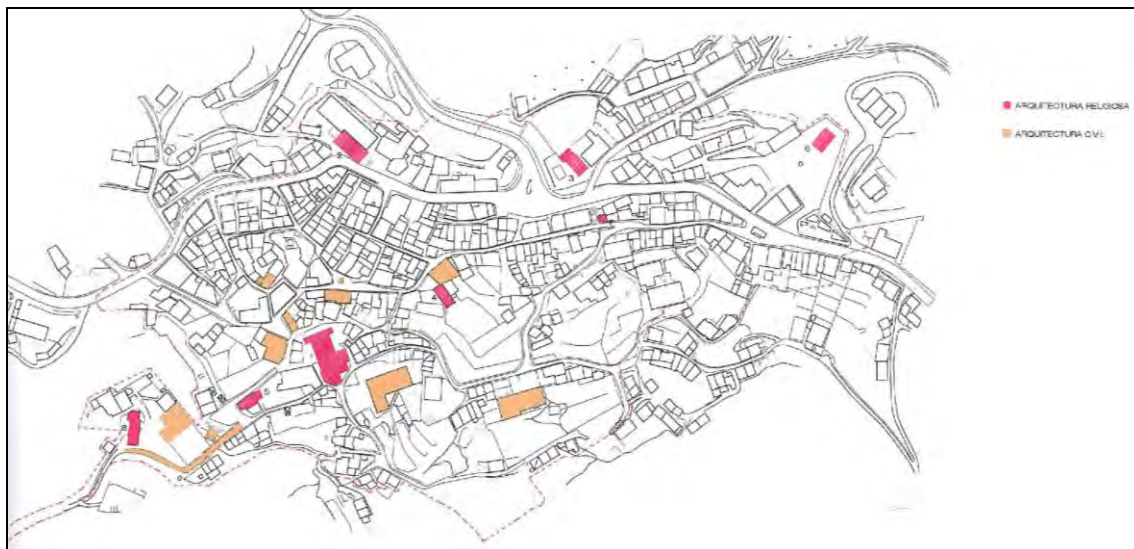
Via Antigas em Alpedrinha e Castelo Novo – Em vias de classificação como Imóvel de Interesse Público [IIP], Despacho de 27-02-1991;

Centro Interpretativo das Rotas da Transumância/Palácio do Picadeiro – Em vias de classificação – Anúncio n.º 197/2015, publicado em DR, 2ª Série, n.º 160, de 18 de agosto;

Zona Histórica de Alpedrinha – Em vias de classificação – Anúncio n.º 204/2019, publicado em DR, 2ª Série, n.º 241, de 16 de dezembro, sob proposta da Direção-Geral do Património Cultural, a intenção de classificação como Conjunto de Interesse Público (CIP) da Zona Histórica de Alpedrinha, e a fixação da respetiva zona especial de proteção.



2.8.6. Arquitetura Religiosa



1. **Igreja Matriz de Alpedrinha** – De raiz românica (séc. XII-XIII) remodelada na segunda metade do séc. XVI. Com fachada sóbria e portal clássico, enquadrada por duas torres sineiras, tem um qualificado espaço interior onde se evidenciam os altares com decoração clássica da época quinhentista e objetos litúrgicos ligados ao culto que deram origem a um pequeno conjunto museográfico de onde se destacam os paramentos do séc. XVI, alguns dos objetos de arte sacra e pinturas em tábuas e tela do séc. XVIII.
2. **Igreja da Misericórdia** – Exemplar representativo da arquitetura maneirista do final do séc. XVI e do início do séc. XVII, com fachada simples onde se rasga um nicho com a estátua de Nossa Senhora do Socorro acima do portal e interiores ricamente decorados com talha e imaginária barroca.
3. **Capela Espírito Santo** – Um dos mais antigos edifícios de Alpedrinha, fundado pelos templários no século XII. A sua origem liga-se ao desenvolvimento do culto do Espírito Santo nas Beiras. Remodelada nos séculos XVII e XVIII. Desempenhou funções de matriz, antes da construção da atual e foi tutelada pela irmandade da Misericórdia. Dentro da tipologia das capelas de invocação, é um edifício com dimensões significativas. Tem fachada simples, onde se destaca o portal recortado por moldura do tipo barroco e um pequeno campanário. No interior, apresenta três altares.
4. **Capela do Leão/ Capela de Santa Catarina** – De invocação de Santa Catarina, pequeno templo que apresenta elementos do gótico final e da renascença com destaque para a fachada onde ressalta o portal clássico de tipo renascentista com arcos de volta perfeita e medalhões clássicos atribuído ao escultor Nicolau de Chanterenne ou à sua oficina. Esta construção está ligada à figura notável do Cardeal D. Jorge da Costa (1406-1508) cuja família tinha raízes locais e ele próprio aqui nasceu e residiu temporariamente, tendo ficado conhecido como Cardeal de Alpedrinha e



notabilizado pelo seu perfil de Humanista que o levou até Roma onde viveu e faleceu com 102 anos. Apresenta na fachada as armas do Cardeal e no interior um retábulo de madeira com painéis quinhentistas onde representam os passos da vida de Cristo.

5. Capela do Menino de Deus – Pensa-se que terá sido construída em 1681. Situa-se na rua do Chafariz, ao cimo da vila. É pouco conhecida pois está abandonada há já bastantes anos. Já em 1933 António José Salvado Motta na "*Monografia de Alpedrinha*", pág. 244, refere que "...está profanada há já muitos anos, e poucas pessoas há que ainda se lembram de se lá dizer missa.". É uma capela bastante pequena. No retábulo, embutido num arco de cantaria metido na parede, tinha pintado na madeira o Espírito Santo, com a respetiva pomba; nas bases de duas das quatro colunas tinha, de um lado a Verónica e do outro um Papa de tiara na cabeça. Na tribuna tinha a imagem do Menino de Deus. Tem sobre o portado um brasão de armas, em pedra mármore, cujo escudo é esquartelado e igual ao que está na frontaria da casa que, segundo reza a tradição, foi mandada construir pelo Cardeal de Alpedrinha. Nos anos 30 esta capela foi vandalizada e acabou por ser vendida, nos anos 60, a um particular que pretendia construir lá casa. Desde então a capela encontra-se ao abandono.

6. Capela de Santo António – Situa-se ao fim da vila, a sul, num terreiro que tem o mesmo nome e está bem situada pois avista-se de bem longe de Alpedrinha. É pequena, de construção moderna, e relativamente recente, provavelmente de 1830. A capela tem um pequeno guarda-vento, um pequeno coro invulgar que se situa em volta de três das suas quatro paredes, situando-se nesta última o altar que tem três vitrinas onde estão o Santo António, S. Braz do Souto e Santa Luzia. Antes da sua construção existia uma outra com o mesmo nome que, segundo António José Salvado Motta na "*Monografia de Alpedrinha*", pág. 222, "...estava assente ao fundo da rua de Santo António, entre esta e a do Espírito Santo, (...); d'ela diz apenas o Padre Peralta: «e logo ao princípio da vila alguma coisa dentro d'ela está a Eremida de Santo António tem retábulo e tribuna de obra salomonica he pequena mas esta bem aceada». No sítio da antiga capela, e encostada a uma das casas fronteiras esteve durante muitos anos uma pedra artisticamente lavrada que hoje serve de cachorro para segurar a concha onde cae a água da Fonte do Leão, e que ali foi mandada colocar pelo Dr. António Boavida em 1898, ...". Ainda segundo António José Salvado Motta essa pedra é em tudo semelhante à que segura e serve de cachorro ao púlpito da Igreja da Misericórdia, a qual tem gravado do lado esquerdo, e escondido, a data 1717. Por esta razão o autor da "*Monografia de Alpedrinha*" escreve que "...é provável que desempenhasse desde esse ano até ao de 1830 as mesmas funções na capela de Santo António que a sua igual na Igreja da Misericórdia (...) Datará d'esta época a fundação da antiga capela? É provável que sim, e ainda não encontrei referências mais antigas...". A capela atual tem na sua fachada principal, no lado esquerdo, uma pequena sineta que se toca por meio de uma corrente.

7. Capela Senhor da Oliveira – Não se sabe ao certo qual a data da sua construção, mas terá sido, provavelmente, por volta do ano de 1747. Depreende-se isso dos escritos do Padre Luiz Cardoso no seu "Dicionário Geográfico", que publicou em 1747 e onde se lê "Vai-se agora edificando de frente ao dito templo do Espírito Santo uma capelinha com o título do Senhor da Oliveira, em que se inclui um crucifixo de pedra que ali estava posto sobre uma coluna, ao qual há quinze anos a esta parte começaram os vizinhos d'aquele bairro a venerar por milagroso com tal devoção que só das esmolas e ofertas que de estas partes se lhe tem feito, se vai concluindo esta obra.". Esta capela situa-se ao meio da vila, na Rua de Santo António, e perto da capela do Espírito Santo, em frente ao Externato Capitão Santiago de Carvalho e é a capela mais pequena de Alpedrinha. Segundo António José Salvado Motta, na "Monografia de Alpedrinha", pág. 225, a capela foi mandada construir por duas famílias e é pequena pois "...o pequeno e acanhado terrado em que foi construída a capela pertencia a uma destas famílias, e uma velha oliveira que estava no mesmo terrado pertencia à outra, (...); como porém o terrado tinha um dono e a oliveira outro, de comum acordo os dois possuidores fizeram a capela, e como não havia terreno para mais tiveram de a fazer assim.". Esta capela também já foi restaurada, mas desconhece-se a data da reconstrução. No retábulo e altar existem quatro colunas coríntias com ornatos de uvas, parras e pássaros, tudo em dourado; no centro tem a imagem do senhor da Oliveira, em granito. O teto da capela é em madeira de castanho apainelado, onde existe uma pintura de Verónica. Esta é mais uma das capelas de Alpedrinha que pertencem a particulares e se encontram fechadas ao público.

8. Capela de São Sebastião – Situa-se ao cimo da vila, junto ao Palácio do Picadeiro e à Calçada Romana. Também desta capela se desconhece a data da sua construção, mas é anterior a 1747, pois já nesta altura Luiz Cardoso fazia referência a esta capela no seu "Dicionário Geográfico". Até à data da primeira reconstrução (anterior a 1933) a capela tinha no altar um retábulo de obra tosca com pinturas do Martírio de S. Sebastião. Após a restauração a capela deixou de ter as pinturas. Tem então três vitrinas, estando no centro a imagem e Nossa Senhora da Piedade, na da esquerda S. Sebastião e na da direita Santa Maria Madalena. Esta última imagem pertencia à Igreja de Santa Maria Magdalena, a qual foi profanada em 1808. Esta capela é bastante espaçosa e tem um terreno que lhe é contíguo. Já no início do Séc. XX, e por influência do Padre Joaquim Nunes da Silva Taborda, foi feito um alpendre suportado por colunas de granito.

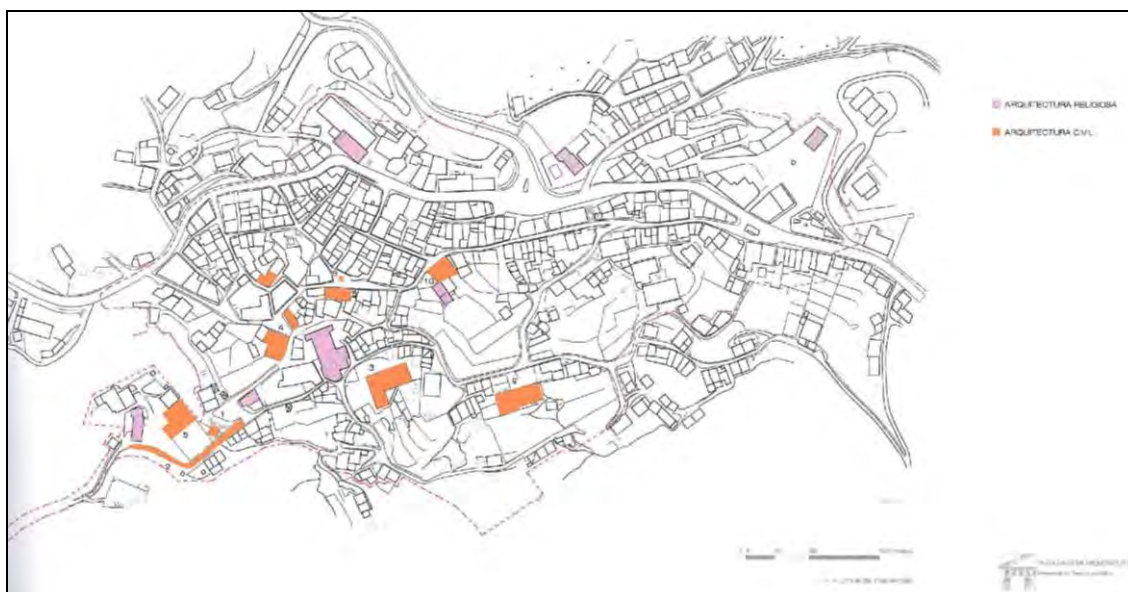
Capela de Santa Maria Madalena – Foi construída entre 1628 e 1640, tendo sido seu fundador o Sr. António Fernandes e situa-se na estrada para a estação, do lado esquerdo. A 5 de Julho de 1808 a capela foi profanada pelos franceses, que lhe deitaram o fogo. A imagem de Santa Maria Madalena foi salva e encontra-se atualmente na capela de São Sebastião. Após este incidente, e até há relativamente pouco tempo, esta capela passou a ser uma olaria e nela habitavam também os oleiros.

Capela do Anjo da Guarda – Inicialmente esta capela situava-se junto à atual mas do outro lado da estrada, no cimo de um pequeno outeiro coberto de castanheiros e outras árvores. Junto a esse outeiro existia uma fonte: a fonte do Anjo da Guarda. Desta pequena capela, com alpendre, não se sabe a data da sua construção, mas terá sido anterior a 1634, pois nela existia a sepultura de Manuel de Pedro Maria, o qual faleceu a 19 de Março de 1634. Até cerca de 1870 o recinto do arraial era extenso, mas, mais tarde, parte do recinto foi anexado a uma quinta. O terreiro ficou de tal modo pequeno que a festa teve de se expandir para nascente. Surgiu então a ideia de mudar a capela para outro sítio e o dono da quinta ofereceu um terreno com o dobro da área do outro recinto e a cerca de 300 metros a noroeste do mesmo. Em 1926, a comissão de festas conseguiu, para surpresa de todos, mudar a capela para o novo recinto. A mudança da capela custou, na altura, noventa contos, nos quais se incluem a feitura do grande terreiro, com três patamares e escadarias em granito, ladeadas de colunas artísticas, a mudança da capela, sendo a atual maior e tendo também um alpendre sustentado por dez colunas de granito. Esta capela situa-se junto à EN18 (entre Alpedrinha e Fundão) do lado esquerdo, a cerca de 1 Km da vila e o terreiro tem cerca de 120 metros ao longo da estrada. Após a mudança da capela, e quando foi construída a EN18, foi também construído um chafariz um pouco acima da capela e junto à referida estrada (chafariz novo).

Ermida de Santa Maria Madalena – Situada nos arredores da povoação é uma antiga capela.

Ermida de S. Miguel Arcanjo – Situada nos arredores da povoação é uma antiga capela com nave única e terreiro em frente da entrada.

2.8.7. Arquitetura Civil Residencial e de Equipamento





1. **Fonte Monumental / Chafariz D. João V** – grande chafariz joanino construído na primeira metade do séc. XVIII, junto do acesso ao palácio do Picadeiro com seis bicas, três delas vertendo sobre o grande tanque e emoldurado por dois lanços de escada. Em frente abre-se um grande terreiro.
2. **Via Antigas em Alpedrinha e Castelo Novo** – Troço de cerca de 2 Km de estrada romana, ao fundo da povoação e em direção ao outeiro, que fazia parte de uma antiga via integrada no sistema viário da ponte de Alcântara.
3. **Casa da Comenda** – Grande construção senhorial com três torreões, apresenta uma estátua de raiz medieval embora possa ter sido construída posteriormente. Situada na parte alta da vila, começou a ser construída no século XIV, para a sede da Ordem de Cristo. Na origem foi um edifício administrativo e uma residência de freires e funcionários da Ordem. Ao longo dos tempos foi sofrendo adaptações de forma a adaptá-la a habitação. Para além do seu valor arquitetónico tem um forte valor histórico associado à origem e designação.
4. **Casa do Cardeal de Alpedrinha** – Existem várias versões sobre qual a casa onde o Cardeal D. Jorge da Costa, Cardeal de Alpedrinha ou Cardeal de Portugal, como era conhecido, nasceu (em 1406). Uma das casas que se pensa ter sido o berço do Cardeal, e que será a mais provável, situa-se na rua da Igreja, havendo outras que também são tidas como "casas do cardeal", como é o caso de casas existentes na rua do Leão. Segundo o que António José Salvado Motta escreve na Monografia de Alpedrinha, pág. 350, referindo-se às casas da rua da Igreja, "Corre tradicionalmente em Alpedrinha que o Cardeal D. Jorge da Costa mandou reconstruir estas casas, em que nasceu, dando-lhes uma forma apalaçada, todas de cantaria, com grandes salas, mas sem grandes comodidades, por serem todos os compartimentos muito grandes, de tetos em forma de pirâmides truncadas, caibros à vista, com pequenos desenhos e molduras, juntando às mesmas casas, e fazendo-o desaparecer, o forno que, segundo a tradição, era de sua mãe; (...) Estas casas foram construídas, não para residência do Cardeal, visto que a sua residência habitual era o convento de Santo Eloi, em Lisboa, onde tinha sido educado, mas sim para quando viesse à sua terra, ter uma casa sua para onde pudesse ir descansar e receber os amigos sem ter de ir para a de seu irmão D. Martinho, ou de seu cunhado Lopo Alvares Feio, em Atalaia do Campo." Sobre o portado que foi da entrada encontra-se um brasão de armas que pensa-se que seja de Diogo Furtado da Costa, arcebispo, e não de D. Jorge da Costa.
5. **Palácio do Picadeiro** – Mandado construir no século XVIII, pelo Dr. Francisco Lopes Sarafana Correia da Silva, no local do antigo Picadeiro da Ordem de Cristo, é um exemplar do barroco joanino. Com uma escala invulgar no contexto local e mesmo regional, a obra, com a direção do mestre Carlos Caetano Correia de Castro, prolongou-se durante a primeira metade do século XIX, ficando inacabada. Pela sua implantação, exuberância, expressão erudita e elementos decorativos que compõem a fachada (vergas das janelas, frontão circular, pináculos e fogaréus) este cenário arquitetónico é um

exemplar notável do património da vila e encontra-se inserido na Zona de Proteção do Chafariz de D. João V, formando um conjunto barroco de grande valor.

5.1. Classificação do Palácio do Picadeiro – A Direção Regional da Cultura do Centro (DRCC), “tendo em consideração o fato de que este imóvel sofreu uma intervenção de recuperação e reutilização” está, com a total concordância da Câmara Municipal do Fundão” a efetuar as diligências necessárias no sentido de o classificar como imóvel de interesse cultural, em conformidade com o estipulado no Decreto-Lei nº 309/2009, de 23 de Outubro, de 23 de Outubro, bem como o respetivo pormenor de salvaguarda e respetivo regime jurídico das zonas de proteção enquadrado na Lei nº 197/2001, de 8 de Setembro.

5.2. Palácio do Picadeiro / Centro de Interpretação das Rotas da Transumância

Em 2002 a Câmara Municipal do Fundão em conjunto com outros parceiros (Câmara Municipal de Penamacor, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Castelo Branco, UNAVE da Universidade de Aveiro, Escola de Hotelaria de Coimbra, FEPMA – Fundación para la Ecología y la Protección del Medio Ambiente e Fundación General de la Universidad de Valladolid) avançou com uma candidatura (que foi aprovada) ao Programa INTERREG III com o objetivo de implementar o projeto “Rotas da Transumância” de forma a potenciar, através desta iniciativa de cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento regional através da capitalização dos recursos endógenos existentes.

Partindo de uma base temática centrada na prática ancestral da transumância, este projeto assentou numa perspetiva pautada por critérios de transversalidade, ciente da diversidade de vertentes que importa fazer convergir na senda de um desenvolvimento sustentável e sustentado e procurou alcançar os seguintes objetivos:

- a) revalorização dos produtos associados à prática da transumância (por exemplo, carne e produtos lácteos), contribuindo para a dinamização do sector primário;
- b) utilização da transumância como *alavanca* de desenvolvimento e divulgação das especificidades dos modos de vida dos meios rurais, visando a sua preservação e recontextualização, valorizando o seu potencial de existência no contexto atual;
- c) criar uma dinâmica de base regional baseada na valorização do conceito de recurso endógeno, potenciadora da criação de sinergias entre diversos sectores e entidades (Agricultura – Turismo – Ambiente – Cultura);
- d) instituição de uma política de cooperação transfronteiriça que utilize como base primária de trabalho as “rotas da transumância”, e que potencie o desenvolvimento local das regiões raianas, dos dois lados da fronteira;



- e) favorecer a fixação da população em zonas rurais degradadas através de atividades socioeconómicas alternativas ligadas à promoção de um turismo consciente e responsável, a valorização do Património Cultural e Natural e dos produtos artesanais [novo produto turístico].

A execução deste projeto contemplou um conjunto de ações no seu território de intervenção. No entanto, neste processo destacam-se apenas as iniciativas que em Alpedrinha mudaram o paradigma da relação com o futuro e que colocaram esta freguesia no centro de todo o projeto de cooperação transfronteiriça designado por Rotas da Transumância:

- a) Criação de um Centro de Interpretação da Transumância no Palácio do Picadeiro em Alpedrinha, com valências nas áreas de promoção e divulgação turísticas, de estudos e investigação (Centro de Documentação), de dinamização do comércio (Loja da Transumância) e das atividades tradicionais ligadas ao fenómeno da transumância (arte pastoril, produtos rurais);
- b) Criação de um núcleo de “Artes Transumantes” onde se disponibilizará e interpretará diversa informação sobre as atividades e produtos relacionados com a prática da transumância, devidamente certificados, potenciando o seu valor comercial;
- c) Implementação de uma página Web que se constitua como valioso instrumento de divulgação deste projeto, facilitando simultaneamente os fluxos de comunicação entre os diversos intervenientes no projeto;
- d) Criação de um Gabinete de Gestão do Projeto “Rotas da Transumância”, que permita uma mais fácil aproximação da realidade dos elementos integrantes do projeto, que represente as diversas entidades envolvidas, e que se constitua como uma estrutura associativa de defesa e preservação destes caminhos e da realidade que a eles está associada;
- e) Instalação no Palácio do Picadeiro – Alpedrinha;
- f) Promoção e valorização dos produtos artesanais das áreas compreendidas pelas “Rotas da Transumância”, de que o exemplo mais evidente será a Arte Pastoril, numa ótica de complementaridade entre as práticas tradicionais e fatores de inovação e definição de políticas comerciais mais agressivas;

No quadro da implementação deste projeto das “Rotas da Transumância”, nomeadamente, em Alpedrinha, o Palácio do Picadeiro, depois décadas de abandono foi totalmente recuperado. Esta candidatura ao INTERREG IIIA, financiada pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, foi fundamental para a sua recuperação física e também da sua memória.

6. Antigos Paços do Concelho – Foram construídos em 1680, cinco anos após a elevação de Alpedrinha a Vila. É toda em cantaria, tem dois andares e rés-do-chão, que são divididos por uma



escadaria que é em granito até ao primeiro andar e de soalho até à porta de saída para as traseiras, um pouco acima do segundo andar. A fachada tem varandas salientes com grades de ferro e no segundo andar, ao centro, existe uma ventana na qual esteve, durante anos, uma sineta. Em 1855, quando o concelho foi extinto, um grupo de alpetrinienses tirou a sineta e escondeu-a para que não desaparecesse como aconteceu com o S. Jorge. Anos mais tarde a sineta foi colocada numa das ventanas da torre norte da Igreja Matriz de onde, mais tarde, acabou por desaparecer. Ao lado da ventana encontra-se o escudo das armas portuguesas onde se pode ler a data 1680. Após a extinção do concelho, em 1855, a casa da Câmara manteve-se ocupada servindo de tribunal do juiz da paz, escola primária, sala de ensaios da filarmónica, sala de espetáculos, cadeia, galinheiro, adega e até de açougue. Foi também moradia do carcereiro, que acumulava também o emprego de coveiro. Atualmente está lá sediada a Junta de Freguesia, a Liga dos Amigos de Alpedrinha (LAA), o Museu da Liga e existem salas onde se efetuam os ensaios do orfeão e da orquestra, onde funciona a Escola de Música e onde funciona o ensino recorrente. Também funcionou lá a Casa do Povo. É também nas salas da Casa da Câmara que se realizam as diversas exposições promovidas pela LAA. Ostenta o escudo com as armas nacionais datado de 1680.

7. Casas Tradicionais – Existem no centro histórico diversas casas tradicionais, que, apesar da sua simplicidade, têm qualidade arquitetónica e fazem a harmonia do conjunto. Correspondem a diversas tipologias espaciais e formas de organização e composição de fachada. Algumas têm pormenores arquitetónicos de valor histórico e artístico, com destaque para alguns portais e tardo-góticos e vergas com recorte manuelino.

8. Pelourinho – Testemunho das antigas funções concelhias, datado de 1675, apresenta um fuste octogonal implantado sobre plataforma em degraus e um capitel clássico do tipo jónico rematado por escudo, quinas e esfera armilar encimados por uma pirâmide.

9. Casa do Pátio (Solar dos Britos) – É este o nome dado ao Solar dos Britos e vem do grande pátio existente à frente da casa. Segundo António José Salvado Motta, na "*Monografia de Alpedrinha*", pág. 356, "Este pátio e casa eram privilegiados e não podiam dentro d'ele entrar justiças d'elrei; no portão que dá entrada ao pátio ainda não há muitos anos se via uma argola de ferro a que bastava deitar a mão para o não poderem prender, e era no dito pátio que se escapavam muitos mancebos ao serviço militar, no tempo em que o recrutamento era feito a "gancho", como se dizia." Esta casa é uma grande mansão com dois andares.

10. Antigo Solar dos Pancas / Casa das Senhoras Mendes – É uma casa bastante espaçosa e bonita. Foi construída em 1859 pelo seu proprietário, o Sr. António Mendes de Matos (farmacêutico). Foi construída exatamente no local onde se situava o solar dos Senhores de Pancas. À entrada desta casa encontra-se um pequeno pátio vedado por um muro de alvenaria e grades de ferro com um

portão, onde se situa também a entrada para a capela de Santa Catarina. Apenas a fonte do Leão fica fora do pátio. Possui um terreno anexo, a nascente e a norte, onde existem jardins e uma fonte. Durante muitos anos a casa pertenceu às Senhoras Mendes, filhas do Sr. António Mendes de Matos. Atualmente é propriedade da Santa Casa da Misericórdia e é lá que funciona a Creche e Jardim de Infância, e tem nos seus terrenos, além dos jardins, terreno de cultivo e da fonte, uma piscina para as crianças que frequentam a Creche.

Casa do Barreiro – De entre as casas notáveis esta é a mais recente. É uma casa apalaçada, com características do séc. XIX. Situa-se no Barreiro, junto à Escola Primária e foi construída no início do séc. XX para habitação do Sr. Dr. João Cabral de Castro. Atualmente é habitação da Sr.^a D. Francisca Cabral, esposa do falecido Dr. João Cabral de Castro e que foi uma das pioneiras do Turismo de Habitação em Alpedrinha. Antes da Casa do Barreiro ser uma das casas de Turismo de Habitação em Alpedrinha (e na altura não existia esta forma de turismo), foi uma Residencial. Esta residencial nasceu da sociedade de Sr.^a D. Francisca Cabral com a Sr.^a D. Amélia Gamboa. Em 1979 a Sr.^a D. Laura Achamm, pessoa que fundou o turismo de habitação em Portugal, entusiasmou a Sr.^a D. Francisca Cabral a transformar a sua residencial em casa de turismo de habitação.

Teatro Clube de Alpedrinha – O primeiro teatro do Distrito de Castelo Branco, a "Casa da Ópera", também conhecida por "Teatro do Calvário" por ser numa das casas da rua do Calvário, situava-se em Alpedrinha e a sua fundação foi da iniciativa do Alpetriniense Teodósio Cerveira Alves de Sousa. Estava-se em 1839. O teatro era pequeno, mas chegava para as exigências da terra. No início os espetáculos eram gratuitos porque as despesas eram feitas pelos próprios atores. Estes eram um pequeno grupo de amadores dramáticos, composto por rapazes de Alpedrinha. Com o passar dos anos foram-se sucedendo vários grupos teatrais. Em 1859 o teatro mudou de instalações. O grupo dramático, composto por nove rapazes que frequentavam a Universidade de Coimbra e um outro que já lá tinha terminado o curso, compraram uma casa na rua dos Valadares e construíram um teatro com o traço do Teatro Académico, com frisas e 21 camarotes fechados, denominado teatro dos Valadares ou de Santa Catarina. Este grupo conseguiu a proeza de apresentar em cena duas raparigas atrizes. A 9 de Fevereiro de 1891 este magnífico teatro ficou reduzido a cinzas, devido a um violento incêndio. Quase três anos mais tarde, em Outubro de 1893, surge um grupo de cinco rapazes empenhados em construir um novo teatro, o atual Teatro Clube de Alpedrinha, sendo que a 12 de Novembro de 1894 seria inaugurado. Foi construído onde atualmente se encontra. Era edifício bastante espaçoso para a época. Dele faziam parte 15 camarotes de primeira ordem, 7 de segunda, galerias, e cerca de 200 lugares na plateia. Na inauguração foi levado a cena o drama, em 3 atos, "Os dois sargentos" e as comédias "Em procura de noivo" e "A morte do galo". Nessa magnífica sala de espetáculos, muitas companhias de teatro por lá passaram e muitos grupos de amadores de Alpedrinha lá ensaiaram e atuaram.

Há décadas atrás, o edifício sofreu alterações na construção nomeadamente na sala de Direção, bar/sala de convívio e nos camarins do auditório. Com a Direção de 2007-2012 foram realizadas obras de requalificação nas instalações sanitárias, na sala de Direção e no bar/sala de convívio. Assim, o Teatro Clube de Alpedrinha, recuperou o fulgor de outros tempos, sendo considerada uma das casas de espetáculo mais importantes de todo o Interior Centro. Atualmente a cobertura está a ser substituída, uma vez que

Termas da Touca – A pouca distância do Monte da Touca, pequeno povoado de referências muito antigas, e a 3 kms de Alpedrinha situam-se as Termas da Touca que, segundo o historiador J. Candeias da Silva, “não são de descoberta nem frequência remota, pois, segundo Salvado Mota, só por volta de 1825 começaram a ser notadas. O primeiro folheto a citá-las aparece apenas em 1850; mas, segundo o mesmo autor, já antes, em 1840, ali tinha a câmara municipal de Alpedrinha uma pequena casa de telha vã, com três tinhas de lata para os frequentadores tomarem os seus banhos, servindo-lhes ao mesmo tempo de abrigo”.

2.8.8. Chafarizes/Fontes e Fontanários

Fonte das Peles - Esta era, talvez, uma das fontes mais antigas de Alpedrinha. Atualmente já não existe. Situava-se na atual Avenida da Escola, do lado esquerdo, e era um pequeno poço quadrado de pedra, com pouco mais de meio metro de fundo, de onde brotava água. No único lado de terra existia uma pequena bica. O acesso a esta fonte era feito por quatro degraus de pedra, ao fundo dos quais existia um pequeno pátio também em pedra. O nome da fonte surge pelo facto de naquele sítio haver muitas peles para curtir (em Alpedrinha havia, na altura, muitos curtidores e surradores) e era ali que as iam lavar. Em 1977, as pessoas que moravam junto à fonte, pediram para esta ser arrancada para se poder melhorar o caminho. Assim, para atualmente termos uma boa avenida que dá acesso à Escola Primária, esta fonte foi destruída.

Fonte do Carvalho - Encontrava-se "embutida" numa das paredes do atual Teatro Clube de Alpedrinha e a água corria da parede do antigo jardim da escola. O seu nome, segundo consta, deve-se ao facto de no referido jardim ter existido um carvalho bastante formoso. A água corria por uma bica de pedra com cano de ferro, e caía numa pia de pedra. Em 1977 a comissão de moradores, ao verificar que o sítio da fonte se tornava escuro e que por isso havia lá muita imundice, resolveu tapar a fonte. A fonte antiga ainda existe atrás da parede e tem acesso por uma porta, apenas se prolongou o cano de ferro até fora da parede e aí se construiu uma nova pia.

Fonte do Tanquinho - Situa-se na Avenida da Escola, no sítio da Velhacada, por detrás de algumas casas, num beco sem saída. O seu nome surge pelo facto de a água correr por uma bica para um



tanque quadrado. À volta deste tanque existem lavadouros onde o povo daquela zona vai lavar. A água não é muito abundante, mas é boa e corre todo o ano.

Fonte do Leão – fontanário com decoração emblemática e zoomórfica junto da Capela de Santa Catarina.

Fonte do Páteo - É de 1742 e situa-se no pátio da Casa do Páteo (antiga casa dos Britos) mas é uma fonte pública que serve os habitantes do Outeiro. A água cai por uma bica num tanque octogonal situado entre as duas escadarias do balcão da referida casa. Tem um frontispício pequeno mas bonito, em granito, entre as duas escadarias.

Fonte da Fontainha - Situa-se um pouco escondida. A água vinha por baixo das casas e caía por uma bica de pedra com cano de ferro num pequeno tanque. Era pouco abundante mas era boa. Em 1927 a Junta de Freguesia mandou fazer um outro pequeno tanque, com lavadouros e o tanque antigo desapareceu. A água da atual fontainha é imprópria para consumo e apenas serve para o povo lá ir lavar.

Fonte da Funda - Situa-se ao fundo do Rossio, na rua que vai dar à Residencial do Barreiro, e era a única fonte que não tinha bica. A água corria funda e brotava num pequeno poço quadrado ao nível do terreno. É bastante abundante. Em 1977 a comissão de moradores resolveu construir um tanque para aproveitar a água desta fonte.

Fonte do Calvário - Em 1954, quando o Sr. Barata escavava para retirar barro para fazer a sua casa, junto à mesma, e no terreno que a Sra. Dolores tinha oferecido para fazer a referida construção, encontrou um nascente. Foi depois feito um tanque, com lavadouros, um pouco abaixo do local do nascente, para aproveitamento da água que corre abundantemente, e onde os moradores do Calvário podem ir lavar. Esta fonte, mais conhecida por fonte do calvário por se encontrar no caminho para o Calvário, também foi conhecida como a fonte do Barata, por ter sido quem a encontrou, e por fonte Sr.^a das Dolores, por ser a dona do terreno.

Fonte de Santo António - Inicialmente existia, em Santo António, uma fonte que secava nos meses de Verão (a única em Alpedrinha em que tal acontecia). Por este motivo, durante esses meses, os habitantes de Santo António tinham que ir buscar a água a outra fonte. Em 1923, dois homens (Sr. Manuel Nabo e o Sr. José Fernandes Fonseca) obtiveram licença para explorar água na propriedade do Sr. Caetano Tavares Pimenta, um pouco acima do largo de Santo António, e aí construíram uma pequena fonte com tanque quadrangular. Desde a data da construção da nova fonte de Santo António, nunca mais aí faltou água.



Fonte do Meio Alqueire - Esta fonte situava-se a norte da vila, na portela de Alpedrinha, à beira da calçada romana. Era um pequeno poço, mesmo encostado à calçada, onde a água corria. Atualmente a fonte já não existe.

Fonte da Fome - A construção desta fonte surge devido a, por volta de 1915, se começarem a descobrir as virtudes digestivas de um nascente situado junto ao ribeiro de Acaçarias, junto à EN18. Em 1926 quem habitualmente frequentava a Pedra da Paciência abriu uma subscrição para se construir a fonte. A fonte é de cantaria e tem a forma de caixote, para o qual se desce por uma escadaria de pedra com entrada pela EN18. Na pedra da frontaria tem escrito: "1926 FONTE DA FOME - PARA E BEBER". As propriedades digestivas desta água deram origem ao seu nome.

Chafariz Espírito Santo - A sua construção é de 1848 e é da iniciativa do Sr. Teodósio Correia Alvares de Sousa. A data encontra-se num pequeno quadrilátero de cantos cortados, no frontispício, mas já mal se consegue ler. Este chafariz situa-se junto à capela do Espírito Santo, um pouco abaixo. A sua água vem dum pequeno nascente que foi aumentado por exploração. Antes da construção do chafariz a água corria para a pia de um ferreiro que tinha a forja no sítio do atual chafariz. O chafariz é de granito fino, com uma só bica, com um frontispício de cantaria com três pirâmides, sendo a do centro maior que as outras. A água cai num pequeno tanque quadrangular, também em granito, e onde antigamente as bestas iam beber.

Chafariz Novo - Como o próprio nome sugere, é o chafariz mais recente de Alpedrinha. Situa-se na EN18, um pouco acima da Capela do Anjo da Guarda e foi construído quando da construção da estrada. É todo em granito e a água corre por uma bica para um pequeno tanque quadrado. A sua água é boa e é local de paragem obrigatória para muitas pessoas que passam por ali, não só para irem encher alguns garrafões de água, mas também para algumas merendas, uma vez que junto do chafariz existe um pequeno largo com bastante sombra e com mesas e bancos de pedra.

2.8.9. Caracterização do Edificado

- **Breve descrição**

Em Alpedrinha a maioria dos imóveis apresenta uma volumetria de dois/três pisos, onde predomina a arquitetura tradicional vernacular, que apresenta na maioria características e tipologias originais de loja + habitação.

Na arquitetura tradicional são de destacar elementos notáveis como balcões, varandas, caixilharias, molduras, cunhais, cimalhas, brasões, características da arquitetura rural e testemunho marcante do passado, cuja preservação é de todo o interesse.

Os materiais, ao nível das fachadas e coberturas são diversos, variando entre os tradicionais e os contemporâneos, resultando na maioria dos casos num conjunto harmonioso.

A predominância de uso do edificado é a habitação, o qual integra maioritariamente, ao nível do piso térreo, a garagem ou comércio. Os restantes imóveis traduzem uma pequena fatia de equipamentos e serviços distribuídos por equipamentos religiosos, culturais e serviços de apoio à população.

- **Tipologias do Edificado**

Para a definição das tipologias do edificado habitacional, foi tornado por referência, o levantamento da Arquitetura Popular em Portugal, editado pela Associação dos Arquitetos Portugueses, em 1988, 2º volume, referente à Beira.

Uma das tipologias corresponde a construções de piso térreo e andar sobradado, de planta retangular, habitualmente de pedra à vista e sem uso de argamassa. No piso térreo, era o lugar onde havia o lagar, a loja de gado e/ou o celeiro. O andar sobradado fica reservado à habitação.

Tem por principal divisão a cozinha, local de convívio, onde fica a lareira. Os quartos são quase sempre pequenos, do tipo de alcovas.

Uma segunda tipologia corresponde a casas estreitas e altas, de 3 pisos, sendo o último piso de tabique.

No último piso encontramos uma varanda coberta por um beiral muito saliente que configura um tejadilho sobre ela.

Em ambas as tipologias o acesso à habitação faz-se por uma escada exterior, de um só lance, de pedra, que a porta na fachada do edifício.

As casas típicas de Judeus revelam as suas ocupações (comércio e artesanato), na utilização do piso térreo para loja ou oficina, com comunicação interna para a habitação.

Na fachada principal situam-se duas portas correspondendo uma delas à loja ou oficina e uma outra que dava acesso à habitação.

Numa análise de transformações da estrutura da caixa de escadas verifica-se que os edifícios mais antigos e menos alterados apresentam quase sistematicamente as escadas em tiro, isto é, um lance reto. Com um pequeno patamar onde roda a porta da rua, o lance inicia-se íngreme numa sequência contínua de lance e patamar.

Conforme as variações de tipologia de edifício a escada de tiro é também variável.

No tipo de planta estreita a escada corre a direito ao longo de uma empena dando acesso ao primeiro e segundo andar e em certos casos até ao terceiro andar. No caso do edifício largo e baixo, a escada de tiro sobe ao primeiro andar formando “L” no seu acesso ao segundo andar.

- **Materiais e Técnicas Construtivas**

Na área em estudo, a principal técnica construtiva utilizada ao nível do piso térreo, quer para paredes perimetrais, quer para interiores, é a de alvenaria de pedra. Nos andares superiores, utiliza-se a técnica de taipa de fasquio e/ou a de taipa de rodízio.

Designamos esta técnica de construção de “taipa beiroa”, que podemos encontrar caiada de branco, revestida a placas de barro vermelho, telha de canudo ou ainda placas de xisto em forma de escama.

Inicialmente, sem o uso de argamassa, o tipo de alvenaria utilizada denomina-se “insossa”, encontrando-se ainda presente em algumas construções da zona analisada.

A alvenaria de pedra aparelhada, em fiada ou em perpianho, pode ainda ser encontrada em alguns edifícios de carácter nobre.

Verificou-se ainda a presença de alvenaria de pedra ordinária/irregular (ocasionalmente rebocada) em alguns exemplos de construção.

- **Beirados, Cimalhas e Cornijas**

No local em análise encontram-se beirados simples (de descarga direta e que utilizam apenas as primeiras fiadas de telhas caneiras e cobertas como elemento saliente), beirados com sub-beira, beirados com sub-beira dupla, beirados à portuguesa, beirados com cornija e beirados com cimalha.

A maioria dos edifícios dos séculos XVI e XVII, sem significativas alterações, apresenta beirado sustentado por uma fileira de telhas de canudo ou cimalha de alvenaria.

A cimalha de alvenaria apresenta, em alguns casos de edifícios vernáculos, certa profusão, talvez por mimetismo com casas senhoriais.

No caso das casas nobres e senhoriais, a cimalha é realizada em pedra lavrada, ganhando uma certa riqueza.

- **Varandas, balcões e alpendres**

O condicionamento dos fatores climáticos revela-se nas varandas, alpendres e balcões.

As varandas, balcões e alpendres bem orientados, com exposição aos raios de sol, são um dos elementos arquitetónicos relevantes da arquitetura beirã.

Além de funcionais e numerosas, as varandas são expressivas e de elevado valor formal.

As varandas em madeira “varandas de pau” localizam-se, geralmente, no último piso, corridas em toda a largura da fachada, com guardas – balaústos- de madeira por vezes recortados.

No entanto, nas mais simples, de madeira, prumos de secção retangular sustentam um barrote horizontal, sobre o qual se apoia o varedo do alpendre. Entre os prumos, com paus de secção quadrada postos ao alto, dispõe-se a guarda.

Algumas das varandas têm guardas constituídas por grades e ferro trabalhado, assente sobre as pedras do pavimento, dispostas em balanço sobre o alinhamento das paredes e correndo contínuas pela frente dos pilares que suportam o telhado.

Os alpendres apresentam guardas constituídas por grandes peças de granito pousadas sobre as lajes robustas dos respetivos pavimentos também em granito.

Nestes casos, é também frequente que os prumos de suporte da cobertura alpendrada sejam em pedra da região.

- **Tipologias de vãos**

Consoante a época de construção, os vãos têm proporções, forma, desenho e dimensões diferentes.

No entanto, os vãos são normalmente retangulares e dispostos nas fachadas verticalmente, quer em edifícios de um ou mais pisos, sendo as molduras em cantaria de pedra granítica, característica da região, à vista ou em pedra pintada de branco (caiada).

O material habitualmente utilizado era a madeira, tendo, mais recentemente, surgido o alumínio natural ou termolacado (de cor branco, castanho ou verde).

Toda a caixilharia era feita de madeira, de diferentes tipos, desenhos e cores.

Apesar das alterações sofridas ao longo dos tempos, conseguem-se detetar diferentes tipos de caixilharias: caixilhos tipo guilhotina, janelas de duas folhas, com portadas interiores para obscurecimento, janelas ou portas de duas folhas com bandeira, caixilho exterior de duas folhas para proteção de vistas, porta com postigo e portada exterior fixa de quatro vidros, porta única com janela de quatro vidros e portada interior, porta exterior de dois vidros e portadas interiores.

Janelas de sacada e peitoril:

Ao nível dos elementos arquitetónicos, a janela de sacada pode considerar-se como um elemento secundário na caracterização do centro histórico de Alpedrinha.

A janela de sacada vai evidenciar uma nova forma de habitar mais interligada com o exterior. Se houvesse uma sistemática utilização em quase todos os edifícios, seria possível uma comunicação mais livre, transformando a janela de sacada numa unidade de vizinhança.

Verifica-se a ausência de janelas de sacada em alguns edifícios do centro histórico de linhas medievais ou tardo-medievais, remetendo estes exemplos para uma situação de arcaísmo típico de uma época de transição. Até à segunda metade do séc. XVIII, a arquitetura popular era destituída de vidraças. Só os palácios, e não todos, tinham vidraças confirmadas por descrições de estrangeiros que visitaram Portugal.

Assim, as janelas eram providas só de portadas de madeira com postigos e colocadas na parte interior das molduras de pedra, sobre uma bola de madeira.

Por vezes era frequente encontrar transformação desses postigos em pequenas janelas.

Na segunda metade do séc. XVIII, os novos edifícios e os que sofreram profundas alterações aparecem com janelas mais altas do que no séc. XVI e XVII. É nesta época que se processam alterações também ao nível das portadas. As janelas passam a ter, à face das molduras de pedra, portadas com vidraças, o que coincide com a fabricação do vidro ao nível Industrial, fomentada pelas reformas do Marquês de Pombal. A mudança deve ter sido lenta, o que é natural numa arquitetura popular.

Contrariamente à janela de sacada, a janela de peitoril teve grande expressão no centro histórico, podendo considerar-se quase como um elemento principal. Encontra-se normalmente nas fachadas principais e posteriores, sobre os quintais.

Nas sedimentações posteriores do século XVII e XIX, a janela de sacada começa a ter maior expressão, nunca tomando o carácter de elemento principal do núcleo.

Tal como a janela de sacada, a de peitoril teria, inicialmente, apenas portada interior em madeira, sendo as vidraças já do séc. XVIII e, na maior parte dos casos, do século XIX.

2.8.10. Análise Morfológica e Estrutura Urbana

Através da toponímia chega-se a uma classificação tipológica dos espaços, com base nas designações de Largo, Terreiro, Jardim, Ruas, Travessas e Becos. Estes formam e delimitam o espaço público da aldeia. Trata-se de um espaço físico acessível a todos os cidadãos, onde as vivências são possíveis. Este



apresenta espaços para convívio e lazer e espaços/artérias de circulação pedonal/viária e de eventuais encontros. O conjunto de todos estes espaços e dos edifícios criam a atmosfera da aldeia.

Sendo a localização da freguesia de Alpedrinha no sopé da encosta Sul da Serra da Gardunha, esta desenvolve-se em sucessivos socacos e acompanha o percurso da antiga via romana apresentando uma configuração alongada, de onde podemos identificar vários tempos do edificado que compõe o seu núcleo urbano.

A implantação da Estrada Nacional 18, no século XIX, não só atravessa este núcleo urbano como alterou a escala e coerência do conjunto urbano.

A malha urbana revela bastantes descontinuidades provocadas pelo acidentado terreno, com pendentes muito acentuadas, estreitas e com traçado irregular e sinuoso. A primeira frente, densamente edificada, acompanha o desenvolvimento da calçada romana, de onde irradiam as restantes ruas de cariz irregular tal como o edificado que as compõem.

Todas estas características dificultam o trânsito viário nos dois sentidos, alternado, e a mobilidade pedonal, sendo no primeiro caso menos gravoso face ao escasso tráfego existente.

Os **tipos de pavimentos** predominantes são diversificados, cuja predominância varia entre a calçada de granito, pavimento romano, betuminoso (N 18) e betonilha. Muitos deles recentemente intervencionados pela Câmara Municipal do Fundão face ao aspeto irregular e gasto.

A capacidade de **estacionamento automóvel** é maioritariamente desordenada e escassa, sendo necessária a sua reformulação aquando intervenção dos espaços públicos, com criação de bolsas, semelhante a atual intervenção do terreiro de Santo António com identificação e ordenamento do tráfego automóvel.

Nas ruas estreitas os locais de estacionamento não estão marcados originando estacionamentos que dificultam a passagem de veículos e pessoas.

A **estrutura verde** urbana é escassa, pontualmente surgem árvores associadas a alguns espaços.

Relativamente à **sinalética** (toponímia, sinalização vertical, sinalização de edifícios notáveis) verifica-se uma grande diversidade e heterogeneidade dos suportes: placas de mármore, chapas metálicas e desenhos na própria parede.

Efetuada o levantamento dos topónimos facilmente se constata que os nomes se referem a pessoas notáveis, valores religiosos, fatos importantes, eventos, épocas, usos e costumes.

Os números de polícia existentes são igualmente diversificados.



As **infraestruturas** existentes necessitam de ser igualmente reformuladas: rede de águas e esgotos e iluminação pública.

Parte da **rede de águas e esgotos** foi atualmente intervencionada, aquando intervenção de algumas ruas para aplicação e regularização de pavimentos. As caixas de visita são em ferro fundido, de desenho e acabamento heterogéneo, e muitas delas estão mal aplicadas e criam ressaltos em relação ao pavimento que dificultam a mobilidade viária e pedonal. Apesar de ocultas as tubagens podem estar em mau estado de conservação.

A **rede de drenagem de águas pluviais** está orientada no sentido de inclinação das ruas e acompanha a morfologia do terreno. É composta por caleiras de calçada, meia cana, e grelhas sumidouras em ferro fundido. Algumas poderão apresentar secções aparentemente pequenas, podendo a vir causar problemas de inundações e desconforto de utilização com inundações.

Todo o perímetro é servido por uma **rede elétrica, telefónica e telecomunicações**. O traçado destas redes acompanha as ruas por via aérea, fixa a postes e às fachadas das casas de forma desordenada, caótica e dissonante.

Denota-se uma certa falta de sensibilidade das entidades exploradoras, no sentido de minimizar o impacto visual provocado por toda a cablagem, não aproveitando travessias de ruas já executadas para efetuar novas travessias. Por outro lado, a própria fixação às fachadas é efetuada recorrendo a uma sobreposição excessiva dos cabos, denotando não haver uma preocupação em minimizar o impacto. Todos estes fatores contribuem para uma imagem desordenada e ruidosa deste núcleo urbano, sendo pertinente uma intervenção para enterrar toda a cablagem aérea e anular o impacto causado pelo emaranhado de cabos.

As redes elétricas objeto de reformulação contemplarão a iluminação pública e as infraestruturas de média e baixa tensão, telefónicas, de TV cabo e de sinalética luminosa.

A **iluminação pública** é também heterogénea, por vezes inadequada ao contexto onde se insere com escassa qualidade lumínica.

- **Avenidas, Bairros, Becos, Calçada, Estrada Municipal, Largo, Rua, Terreiro, Travessa**

Avenidas

Avenida Paço Vieira

Bairro

Bairro do Outeiro

Beco

Beco da Nogueira



Beco do Calvário

Calçada

Calçada dos Britos

Estrada Municipal

EM1079

Largo

Largo do Barreiro

Largo do Pelourinho

Largo do Rossio

Largo José de Sousa

Largo PADRE José Santiago Carvalho

Rua

Rua António José Salvado Moita

Rua António Pinto Santos

Rua António Vaz Mendes

Rua Cidade do Fundão

Rua Cónego Fazenda

Rua D. Jorge da Costa

Rua da Fontinha

Rua da Igreja

Rua da Marvila

Rua da Misericórdia

Rua da Praça Nova

Rua das Canastras

Rua das Laranjeiras

Rua de Santo António

Rua Deão Boavida

Rua do Areal

Rua do Calvário

Rua do Carvalho

Rua do Espírito Santo

Rua do Forno

Rua do Outeiro

Rua do Passadiço

Rua do Rossio

Rua do Tanquinho

Rua Dr. Álvaro Gamboa

Rua Dr. Eduardo Correia de Castro

Rua Dr. José VASCO Mendes de Matos

Rua Feliciano Mendes Matos

Rua Fonte Carvalho

Rua Francisco Dias

Rua Francisco Sá Pereira

Rua Frei Maurício

Rua Fria

Rua Gracinha Correia

Rua Maria Rosa Barata

Rua Padre Augusto D. Ruivo

Rua Prof. M. Marques

Rua Teodósio Cerveira

Rua Valadares
Rua Virgílio R. A. Canarias

Terreiro

Terreiro de Santo António

Travessa

Travessa Cónego Fazenda
Travessa da Misericórdia
Travessa do Calvário
Travessa do Pelourinho
Travessa do Terreiro de Santo António
Travessa Valadares

2.8.11. Regime de propriedade

De acordo com as plantas e gráficos desenvolvidos e apresentados em anexo, pode concluir-se, relativamente ao regime de propriedade que a grande maioria é privada sendo a fatia da propriedade pública muito reduzida, fator determinante na implementação da presente estratégia.



2.8.12. Instituições

Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha - A Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha, desde o Séc. XVI ao Serviço dos Outros na Construção do Bem Comum». Para Joaquim Candeias da Silva “à minguia de comprovativo mais recuado, consideramos que esta Santa Casa, eventualmente com sua igreja e hospital, foi oficialmente instituída no ano de 1588, por um diploma filipino específico, a pedido dos moradores e após o necessário parecer favorável do provedor da comarca. Na edição da União das Misericórdias Portuguesas, da obra “Portugalie monumenta misericordiarum” pode ler-se



que a “24 de Maio, um alvará régio autorizava a Confraria, «ora novamente instituída», a usar o Compromisso que se anexava no referido alvará”. António Salvado da Motta dedica bastante atenção à irmandade da Misericórdia na sua Monografia de Alpedrinha. Também questiona o tempo fundacional, dá-nos conta da Igreja e do Hospital como “coisas tão intimamente ligadas na sua estrutura e funcionamento que se não pode falar duma sem ter de incluir logo a outra”. Mais à frente, Salvado da Motta dá-nos conta da vida desta secular instituição, descrevendo momentos importantes da sua existência, abordando as bases do seu “Compromisso”, relatando algumas das suas eleições, com indicações de provedores e mesários, médicos e cirurgiões e relatando o movimento dos doentes e “haveres da Misericórdia”.

Casa do Povo de Alpedrinha – As Casas do Povo foram criadas pelo Decreto-Lei nº 23051 de 23 de Setembro de 1933, sob o figurino de organismos de cooperação social. A partir de 1940, Decreto-Lei nº 30710 de 29 de Agosto passaram a funcionar como instituições de previdência social de inscrição obrigatória. Em Alpedrinha a Casa do Povo foi fundada em 10 de Agosto de 1971. Com a publicação do Decreto-Lei nº 4/82 de 11 de Janeiro, que reestruturou o regime das Casas do Povo, ficou a Casa do Povo de Alpedrinha esvaziada do seu conteúdo principal que era a gestão do regime de previdência rural. Nas suas instalações funcionou durante alguns anos um pólo da Escola Profissional do Fundão, onde foram ministrados vários cursos de formação profissional.

Atualmente é uma associação cultural desportiva e recreativa, sem fins lucrativos, que tem a seu encargo a gestão do Rancho Folclórico de Alpedrinha, do Grupo de Musica Popular de Alpedrinha e as Concertinas de Alpedrinha. Organiza anualmente o Festival de Folclore e de Musica Popular, promovendo o intercambio cultural com outros Ranchos Folclóricos e Grupos de cantares. Os grupos residentes, sempre que requisitados e sempre que possível, colaboram com a Câmara Municipal, animando os eventos por si promovidos. A Casa do Povo colabora ainda com todas as instituições que promovam eventos de solidariedade.

Fundação Gamboa Pina Ferrão – Por despacho da Secretária de Estado da Segurança Social de 23 de Setembro de 1985 foi reconhecida a Fundação Gamboa Pina Ferrão, com sede na Quinta das Amendoeiras em Alpedrinha. A Fundação tem por objetivos a prossecução de fins de ação social, nomeadamente o apoio social a pessoas em situação de carência, particularmente idosos, sem prejuízo de outras iniciativas no campo de saúde e da educação. O património da Fundação é constituído pelos bens e valores que lhe foram legados em testamento pelo fundador, Mário de Pina Ferrão, e também pelos valores que vierem a ser adquiridos pela Fundação. Está registada no livro nº 3 das Fundações de Solidariedade Social sob o nº 73/85. A Fundação tem o estatuto de IPSS, mantendo em funcionamento as valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário.



Liga dos Amigos de Alpedrinha – Fundada em 1950. Dedicar-se à promoção cultural, recreativa e desportiva, visando a divulgação, progresso e desenvolvimento da Vila de Alpedrinha. Em 1993 recebeu a Medalha de Mérito Municipal. Sob tutela desta instituição encontra-se instalado nos antigos Paços do Concelho, no centro histórico, o Museu Etnográfico da Liga dos Amigos de Alpedrinha. Este museu ilustra “o passado dos alpetrinienses: como trabalhavam, como cozinham, o que vestiam, como viviam. Apresenta utensílios de uso individual, tais como, barro preto, louças, pentes, brinquedos; vestuário antigo, desde roupa interior de senhora, vestidos, fatos de batizado, chapéus de senhora; utensílios de profissões típicas, como barbeiro e carpinteiro; máquinas de costura; uma coleção de ferros de engomar desde os mais antigos até ao elétrico; instrumentos musicais da antiga Banda Filarmónica de Alpedrinha; a tipografia, que pertenceu a António José Salvado Mota, onde imprimiu a “Monografia de Alpedrinha”, entre outros livros também da sua autoria e mostra ainda livros antigos. Neste museu, enquadrado na categoria de “museus de etnografia e antropologia” realizam-se exposições temporárias, lançamento de livros e outras atividades de carácter cultural.

Zabumbas de Alpedrinha – Constituído em 2002 os “Zabumbas de Alpedrinha” são um grupo de Bombos tradicional da Beira Baixa. A sua primeira atuação teve lugar em Alpedrinha no âmbito dos Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância. O obreiro deste grupo é Manuel Dias Mendes, fundador e dinamizador da sua atividade. Este grupo é constituído por cerca de doze elementos: um pifareiro, uma caixa e 10 bombos.

Teatro Clube de Alpedrinha – O primeiro teatro do Distrito de Castelo Branco, a “Casa da Ópera”, também conhecida por “Teatro do Calvário” por ser numa das casas da rua do Calvário, situava-se em Alpedrinha e a sua fundação foi da iniciativa do Alpetriniense Teodósio Cerveira Alves de Sousa. Estava-se em 1839. O teatro era pequeno, mas chegava para as exigências da terra. No início os espetáculos eram gratuitos porque as despesas eram feitas pelos próprios atores. Estes eram um pequeno grupo de amadores dramáticos, composto por rapazes de Alpedrinha. Com o passar dos anos foram-se sucedendo vários grupos teatrais. Em 1859 o teatro mudou de instalações. O grupo dramático, composto por nove rapazes que frequentavam a Universidade de Coimbra e um outro que já lá tinha terminado o curso, compraram uma casa na rua dos Valadares e construíram um teatro com o traço do Teatro Académico, com frisas e 21 camarotes fechados, denominado teatro dos Valadares ou de Santa Catarina. Este grupo conseguiu a proeza de apresentar em cena duas raparigas atrizes. A 9 de Fevereiro de 1891 este magnífico teatro ficou reduzido a cinzas, devido a um violento incêndio. Em Outubro de 1893 surgiu um grupo, constituído por rapazes, empenhado na construção de um novo Teatro, o atual Teatro Clube de Alpedrinha, inaugurado a 12 de Novembro de 1894, com a apresentação do drama em 3 atos, “Os dois sargentos e as comédias”, “Em procura de noivo” e “A morte do galo”. O novo espaço de cultura tinha 15 camarotes de primeira ordem, 7 de segunda, galerias e cerca de 200 lugares na plateia. Há algumas décadas esta magnífica sala de espetáculos da



região sofreu alterações na construção, em particular na sala de Direção, Bar/Sala de convívio e nos camarins do Auditório. Atualmente, com 121 anos, o Teatro Clube de Alpedrinha - Associação sem Fins Lucrativos – é uma das principais plataformas de dinamização cultural da região, tendo recuperado, e talvez superado, o fulgor de outros tempos. A partir de 2007 uma direção jovem e dinâmica mudou o registo desta associação e tem vindo a contribuir para uma alteração significativa do panorama cultural da região reforçando o papel cultural, de enorme centralidade, que Alpedrinha sempre teve, ao longo dos tempos, no concelho e na região. Neste sentido, o Teatro Clube de Alpedrinha tem vindo a realizar múltiplas atividades no quadro de um plano de animação cultural muito interessante que roda entre iniciativas lúdicas, torneios desportivos, noites de Fado, concertos musicais, Festival Aragens, Festival de Teatro Amador, Dia Mundial da Criança, Dia Mundial do Idoso, exposições, passeio Todo Terreno, passeios micrológicos, passeios pedestres, entre muitos outros. Desde 2007 o Teatro Clube de Alpedrinha criou um movimento muito significativo de apoio ao lançamento de novas bandas portuguesas, com destaque para os *"Long Way to Alaska"*, *"We Trust"*, *"Norberto Lobo"*, *"Memória de Peixe"*, *"Noiserv"*, *"Dan Riverman"*, *"Painted Black"*, *"Best Youth"*, *"Capitão Fausto"*, *"Emmy Curl"*, *"Birds are Indie"*, *"Utter"*, *"Norton"*, *"A Jigsaw"*, *"Márcia"*... No Auditório do Teatro Clube de Alpedrinha passaram, também, nomes como *"Musicalbi"*, *"Ninho"*, *"Arlindo de Carvalho"*... Em 2008 o Teatro Clube de Alpedrinha criou e promoveu o Festival Aragens – “Festival de sons soprados pelos Ventos da Gardunha, com efeitos de música e Alpedrinha no seu caminho”. Integra diversos géneros musicais e surge no sentido de promover Bandas e Dj’s com o gosto de partilhar as suas sonoridades. Movimentado por esta ideologia, Zé Pedro, guitarrista dos Xutos & Pontapés apadrinhou a primeira edição do Festival Aragens. Em 2013 realizou-se a 2.ª edição do Festival de Música “Aragens”, que decorreu nos dias 8 e 9 de Fevereiro 2013. Nesta edição pretendeu-se conquistar novos públicos no sentido de obter respostas aos tempos modernos e contribuir para a valorização do evento assim como se confirmar e reforçar o papel determinante do Teatro Clube de Alpedrinha na ajuda ao desenvolvimento cultural do concelho do Fundão. O Cartaz da 2ª edição contou com bandas como: *"The Weatherman"*, *"The Black Mamba"*, *"Três por cento"*, *"Papercutz"* e *"Os Capitães da Areia"*. Em 2009 e após 2 anos de inatividade foi reativado o “Grupo de Teatro Amador do TCA”. De então para cá o TCA tem vindo a prestar mais um contributo para a diferenciação cultural de Alpedrinha organizando bianualmente o “Festival de Teatro Amador”.

Núcleo de Arte Sacra - Igreja Matriz de Alpedrinha (Fábrica da Igreja de Alpedrinha) – A Paróquia de Alpedrinha tem neste espaço de culto um magnífico espólio têxtil composto por várias dezenas de vestes litúrgicas, das quais se destacam 9 paramentos litúrgicos dos séc.s XVI/XVII/XVIII e XIX, em seda e ricamente bordados, bem como valiosos panos de altar. Para além dos paramentos, a Igreja Matriz de Alpedrinha tem ainda um vasto acervo de alfaia litúrgica por inventariar e classificar, destacando-se uma custódia e um cálice, ambos revestidos a prata, ricamente decorados e em bom estado de



conservação. Estas peças têm um potencial enorme de complemento ao núcleo expositivo. O Departamento do Património Cultural da Diocese da Guarda realizou algum trabalho no caminho do levantamento e inventariação deste Património. No entanto, existe um longo caminho a percorrer no sentido da implementação de um verdadeiro núcleo museológico que conserve e valorize o património e, ao mesmo tempo, contribua para uma maior atratividade turística do território, nomeadamente aumentando o afluxo de turistas a Alpedrinha. Assim, a Câmara Municipal do Fundão e a Paróquia de Alpedrinha estão a trabalhar em parceria de forma a ser concretizado este objetivo no mais curto período de tempo.

Externato “Capitão Santiago de Carvalho” - situado dentro do tecido urbano da Vila de Alpedrinha, na vertente da Serra da Gardunha virada a Sul. A sua localização transforma-o num esplêndido miradouro sobre a região de onde provêm os seus alunos, para além de constituir um espaço geográfico e humano privilegiado no que toca à abertura a novos horizontes do conhecimento e da experiência. A criação do Externato Capitão Santiago de Carvalho resultou da iniciativa de dois sacerdotes e três professores do ensino primário, norteados pela prestação de um serviço à comunidade, na Póvoa de Atalaia, em regime de ensino doméstico. Foi transferido para Alpedrinha no ano de 1968. Em 1970 foi concedida a primeira autorização provisória de funcionamento e adquirido o edifício onde ainda hoje funcionam a Direção, os serviços administrativos e algumas salas de aula. O colégio tem-se expandido para terrenos anexos e, em 1998, foi inaugurado o último edifício com mais seis salas, uma Biblioteca, um Centro de Recursos com videoteca, os laboratórios de Química e Biologia e uma cantina. O paralelismo pedagógico e económico foi concedido, provisoriamente, em 1973 e o alvará definitivo em 1981, pelo então Ministro da Educação e Ciência, Dr. José Hermano Saraiva. O chefe de gabinete, Dr. João Falcato, por proposta do Rev. mo Padre José Carvalho Santiago, aceitou a designação de Externato Capitão Santiago de Carvalho, em homenagem a seu irmão, herói nacional que, com grande coragem e sentido de dever, pereceu em combate no dia 18 de Dezembro de 1961, aquando da invasão de Damão, na Índia. Em 1995 foi constituída uma sociedade por quotas com a designação Externato Capitão Santiago de Carvalho e Irmãos Lda., que substituiu a empresa em nome individual, Externato Capitão Santiago de Carvalho.

2.8.13. Dinâmica Cultural de Alpedrinha

Alpedrinha sempre foi uma terra de cultura. Tem uma dinâmica cultural muito própria. A luz que ilumina o sul da Gardunha inspirou, talvez, as diversas gerações de alpetrinienses que, ao longo dos séculos, dinamizaram aquele território. Na atualidade, a dinâmica que se sente em Alpedrinha pode, para além de muitos outros fatores, estar relacionada com essa matriz identitária das gentes desta Vila que sempre souberam amar e respeitar a sua terra e as suas raízes. A força das instituições, o desfile de notáveis ao longo dos tempos, de que nos dá conta António Salvado da Motta e outros são mais do



que evidências de um registo cultural que marcou esta encosta extraordinária da Serra da Gardunha. Ali, em Alpedrinha, reside uma força criadora que perdura até aos nossos dias. Alpedrinha é ponto intermédio da viagem entre o Fundão e Castelo Branco, é uma geografia forte da Beira Baixa, que marca um ritmo muito interessante no panorama cultural fazendo um prolongamento, ou o seu início, com o conjunto do património edificado que a Vila orgulhosamente exhibe. Alpedrinha é uma terra com gente, com vida, e a expressão de grandeza cultural sem igual.

2.8.13.1. Alpetrinienses ilustres

António Salvado da Motta e o historiador e investigador Joaquim Candeias da Silva deram, cada um a seu tempo, um grande contributo para o conhecimento das figuras ilustres de Alpedrinha. De resto, como escreveu o primeiro, “poucas terras como Alpedrinha se podem orgulhar de ter sido berço de tantos varões ilustres, uns pelos elevados cargos que ocuparam, outros pelos seus feitos, virtudes, aptidões, etc.; mas quantos (a maior parte) jazem ignorados dos seus próprios patrícios, dispersos em dicionários, livros, jornais e registos paroquiais, pouco ou nada consultados por Alpetrinienses; outros, trabalhadores incansáveis, mas modestos, que nas longínquas plagas africanas, foram prestar à Patria o seu culto de portuguez, e honrar a sua terra natal, jazendo agora os seus serviços no descanso e esquecimento das coisas que já passaram! (...) Em Alpedrinha houve três vultos, grandes gigantes, enorme, que ainda hoje encham de orgulho os seus naturais: o Cardial D. Jorge, o Fr. Mauricio, e o Deão Boavida”. O professor Joaquim Candeias que nas suas obras e artigos publicados no Jornal do Fundão tem vindo a aprofundar e a divulgar o conhecimento sobre os “alpetrinienses ilustres” referiu, recentemente (JF/19.08.2010), que o trabalho de António Salvado da Motta é uma “obra valiosa em que elencou largas dezenas de figuras distintas, verdadeira constelação de pequenas estrelas que nos diversos ramos do saber se foram libertando da lei da morte...”. Não é intenção deste trabalho referir exaustivamente todos os nomes que compõem esta “constelação de estrelas” que fez de Alpedrinha, desde sempre, uma terra especial, de grandes referências e de afetos. Referir-se-ão apenas alguns para balizar a importância que Alpedrinha teve em diversas áreas não só em Portugal como nos quatro cantos do mundo.

D. Jorge da Costa (Cardeal de Alpedrinha) – Nasceu em Alpedrinha em 1406 e morreu em Roma em 1508. Na palavra António José Salvado Motta, “de toda a numerosa e extensa geração de Costas d’Alpedrinha o mais conhecido e célebre em todo o mundo foi D. Jorge da Costa, o Cardial d’Alpedrinha, aqui nascido em 1406, homem que pelo seu grande talento e muito saber atingiu os mais elevados cargos a que se pode aspirar, e mais não subiu porque mais não quis; três Papas lhe deveram a tiara: Inocencio VIII, Alexandre VI e Julio II, que ele fez eleger em detrimento da sua pessoa. Foi homem, do seu tempo, de maior influencia na Europa, o que equivale a dizer em todo o mundo, e aquele que até hoje tem acumulado o maior numero de prebendas, ocupando e desfrutando ao mesmo a passar de 200 logares.” Esta grade figura da Igreja estudou Latim, Filosofia e Teologia no



Hospício de Santo Elói, em Lisboa e cedo revelou a sua grande inteligência. Em pouco tempo já dava explicações de Latim a estudantes pobres, conseguindo assim algumas receitas que lhe permitiram prosseguir os estudos. Quando os Cónegos de Santo Agostinho tomaram posse do Hospício de Santo Elói, onde ele estava, deram-lhe uma capelania no próprio mosteiro, então aí fundado. Dotado de invulgares qualidades, a sua fama de Latinista levou D. Afonso V, junto do qual veio a ter o maior valimento e a ser também conselheiro e confessor, a chamá-lo em 1445 para Mestre-Capelão de sua irmã a Infanta D., por indicação do seu Reitor. Foi, também, Diplomata e estudou em Paris. Foi prelado em várias dioceses: 39.º Bispo de Évora (1463-1464), 8.º Arcebispo de Lisboa (1464-1501) e 35.º Arcebispo de Braga (1501-1508), administrador das arquidioceses a partir de Roma. Foi feito cardeal pelo Papa Sisto IV, em 18 de Dezembro de 1476, com o título dos Santos Marcelino e Pedro. Segundo António José Salvado da Motta o “seu sapiente conselho, sempre acatado e procurado, foi seguido por papas, reis e imperadores, e, lá da cabeça do mundo cristão, foi ele, durante muitos anos, o arbitro da política europeia”. Por se haver inimistado com o filho e sucessor daquele, o rei D. João II, exilou-se em Roma a partir de 1483, onde acabou por passar o resto da sua vida, governando a partir da Cúria Romana as arquidioceses. Aí obteve o governo sucessivo de várias dioceses suburbicárias de Roma: Albano, Fracati, Porto-Santa Rufina, onde o seu prestígio e poder foi crescendo, não sendo Papa porque recusou. O Papa Alexandre VI deu-lhe o governo de toda a Igreja Portuguesa e D. Jorge chegou a ser, ao mesmo tempo, Arcebispo de Braga e de Lisboa, Bispo de Évora, Porto, Viseu, Algarve, Ceuta, Dom Abade de Alcobaça e de mais cinco Abadias e de inúmeros Piorados, nomeadamente a Colegiada de Guimarães, Igrejas e Conezas (embora aqui se estabeleça alguma confusão entre si e seu irmão homónimo), conseguindo, ao longo dos seus 103 anos de vida, uma imensa fortuna para si e para toda a sua família. Deve-se a D. Jorge da Costa a criação da Santa Casa da Misericórdia, com todo o apoio que deu à Rainha D. Leonor, tendo, para o efeito, movido influências em Roma para que a nova instituição surgida em Portugal tivesse o reconhecimento do Papa. D. Jorge da Costa morreu a 19 de Setembro de 1508 em Roma, onde está sepultado num túmulo magnífico, na Igreja de Santa Maria del Popolo.

Dr. António José Boavida (Deão Boavida) – Nasceu a 9 de Março de 1838 e morreu a 18 de Agosto de 1910. Joaquim Candeias da Silva traçou o percurso deste ilustre alpedrinense referindo que depois do seu nascimento e infância passada em Alpedrinha e no seio de uma família abastada “rumou a Coimbra (1854) em cuja universidade se formou com brilhantismo em Teologia (1860), logo se ordenando de presbítero. E depressa o seu nome começou a impor-se como espírito culto e orador sacro. O mote para o estrelato tê-lo-á dado ainda em Alpedrinha, ao fundar e dirigir um semanário que depressa galgou fronteiras e que significativamente intitulou de “Estrela da Beira”. António Salvado da Motta dá-nos conta que o Deão Boavida de Alpedrinha “Foi Conego Arcipreste, Deão da Sé Patriarcal, e presidente do Cabido da Mesma Sé; Superior do Real Colégio das Missões Ultramarinas; deputado pelos círculos do Sabugal, Braga, Idanha-a-Nova, Castelo Branco e Covilhã; par do Reino; por vezes

procurador à Junta Geral do districto de Castelo Branco; Vigário Capitular; Governador do bispado de Beja; Desembargador da Curia Patriarcal; Reitor do Liceu Nacional de Castelo Branco; Inspector das Escolas de Ensino Superior; Desembargador da Relação Metropolitana de Évora; socio efectivo da Sociedade de Geografia de Lisboa, etc... (...) Teve os seus primeiros estudos de latim com o seu parente de Vale de Prazeres padre Luiz Bernardino de Carvalho Pacheco Boavida e em Junho de 1854 foi para Coimbra habilitar-se para entrar na Universidade, dedicando-se ao estudo da Teologia porque tinha optado; venceu, em pouco mais de um ano os preparatórios que lhe restavam; matriculou-se na Universidade em 1855, concluindo a formatura em 1860. (...) Celebrou a sua primeira missa no dia de Nossa Senhora da Conceição, 8 de Dezembro de 1861. Foi um bom orador sagrado. (...) Foi nomeado, sem o pedir, Comissário dos Estudos e Reitor do Liceu de Castelo Branco, e desempenhou a comissão de Inspector das Escolas. (...) Foi eleito por varias vezes procurador à Junta Geral do districto de Castelo Branco. Em 1870 o circulo do sabugal elegeu-o deputado da Nação. (...) Foi reeleito pelo mesmo círculo em 1871 e 1874. (...) Em 1885 foi nomeado “Superior do Real Colegio das Missões Ultramarinas, cargo que desempenhou até a morte com uma competência e zelo inexcusáveis (...) Prestou altíssimo serviços à “Religião e à Pátria”, a pontos de se “afirmar na imprensa que o cônego Antonio Jose Boavida foi um dos homens que mais poderosa e eficazmente contribuíram para que Portugal ainda hoje seja senhor das suas colónias. (...) Teve a vida d’este homem uma grande influência social no pequeno meio Alpetriniense, pois que por sua intervenção, alguns rapazes, filhos de pessoas de poucos meios, seguiram a carreira eclesiástica ordenando-se em Sernache do Bomjardim. (...) O Dr. António Jose Boavida foi um espírito superior, alevantado e generoso, que, no meio egoísta e estéril em que vivemos, se impoz à admiração pública, reconhecendo-se n’ ele um cidadão benemérito, que soube honrar o seu paiz e a sua terra com os mais notáveis e assinalados serviços. (...) Colaborou em vários jornais políticos como foram a *Revolução de Setembro*, a *Gazeta de Portugal*, *Jornal do Porto*, *Nacional Comercio de Coimbra*, *Jornal de Coimbra*, e muitos outros jornais na provincia. (...) Em 1864 fundou em Alpedrinha o *Jornal Estrela da Beira*, que teve 4 anos de existência, e em 1889, os *Anais das Missões*. (...) Escreveu: *Trabalhos Pastorais relativos ao Bispado de Beja* (Lisboa 1883); *Memorias acerca do bispado de Beja*.”

Fr. Maurício Inocêncio da Costa Castelo Branco – Nasceu a 15 de Dezembro de 1716 e morreu a 21 de Abril de 1796. Segundo Salvado da Motta, Frei Maurício, antes de ser ordenado começou por ser militar e só posteriormente seguir a vida religiosa: “Sentou praça, no exercito, servindo ainda bastante tempo n’um regimento de cavalaria, até que enfatiado da vida militar, e sentindo-se com vocação para a eclesiástica, se ordenou aos 29 anos de idade, conseguindo ir paroquiar para Idanha a Nova e posteriormente em Alpedrinha durante 33 anos.”

Ficou na memória dos Alpetrinienses como um notável benemérito tanto para obras de carácter sacro como na ajuda aos mais necessitados. Como o refere António Salvado da Motta: “Foi o grande, o



maior benemérito d'Alpedrinha em todos os tempos; a ele se deve a reedificação da Igreja da Misericórdia, duas obras em que gastou avultadas quantias; construção da sacristia da mesma; reconstrução da capela Mor; construção das torres da Igreja Matriz; construção da sacristia nova; instituição e dotação da Colegiada”.

Segundo António Salvado da Motta todas “estas obras o tornam merecedor da eterna gratidão dos Alpetrinienses, que, afinal, ainda teem esta dívida em aberto: nada há que perpetue a memória d’este grande amigo da sua terra, e que recorde aos vindouros os enormes benefícios que o Frei Maurício praticou em favor de todos, ricos e pobres, mas muito principalmente dos pobres”.

Dr. Sérgio da Cunha Tarouca – Nasceu a 8 de Agosto de 1890 e faleceu, em Alpedrinha, a 28 de Outubro de 1918. Licenciou-se em Direito a 5 de Agosto de 1912, na Universidade de Coimbra, com 22 anos. Segundo António Salvado da Motta advogou “na comarca do Fundão durante 4 anos e foi eleito deputado pelo círculo da Covilhã em Maio de 1916. Foi sub-secretário da Câmara dos Deputados, aonde relatou vários projectos do Ministério da Justiça”.

Apesar da sua idade precoce não deixou de se destacar no panorama regional pela sua inteligência, como refere António Salvado da Motta: “Era muito erudito e estudioso, conhecendo a fundo várias questões que tratou com brilho na Câmara dos Deputados, aonde foi muito considerado e apreciado, apesar de muito novo pois era o membro de menos idade desta Câmara.”

Aquando da proclamação da República foi um forte defensor dos ideais democráticos: “Foi um grande propagandista das ideias democráticas, e presidiu a vários comícios populares de propaganda dentro do concelho”.

António José Salvado da Mota – Nasceu em Vale de Prazeres a 9 de Abril de 1879 e faleceu a 8 de Janeiro de 1960; porém a família de António Salvado da Motta, à data com escassos meses, muda-se para Alpedrinha. Terra última que viria a significar, para Salvado Motta, o seu espaço de eleição, ao qual se ligaria por laços indefectíveis, ao ponto de se considerar um alpetriniense *de jure*, dedicando-lhe, ao longo da sua vida, a sua atenção e estudo para a divulgação da sua terra.

A sua primeira publicação, “Alpetrenienses ilustres”, ocorreu em 1929. Quatro anos depois publicou a “Monografia d’Alpedrinha”. Mas muito do seu trabalho está ainda por publicar. Trazer à luz do dia esses escritos, alguns ainda manuscritos, é a verdadeira homenagem que falta fazer “porque hoje verificou-se aqui os livros inéditos que ele tem, ele tem uma autobiografia que está inédita e que é um elemento fundamental para se perceber o tempo de Alpedrinha, com registos históricos fabulosos. O António José Salvado Motta foi uma das personalidades mais importantes do Séc. XX da Beira, foi muito mais do que um historiador de Alpedrinha, foi um historiador regional”, explica Fernando Paulouro, a 6 de Maio de 2014, num evento, em Alpedrinha, de homenagem a António Salvado



Motta. Homenagem onde a autarquia comprometeu-se a reeditar “Alpetrenienses ilustres” e publicar um livro inédito designado “Pão Nosso”, assim como a atribuição do seu nome a uma artéria da cidade.

José Vasco Mendes de Matos - Trata-se de um alpetriniense ilustre que tentou dinamizar a sua região, onde se destaca por ter sido o grande impulsionador das obras de reconstrução do Teatro Clube de Alpedrinha. Como forma de homenagem, de dois em dois anos, realiza-se uma prova de atletismo, cujo prémio se chama “Grande Prémio José Vasco Mendes de Matos”, segundo consta este chegou a levar a esta localidade cerca de 200 atletas. Escreveu um prefácio à brochura de Jaime Cortesão, *Alpedrinha e as varandas da Gardunha*, editada pelo jornal *Beira Baixa* (30-08-1964), onde Cortesão relata a sua passagem por Alpedrinha e Mendes de Matos traça, em linhas gerais, mas aliciantes, o que se pode encontrar em Alpedrinha, assim como a sua localização no território nacional. Em 1972, Mendes de Matos escreve “*Esquema para uma biografia da cidade de Castelo Branco*”.

José Inácio Ramos Cardoso – Nasceu na Barroca a 31 de Julho de 1806 e morreu a 31 de Agosto de 1878, em Atalaia do Campo. Segundo António Salvado da Motta foi muito novo para Alpedrinha onde: “Teve os seus estudos de primeiras letras e latim, em que era muito versado, em Alpedrinha, e passava por ser um bom latinista, e amigo das boas letras portuguesas. (...) indo depois para Coimbra seguir outros estudos na intenção de se formar.” Os quais teve de abandonar, devido à escassez de meios da família para os fazer. Em 1847, em Alpedrinha, exerceu o cargo de juiz ordinário, sendo também por vezes vereador municipal.

Publicou uma série de livros, embora com poucas tiragens, *Orologia da Serra da Gardunha*, em 1847. Em 1849 escreve *Noticias biográficas do desembargador Jose Acurcio das Neves*. Em 1852 publica *Regulamento municipal da vila de Alpedrinha*. Em 1861 publica, o seu livro “mais vulgarizado”, *Quadro da Provincia da Beira Baixa; monumentos arqueologicos e biografia de alguns varões ilustres da mesma provincia*. Foi colaborador do jornal alpetriniense *Estrela da Beira*. Foi um dos principais colaboradores do *Camaleão*. Deixou vários manuscritos, entre eles um sobre Alpedrinha, intitulado «Excursões ao pé da porta».

Na palavra de António Salvado da Motta, tecem-se largos elogios a esta personalidade alpetriniense: “Muito inteligente, erudito e sabedor, sempre foi um grande amigo da sua terra, e fervoroso zelador dos seus fóros e regalias, auxiliando segundo as suas forças tudo o que fosse tendente e melhoramento intelectual ou material d’Alpedrinha; pertenceu a inúmeros grupos dramáticos, sendo um amador distinto, e um ensaiador muito meticoloso e escrupuloso. Muito concorreu com o seu auxilio para a fundação do actual teatro club, de que era um dos primeiros acionistas”.



Nuno Gonçalves de Gusmão – Nasceu em 1444, não se sabe ao certo quando morreu, embora em 1524 ainda estaria vivo, com 80 anos. Mais conhecido por Nuno Gonçalves, filho de D. Isabel Gonçalves da Costa, irmã do Cardeal de Alpedrinha. Segundo António Salvado da Motta, “Nuno Gonçalves é uma figura semi-lendária, a quem alguns autores (...) atribuem a autoria dos celebres painéis chamados de «S. Vicente»”. “Querem outros ainda atribuir-lhe também os desenhos para as não menos celebres tapeçarias de Pastrana, em que estão representados vários episódios da tomada de Arzila por D. Afonso V; tem esta afirmação visos de verdadeira porque Nuno Gonçalves esteve na tomada d’aquela praça Africana.” Saiu desta armado cavaleiro e “especial privado” de D. Afonso V.

José Joaquim Santos Pinto Delgado – Nasceu a 27 de Janeiro de 1828 e faleceu a 1 de Fevereiro de 1912. António Salvado da Motta referiu que esta ilustre personalidade alpetriniense se destacou por ter sido um hábil artista, conhecido pelos seus trabalhos em sola, “imitação perfeita e apurada da velha *Moscóvia*”.

Em 1895 ofereceu ao rei D. Carlos I um par de cadeiras de pau santo, com assento e costas de sola, “obra sua, perfeita e artística, que lhe valeram o elogio da imprensa, e ser nomeado «Marceneiro e Entalhador da Casa Real», por alvará de 10 de Julho do mesmo ano (...) e pelo qual tinha direito a colocar as armas reais portuguesas no frontespício do seu estabelecimento.” Dedicou-se igualmente à exploração de minério, designadamente nas minas da Portela d’Alpedrinha, como das minas da Relva, em Vale de Prazeres.

Do seu ofício, ganhou a alcunha do “Pinta Ratos”, ofício que foi perpetuado pelos seus filhos António e Joaquim dos Santos Pinto; o filho Manoel dos Santos Pinto teve durante anos uma oficina de marcenaria em Lisboa.

José Parente Pinto (embutidos de Alpedrinha) – Faleceu a 16 de Março de 1987, criou um excelente cartão-de-visita em Alpedrinha ao mostrar uma casa de exposição que permite testemunhar um pouco do que se faz nesta vila no campo da Arte.

Em Alpedrinha, a par de belo artesanato e gostosa gastronomia, o visitante pode apreciar quatro museus: o Museu de Arte Sacra, na Igreja Matriz; o Museu da Liga dos Amigos de Alpedrinha, nos Antigos Paços do Concelho, o Salão de Arte José Parente Pinto, com Oficina de Móveis Embutidos e ainda a própria Vila, ela mesma um verdadeiro Museu, com as suas janelas e portas medievais, varandas típicas, casas de cantaria e vielas floridas, com as suas capelas e fontes, todas de rara beleza; desde o chafariz do Espírito Santo, diante da Capela, até ao chafariz D. João V e ao Palácio do Picadeiro, passando pela capela de Santa Catarina e fonte do Leão.

O *Museu José Santos Pinto* é atualmente propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha. Neste museu encontram-se trabalhos de marcenaria, na área dos embutidos, de estilos



tão diversificados como: Império, Luís XIV, Luís XV, Luís XVI, D. Maria, entre outros, todos eles criados por José Santos Pinto, além de trabalhos em sola gravados à mão.

Atualmente, é Mário Fernando de Jesus Brás que dá continuidade à obra de José Santos Pinto, arte que pratica e exerce desde os onze anos de idade. Foi na oficina dos irmãos Luís e José Parente Pinto que começou a ganhar gosto por esta arte. A oficina em que trabalha foi adquirida a José Santos Pinto, por pressão do mesmo, tinha Mário Fernando de Jesus Brás vinte e quatro anos. Na oficina de Mário Brás muitas obras de arte são feitas, apesar dos poucos ajudantes (dois) e da sua doença.

D. Martinho da Costa – nasceu em Alpedrinha, provavelmente em 1434 e morreu, em Gibraltar, a 28 de Novembro de 1521. Irmão de D. Jorge Vaz da Costa e meio-irmão de D. Jorge da Costa, o famoso cardeal de Alpedrinha.

D. Martinho retirara-se para Roma juntamente com seu irmão durante a perseguição que lhe movera el-rei D. João II. Adoecendo D. Jorge com gravidade, renunciou ao cargo de arcebispo no seu irmão mais novo, D. Martinho, em 28 de Junho de 1500, sendo reconhecido na nova dignidade pelo novo monarca, D. Manuel. Porém já em 1498 fazia as vezes de seu irmão e neste ano concedeu a licença para a fundação da Irmandade da Misericórdia de Lisboa, a primeira no país. Pouco depois partiu para Portugal, tendo em 1502 batizado o herdeiro do trono, o futuro D. João III, nos Paços da Alcáçova.

Em 1503, devido a uma grave fome que o reino atravessava, mandou importar trigo a expensas pessoais para alimentar os mais necessitados.

Quando contava 87 anos, foi designado para acompanhar a infanta Beatriz de Portugal, filha de D. Manuel, a Itália, a fim de casar com o duque de Saboia, Carlos III. Da Saboia embarcou rumo a Portugal, mas como adoecesse no alto mar, fez paragem em Gibraltar, onde viria a falecer em finais de 1521 (segundo alguns autores, por saber que o monarca a quem tantos serviços prestara lhe embargava, junto do Papa Leão X, a concessão do gorro cardinalício).

Foi D. Martinho da Costa, segundo António Salvado da Motta, quem instituiu a Capela de Santa Catarina, em Alpedrinha, instituição que foi cumprida pelo seu sobrinho Cristóvão da Costa, tesoureiro-mor da Sé de Lisboa, e não o Cardeal de Alpedrinha como muitas vezes se refere. Foi igualmente este sobrinho quem mandou transladar o corpo de D. Martinho da Costa de Gibraltar para Lisboa, onde o fez sepultar na Sé.

Alberto Santiago de Carvalho - nasceu a 19 de Dezembro de 1935, na freguesia de Unhais da Serra, concelho da Covilhã, distrito de Castelo Branco. Era filho de Augusto Duarte de Carvalho e de Leonor Santiago de Carvalho. Aos 9 anos entrou para o Seminário Menor do Fundão, que frequentou até ao 5º ano. Tendo saído do Seminário, entrou como aluno externo, para o Colégio de S. José na cidade da



Guarda. Ingressa na Academia Militar, em 15 de Outubro de 1955, onde conclui o curso liceal. Foi promovido a alferes em 15 de Agosto 1959 e, mais tarde, a tenente, dia 1 de Novembro de 1961. Durante a sua carreira militar, prestou serviço na Escola Prática de Infantaria em Mafra; no Regimento de Infantaria 2, em Abrantes; no regimento de Infantaria nº 12 do CICA do Agrupamento Constantino de Bragança, de Damão, para onde partiu em 27 de Abril de 1960. Morreu em combate no dia 18 de Dezembro de 1961, na noite em que completava 26 anos. Na sua folha de serviço tem averbados vários louvores, destacando sempre as suas qualidades morais, de exata compreensão dos seus deveres, de dotes invulgares de carácter, dignidade, honestidade e lealdade. A título póstumo foi promovido ao posto de capitão, condecorado com a Medalha de Ouro de Valor Militar com palma, e foi-lhe concedida a Comenda da Ordem Militar da Torre e da Espada, insígnias que se encontram no Mosteiro da Batalha e no Museu Militar, confirmando a mais alta distinção militar: a de Herói Nacional. As suas cartas – a última exposta no Museu Militar e Mosteiro da Batalha, o resto do espólio depositadas na família - são o testemunho incontestável do Homem de Valores, da grande Virtude de carácter, mas também da dimensão mais humana, onde podemos sentir a desesperança e o sofrimento, mas deliciosamente superados na Fé e no eterno Amor à família, refletindo assim o espírito missionário e humanista. É este o testemunho que o patrono transmite, funcionando como estímulo a todos os atores em formação, que dá a pedra de toque a este colégio.

José Carvalho Santiago (Padre) - nasceu em Unhais da Serra, no concelho da Covilhã, no ano de 1924 no dia 28 de Outubro e falece a 7 de Abril de 2001. Fruto de uma família numerosa de 10 irmãos, filho de Augusto Duarte de Carvalho e de Leonor Santiago de Carvalho, cresceu de acordo com a harmonia própria da infância partilhada em família, entre os risos e brincadeiras entrevistados nas pedras da serra. Chegado ao Seminário Menor do Fundão em 1937, sente encontrada a sua vocação como homem na espiritualidade. Completará os seus estudos teológicos no Seminário da Guarda, e a sua Ordenação Sacerdotal data de 28 de Agosto de 1949, no Souto. A Missa Nova é celebrada em Fátima a 4 de Setembro de 1949 e o serviço Eclesial é vivido em terras da Beira, Penamacor, Ninho do Açor, Maçainhas, Sobral do Campo, Soalheira, e Castelo Novo entre 62 e 97. Este período vai ser crucial para os jovens da região, já que recordando a sua própria infância austera e rural, o Rev. P.e Santiago reconhece a falta de uma escola onde os jovens possam prosseguir os seus estudos, depois de concluída a escolaridade obrigatória. É assim que nasce aquele que vai ser “o meu filho”, como gostava de lhe chamar. O homem ao serviço de Deus servirá, agora também, socialmente, a comunidade, e como tal, será agraciado com a Medalha de Ouro da cidade do Fundão, em Junho de 1997, pela “dedicação manifestada em prol da formação e instrução de gerações de jovens do nosso concelho”, palavras proferidas pelo Presidente da Câmara. São palavras do Rev. P.e “nunca foi um colégio de ricos pois todos têm possibilidade de o frequentar. Que ninguém deixe de estudar por não ter meios económicos”. Homem de uma sensibilidade inteligente, em que o mundo era representado como “o palco da vida em que cada um tem de desempenhar o seu papel importante”, ou mesmo a

metáfora do xadrez, em que “tenho pena de não saber jogar no tabuleiro, mas jogo-o muitas vezes na vida”. Era neste espírito determinado que viveu a gestação e o crescimento do colégio com a consciência clara da importância dos múltiplos atores: “o colégio é o meu filho mas a minha coroa de glória são os meus alunos e os meus professores”. Homem também espirituoso que defendia o riso como “espelho da alma quando espontâneo e franco”, de espírito moderno, com múltiplos hobbies como o gosto pelas motos, apicultura, caça e pesca, apreciador da boa convivência, mas ao mesmo tempo, o homem preocupado com a família, o professor, o homem missionário de uma singularidade invulgar. Aquilo que fica de uma figura imponente, grande e respeitada é a sua obra que toca também ela o grandioso, a verticalidade e a unicidade.

2.8.13.2. Jornais e Publicações de Alpedrinha

Terra de cultura, de cidadãos ilustres e gente preocupada com o desenvolvimento do território das raízes, foi palco, entre muitas outras coisas, para uma multiplicidade de publicações que lhe deram ainda mais visibilidade e confirmaram, ao longo dos tempos, a veia cultural e de intervenção cívica que Alpedrinha sempre evidenciou.

O Morcego – Surgiu nos princípios de 1864, por um grupo de rapazes de Alpedrinha que se lembraram de fazer um jornal humorístico. Deram-lhe o nome de "Morcego" pois distribuíam-no à noite. "O Morcego" era manuscrito por Augusto António Nunes e nele figuravam algumas caricaturas do desenhador Sr. Feliciano Pais do Amaral. Eram feitos apenas seis exemplares, dos quais um ia para a "Assembleia" e os restantes eram distribuídos por particulares. Este jornal não se vendia nem saía com regularidade. Publicaram-se apenas quatro números, talvez devido ao aparecimento do jornal "A Estrela da Beira".

A Estrela da Beira – A sua primeira publicação foi em 31 de Agosto de 1864. Era impresso e publicado em Alpedrinha sendo seu proprietário e diretor o Sr. Dr. António José Boavida, que mais tarde foi cônego arcepreste da Sé Patriarcal de Lisboa e superior nas missões ultramarinas. Foi publicado durante cerca de quatro anos. Em 25 de Julho de 1868 foi publicado o número 375, que poderá não ter sido o último.

O Bacalhoeiro – Apareceu em 1879, tendo sido editado o número 1 a 2 de Dezembro de 1879, o número 2 a 2 de Janeiro de 1880 (que saiu como sendo publicado em Castelo Branco), o número 3 é de 2 de Fevereiro de 1880 (já como sendo publicado em Alpedrinha). Saía mensalmente, com 4 páginas. Foram apenas editados 4 números e desconheciam-se os redatores.



A Pérola – Saiu em 2 de Junho de 1895 e este foi o único número. Os seus redatores foram o Sr. António Salvado Motta e o Sr. Alberto Rodrigues da Costa. Tinha quatro páginas manuscritas.

Noitada – Foi editado apenas um número, em Outubro de 1896.

O Berro – O primeiro número é de 8 de Março de 1897 e o seu diretor era o Sr. Alberto Rodrigues Costa. Só foram publicados três números, tendo sido o número dois publicado em 4 de Abril de 1897 e o número três em 11 de Abril do mesmo ano. Além destes números saiu um suplemento ao número dois, sem data.

O Garoto – Saíram apenas três números. Os dois primeiros tiveram como redator o Sr. António José Salvado Motta e saíram a 4 e a 18 de Abril de 1897. O terceiro número saiu a 25 de Abril de 1897 e tem também como redator o Sr. Joaquim Correia de Castro.

O Local – O seu redator foi também o Sr. António José Salvado Motta e teve como administrador o Sr. Joaquim Correia. O primeiro número foi publicado a 2 de Maio de 1897. Pretendia ser um semanário e dele apenas se publicaram quatro números. Tal facto deveu-se a desavenças com o senhor Alberto Rodrigues Costa que, segundo António Salvado Motta, em *"Monografia de Alpedrinha"*, pág. 414, *"...apesar de não pertencer à redacção, de tal forma se infiltrou na engrenagem do jornal que, por assim dizer, se tornou imprescindível; descobriu-se que nos andava a iludir, e que parte da colaboração com que contribuía era plagiada."*

Mensário Alpetriniense – Jornal mensal, cujo primeiro número é de 31 de Agosto de 1897, manuscrito, com 4 páginas e que podia ser lido, gratuitamente, na loja dos Senhores Correia & Irmão. Tinha como redatores o Sr. António José Salvado Motta e o Sr. Joaquim Correia de Castro. Deste jornal apenas foram publicados quatro números, tendo saído o quarto número a 31 de Outubro de 1897. O seu fim deveu-se à falta de tempo e de colaboração.

O Camaleão – O número 1 saiu em 12 de Novembro de 1899. Tinha como editor e proprietário o Sr. Alberto dos Santos Cardoso e era impresso na Tipografia *Oficina Gráfica Alpetriniense*. Cada número custava 30 reis. Deste jornal, semanal, publicaram-se quinze números e um suplemento de carnaval. Foi com este suplemento que desapareceu, na terça-feira de Entrudo de 1900. O *Camaleão* mudava de cor, assim o primeiro número saiu em papel verde, saindo depois em cor-de-rosa, branco, amarelo e camarão. O número quinze, o último, é de 18 de Fevereiro de 1900.

O Riso – A sua publicação iniciou-se a 11 de Fevereiro de 1900. Tinha como redatores alguns rapazes que tinham terminado a escola e que eram os senhores Manuel Pinto de Carvalho, Luiz Vaz Monteiro, António de Deus Parente e António Mendes Monteiro. Foram publicados dez números, sendo o último de 27 de Maio de 1900.



Azul e Branco – Foi um semanário humorístico, literário e noticioso. O número um data de 16 de Setembro de 1900 e teve como fundadores e redatores os senhores António José Salvado Motta, Luiz do Paraíso (Joaquim Correia de castro) e André da Silva. O editor e diretor era o Sr. Eduardo de Lemos. Os quatro primeiros números foram impressos na Tipografia Correia & Irmão, em Alpedrinha, mas devido a desentendimentos com o proprietário da Tipografia, a partir do quinto número passou a ser impresso na Tipografia do Comércio, no Fundão. O último número foi o décimo quinto, de 25 de Dezembro de 1900 e foi apenas dedicado ao Natal.

O Tuno – Deste jornal apenas foi publicado um único número a 17 de Janeiro de 1904. Foi um jornal comemorativo dum sarau promovido pela *Tuna Alpetriniense* de que era propriedade. Abordou unicamente assuntos musicais. Foi impresso na tipografia de Alberto dos Santos Cardoso, em Alpedrinha. Foram tirados trezentos exemplares mais vinte e cinco exemplares especiais, de cabeçalho dourado, destinados a cada um dos tunos e aos missionários de Alpedrinha que se encontravam nas colónias Portuguesas. O tuno foi vendido a 50 reis o exemplar.

A Folha – Apareceu nos finais de 1974 e tinha como diretor e editor o Sr. Padre Augusto Duarte Ruivo (mais conhecido por Sr. Vigário). Este jornal era propriedade da fábrica da Igreja. No número um não consta a data, mas o segundo número é de 20 de Dezembro de 1947. Era um jornal mensal que não continha só informação religiosa, mas também informação cultural e até mesmo política. No início eram editados 80 exemplares. Saiu mensalmente até 31 de Maio de 1983, altura da morte do Sr. Vigário. O seu sobrinho (Padre Ruivo), com o Sr. Padre Atanásio ainda editaram mais dois números, onde citaram a morte do Sr. Vigário, em 29 de Junho de 1983 e o último a 1 de Fevereiro de 1984.

A Informação - É o único jornal que atualmente é editado em Alpedrinha. É propriedade da Liga dos Amigos de Alpedrinha (LAA), que é também responsável pela edição. A sua publicação, mensal, iniciou-se em Maio de 1977. Começou por ser uma única página escrita à máquina, policopiada que era distribuída pelos sócios da LAA. Por vezes, por dificuldades várias, nem sempre é possível a sua edição mensal. Rapidamente passou de uma única página (o que aconteceu até ao número quatro, de Setembro de 1977) a quatro páginas ou mais, tendo mesmo havido meses em que atingiu dez páginas. Ao longo da sua vida foi mudando de rosto, sofrendo uma mudança radical no número dezanove, de Março de 1979, altura em que deixou a letra da máquina de escrever e passou a ter, habitualmente, quatro páginas e passou a ser impresso numa gráfica - a *Fergráfica*. A partir do número trinta e três, de Junho de 1980, este jornal passou a ser composto e impresso na tipografia *Jornal do Fundão*, até ao número 171 de Maio/Junho de 1995. Desde essa altura houve já várias alterações ao nível da composição e impressão. Do número 172 ao 177 a composição e impressão foi na *Gráfica de S. José* em Castelo Branco; os números 178 e 179 foram compostos por Isabel Teixeira e a impressão ficou a cargo da *Gráfica do Tortosendo*; os números 180 e 181 foram compostos pelo Dr. Luís Pinto e impressos na tipografia *Jornal do Fundão*; do número 182 ao 185 a composição foi de Célia



Domingues e a impressão foi feita na *Lars-Gráfica*, na Aldeia Nova do Cabo; desde o número 186, de Março/Abril de 1999 a impressão continua a ser na mesma gráfica e a composição voltou a estar a cargo do Dr. Luís Pinto. À frente da redação deste pequeno jornal já estiveram diversas pessoas, sendo, na maioria dos casos os diversos presidentes da LAA. Podemos referir o Dr. João Manuel dos Santos Costa, que durante muitos anos esteve à frente deste jornal, o Sr. Francisco Belo Nogueira, o Sr. Romeu José de Jesus Andrade, o Sr. Dr. José Alberto Marinho, o Sr. Prof. João Valente de Matos, o Sr. Eduardo Manuel Trigueiros Castro Serra, o Sr. Dr. João Freitas e o Sr. Francisco Miguel Barata Roxo, atual redator. Neste jornal, que é distribuído gratuitamente por todos os sócios da LAA e que pode ser adquirido por quem não é sócio ao preço de vinte e cinco escudos, são abordados, essencialmente, assuntos relativos à vila de Alpedrinha (festas, atividades da LAA, do Teatro Clube de Alpedrinha, da Santa Casa da Misericórdia de Alpedrinha, feiras, ...). Há também espaço para a opinião e outros textos, até mesmo estudos históricos, dos leitores.

2.8.13.3. Rotas das Transumância

No maciço central da Serra da Estrela encontramos uma transumância de dois sentidos: a de Inverno e a de Verão. As caminhadas trilhadas pelos pastores na condução dos rebanhos faziam-se no sentido da alta montanha, nomeadamente, das aldeias situadas a maior altitude na Estrela na transumância de Verão e para as planícies na denominada transumância de Inverno e, no caso de algumas aldeias, da planície ou do planalto em direção à serra e vice-versa.

Assim, e segundo Alberto Martinho, “Da Estrela saíam os rebanhos para os campos da Idanha, para o Alentejo, para o Douro e para os campos de Coimbra. No Verão a Estrela acolhia os gados de aldeias dos concelhos de Seia, Oliveira do Hospital, Gouveia, Guarda, Manteigas e Covilhã. Também acolhia gados dos concelhos de Tábua, Arganil, Carregal do Sal, Nelas, Mangualde, Fornos de Algodres, Vila Nova de Poiares e Coimbra”. (Terra Fértil, 2000, pág. 55) Atualmente, a transumância (de Verão e de Inverno) está circunscrita a distâncias curtas.

O estudioso desta temática pastoril, Alberto Martinho, refere ao longo dos seus trabalhos que a origem da transumância de Inverno dos rebanhos da Serra da Estrela se perde na memória dos tempos. Por outro lado, Orlando Ribeiro na sua obra – contributo para o pastoreio da Serra da Estrela, faz a transcrição de documentos desde 1599 e 1844, relativos a gados (ovelhas e cabras) transumantes da Serra da Estrela para o Alentejo e campos de Ourique e também do Alentejo e de Castela para a Serra da Estrela.

Para Alberto Martinho, “Relativamente ao início deste século também encontrámos algumas guias de trânsito de gados da aldeia do Sabugueiro com destino a Idanha-a-Nova, (em 1920 e em 1929 bem como outras com destino a Coimbra em 1922). A partir de aldeias serranas, durante o período 1900-1949, é possível a identificação de quatro destinos principais: os Campos da Idanha, o Alentejo, Coimbra e arredores e Douro. O regresso à aldeia de origem processava-se em Abril do ano seguinte, devido ao facto de as neves já se encontrarem no degelo”. (Terra Fértil, 2000, pág. 56)

Neste contexto, Alberto Martinho identificou, entre muitas outras rotas transumantes, seis que atravessam o concelho do Fundão: (Alberto Martinho, 1980)

1. *“Videmonte-Idanha”: Videmonte – Valhelhas – Belmonte – Capinha – Pedrógão – Proença-a-Velha – Idanha-a-Nova – (Monforte, Rosmaninhal, Zebreira, Segura); percurso de 6 dias.*
2. *“Fernão Joanes-Idanha”: Fernão Joanes – Valhelhas – Aldeia do Mato – Belmonte – Caria – Capinha – Penamacor – Pedrógão – Proença-a-Velha – Idanha-a-Nova (Zebreira, Rosmaninhal); percurso de 6 dias.*
3. *“Sabugueiro-Idanha”: Sabugueiro – Valezim – Loriga – Alvoco da Serra – Unhais da Serra – Tortosendo – Fundão – Vale de Prazeres – Orca – S. Miguel de Acha – Oledo – Idanha-a-Nova – (Castelo Branco, Rosmaninhal, Monforte, Malpica, Zebreira, Segura, Salvaterra do Extremo);percurso de 5 dias.*
4. *O trajecto Sabugueiro-Tortosendo raramente se fazia, por a serra estar cheia de neve nesta altura.*
5. *“Sabugueiro-Alentejo”: Sabugueiro – Manteigas – Covilhã – Fundão – Alpedrinha – Castelo Branco – Vila Velha de Ródão – Nisa – Crato – Alter do Chão – Fronteira – Sousel – Évora; percurso de 8-9 dias.*
6. *“Manteigas-Idanha”: Manteigas – Tortosendo – Ponte Pedrinha – Fundão – Vale de Prazeres – Orca – S. Miguel de Acha – Oledo – Idanha-a-Nova – (Rosmaninhal, Ladoeiro); percurso de 5-6 dias.*
7. *“Valezim-Idanha”: Valezim – Loriga – Serra da Aboança – Unhais da Serra – Ponte Pedrinha – Fundão – Alpedrinha – Idanha-a-Nova – (... , Rosmaninhal, ...); Percurso de 6 dias.*

O clima frio da Serra da Estrela provoca, durante o Inverno longo e rigoroso, a queda de neve e a consequente cobertura dos pastos. Assim, a escassez de pastagens que o gelo e a neve provocavam leva a que os rebanhos efetuam estes movimentos transumantes. Os pastores deslocavam-se, durante dias, a pé com os rebanhos, através de percursos sinuosos por montes e vales.

Após 1950 “verificou-se um encurtamento das distâncias na transumância de Inverno para os gados das aldeias do maciço da Serra da Estrela. Assim, os locais onde os serranos iam *invernar* passaram a situar-se nos concelhos de Oliveira do Hospital, Nelas, Fundão e nas zonas planálticas dos concelhos de Seia, Gouveia, Guarda e Covilhã. Hoje, embora em pequena escala, ainda é para estas zonas atrás



mencionadas (...) que se verifica o destino dos rebanhos serranos durante os invernos”. (Terra Fértil, 2000, págs. 57/58)

Por outro lado, e em relação à transumância de Verão, temos que considerar *duas modalidades*: a dos gados das aldeias serranas da Serra da Estrela e a dos gados das aldeias do planalto beirão.

É em finais de Junho por alturas do S. João que o gado sobe à Serra para procurar os pastos verdejantes.

Alberto Martinho encontrou na Serra da Estrela, no Verão de 98, “os gados das aldeias do Sabugueiro, S. Romão, Valezim, Loriga e Alvoco da Serra do concelho de Seia, os gados de Manteigas, bem como os gados das Cortes do Meio (Covilhã). Nestes casos eram e são os pastores das referidas aldeias que juntam os respetivos rebanhos que são guardados, de forma rotativa, por cada um deles, na proporção de um dia por cada vinte ovelhas que traga no rebanho. Se o rebanho transumante ultrapassar as duzentas cabeças já obriga a que dois elementos o pastoreiem simultaneamente”. (Terra Fértil, 2000, pág. 58)

Na palavra de Orlando Ribeiro, “a cada possuidor de vinte ovelhas, por exemplo, compete andar um dia com o rebanho; quem tem quarenta anda dois, quem tem cem anda cinco. A isto se chama *correr a andana* ou *correr a volta*. Quando o tempo está áspero, o que sucede com frequência na Primavera e no Outono, dormem pela Serra, em currais, construções toscas de pedra solta cobertas de colmo, em redes, as ovelhas aconchegadas umas às outras, para mais facilmente se defenderem da tempestade ou serem vigiadas do lobo, que ronda à volta, ou nas lojas das povoações. Logo que o tempo levanta e as nuvens grossas de tempestade se desfazem num nevoeiro leve e claro, ao tilintar alegre de centenas de chocadinhos, adivinha-se o rebanho que sai dos abrigos para o parto: como uma massa sombria que se move lentamente, donde se levantam, a espaços os vultos agigantados dos pastores”. (Orlando Ribeiro, 1940-41, pág. 247)

Ainda neste quadro de movimentação transumante os gados das aldeias do planalto beirão, dos concelhos de Oliveira do Hospital, Tábua, Arganil, Nelas, Seia, Gouveia e Mangualde iam e vão (uma parte) para a zona serrana (baldios) das aldeias do Sabugueiro e de S. Martinho (Seia), de Mangualde da Serra e Aldeias (Gouveia).

Segundo Alberto Martinho, “estes rebanhos já com 1000 a 2000 *cabeças* sobem para a Serra entre o S. João e o S. Pedro (29 de Junho) e são organizados por um maioral que se faz acompanhar por ajudante que contrata para o efeito”. (Terra Fértil, 2000, págs. 58/59)

Para Orlando Ribeiro, “Em Abril derretem as neves e começam os rebanhos a subir à Serra (...) Em Maio vão os maiorais pelas feiras da Terra Chã combinar com os donos de gado o número de ovelhas que



hã-de trazer para a Serra e a paga, á volta de um escudo por cabeça em toda a temporada. Pelo S. João (24 de Junho) povoam-se as alturas dos gados de fora”. (Orlando Ribeiro, 1940-41, pág. 247)

Nesta altura, na Serra, é o apogeu da pastorícia. Aqui é o espaço de encontro de milhares de cabeças de gado. Chegavam a encontrar-se rebanhos com três mil cabeças. Cada dono, “além do seu gado, tem assim à sua guarda mais alguns centos de ovelhas, pelas quais recebe um tanto, que constitui, durante o verão, a parte principal dos seus ganhos. Por todas as povoações que circundam a Serra há gente que se dedica a êste mester; onde, porém, êle é mais geralmente seguido é no sabugueiro, a aldeia mais tipicamente pastoril da região. Os rebanhos são guardados à razão de um homem e de um cão para quatrocentas ou quinhentas ovelhas”. (Orlando Ribeiro, 1940-41, pág. 248)

Regra geral formavam-se rebanhos de mil ou mil e quinhentas cabeças, guardadas por dois ou três pastores e um cão por cada pastor. Ou então um só pastor (com um ou dois zagais ou ajudas que são muitas vezes os seus próprios filhos e dois ou três cães) guarda para cima de mil cabeças de gado.

Tradicionalmente, a vida de pastor estava sempre ligada ao sacrifício do trabalho diário com dureza, sem horários e sem sono, uma vez que o pastor acompanhava sempre o rebanho. Na Primavera e no Verão, o pastor dormia na choça ou debaixo de uma lapa (bloco grande de granito) ao lado do bardo, nos designados abrigos naturais ou seminaturais.

Neste sentido, o pastoreio “ com os seus aspetos sensíveis embora atenuados de mobilidade e isolamento, e a rudeza da vida primitiva do pastor, traz até aos nossos dias um reflexo do carácter que tinha em remotas eras (...) porém, os rebanhos que são pertença dos lavradores locais ou vêm de longe numa derradeira sobrevivência de transumância, geralmente conduzidos por pastores assalariados, passam grande parte do ano sem recolherem ao curral: ao entardecer, são encaminhados para o local – em regra nos terrenos aráveis do seu dono – onde foi montada uma vedação de cancelas móveis ou redes, formando um quadrilátero – o bardo, redil, caniço, cancela ou cancelada, aprisco (onde se ordenham as ovelhas) ou cerro, de modo que, de manhã, a terra onde se situa o bardo encontra-se fortemente estrumada com o frago dos animais. Os bardos vão-se deslocando diariamente, estrumando-se, de cada vez, novos pedaços de terra. É de resto este o grande processo de adubação natural destas regiões, onde predomina a cultura extensiva. Ao lado dos bardos, os pastores, por seu turno, instalam os abrigos onde dormem, mais ou menos protegidos do vento, do frio e da chuva, e onde guardam a louça em que cozinham, os recipientes da ordenha, e o pouco mais de que necessitam”. (Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, 1988, págs. 39/40)

Apesar das dificuldades aparentes o pastor sempre se acostumou à natureza. Os seus maiores problemas não foram a alimentação ou a própria habitação, ainda que móvel e temporária. O pastor passou a ter problemas com o insucesso escolar dos filhos.



Segundo Alberto Martinho, após 1950, a transumância de Inverno passou a ter outros destinos. Apesar de se encontrarem mais próximos da aldeia de origem, a *invernada* implicou também a ida da mulher e dos filhos, uma vez que a produção do queijo como objetivo principal da *invernada* substituiu a produção de borregos do período anterior. Neste sentido, “os filhos que tinham iniciado a escola na aldeia de origem, eram obrigados a deixar a escola no princípio de Novembro para ingressarem na escola da localidade da *invernada*, para em abril seguinte retomarem a escola da terra de origem, aquando do regresso do rebanho à terra natal. Esta mobilidade geográfica esteve na origem de um grande insucesso escolar dos filhos dos pastores”. (Terra Fértil, 2000, págs. 60/61)

Entretanto, as autarquias, o Parque Natural da Serra da Estrela, a Federação dos Produtores de Queijo, a Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela, entre outras, através da realização de ações de formação e de melhoria da produção de Queijo, associadas à realização de feiras e outros eventos de promoção deste magnífico produto, contribuíram para uma ascensão social dos pastores e para a consequente diminuição dos seus problemas. Em casos pontuais verificou-se mesmo um rejuvenescimento da atividade pastoril.

2.8.13.4. Chocalhos - Festival dos Caminhos da Transumância

A transumância assumiu particular expressão na Península Ibérica, dado que o conjunto das suas características climáticas, da sua elevada altitude média e dos fortes contrastes entre as suas regiões atlânticas, favorece mais o pastoreio migratório que o sedentário. O movimento transumante encontra-se praticamente extinto ou desenvolve-se em circuitos muito pequenos. Pela importância que teve na Península Ibérica e pelo facto de os seus percursos nunca terem conhecido fronteiras entendemos que o “Chocalhos: Festival dos Caminhos da Transumância” seria a melhor forma de homenagearmos, recuperarmos e revitalizarmos essa prática ancestral. É certo que não podemos voltar a introduzir milhares de cabeças de gado transumante na Raia Central Ibérica. No entanto, podemos com toda a certeza, recuperar pedaços da história de uma prática riquíssima a nível sociocultural. Este Festival não é uma obra física. É uma ação imaterial. Porém, a sua concretização assume a mesma importância porque ela representa a efetiva realização do “sonho” que comanda este projeto. Para além disso desejamos que o “Chocalhos” se transforme, gradualmente, num polo de atração cultural e turística da região e que promova a transumância em todas as suas vertentes, gerando mais-valias para toda esta região transfronteiriça. Através do “Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância” foi possível voltarmos a ouvir o “chamamento” dos pastores, o ritmo fantástico do gado a atravessar as localidades, a assistir ao espetáculo das ovelhas em movimento e à agitação dos pastores. A própria atividade pastoril foi valorizada. Para centenas e centenas de pessoas o “Chocalhos” foi uma oportunidade para reavivar a memória. Para outros foi uma novidade, uma agradável surpresa. Para outros ainda foi a alegria de perceber como, através da valorização das

nossas raízes, através de uma aposta na cultura, se pode encontrar um caminho de desenvolvimento para esta região desfavorecida.

Encontro de Pastores – Trata-se de um evento que antecede a realização dos “Chocalhos – Festival dos Caminhos da Transumância” e que junta pastores no ativo, procurando recriar a multiplicidade de sons, sabores, cores e vivências da atividade pastoril. As conversas com pastores “vivências pastoris” têm como pano de fundo a transumância. Estas conversas que cruzam a cultura e a gastronomia são, essencialmente, momentos de afetos que realçam a importância de uma atividade ancestral que já conheceu melhores dias mas que, acima de tudo, é fundamental preservar e valorizar.

Grande Rota da Transumância – Une um conjunto de áreas protegidas do interior-centro de Portugal, ligando o geoparque do Tejo Internacional ao Parque natural da Serra da Estrela, passando pela Paisagem Protegida da Serra da Gardunha. Lugares onde a natureza, história e cultura convivem intimamente, numa multiplicidade única de paisagens que se cruzam e fundem criando distintas identidades. Lugares para descobrir nos diferentes momentos da agenda de viagens que a Grande Rota da Transumância oferece.

A Grande Rota da Transumância - é um tributo à memória das viagens e paragens dos pastores e rebanhos que calcorreavam estes caminhos. Com pastores e rebanhos, viajava também toda uma cultura inerente a cada local e às suas gentes. Tradições e costumes, canções, formas de falar, danças e outras manifestações, enraizavam eram passados de região em região, contribuindo para fundir características entre comunidades distantes.

A Grande Rota da Transumância - é um projeto que traduz a essência agregadora da Estratégia de Eficiência Colectiva Buy Nature, desenvolvida no âmbito do PROVERE – Programa de Valorização dos Recursos Endógenos. Essa estratégia assumiu como pontos fundamentais o desenvolvimento do produto Turismo de Natureza nas áreas Naturais Classificadas do Centro de Portugal. Sob a égide da marca iNature, este é um projeto que une as gentes e os agentes do Geoparque do Tejo Internacional, da Paisagem Protegida da Serra da Gardunha, da Reserva Natural da Serra da Malcata e do Parque Natural da Serra da Estrela. A sua filosofia de cooperação efetiva e de desenvolvimento integrado do território encontra neste projeto o seu pleno exemplo: a Grande Rota da Transumância concretiza o usufruto dos recursos que o destino iNature encerra e que só aqui é vivido.

2.8.14. Uma ideia e um projeto transfronteiriço de grande impacto social, cultural e económico

Em 2002 a Câmara Municipal do Fundão em conjunto com outros parceiros (Câmara Municipal de Penamacor, Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de



Castelo Branco, UNAVE da Universidade de Aveiro, Escola de Hotelaria de Coimbra, FEPMA – Fundación para la Ecología y la Protección del Medio Ambiente e Fundación General de la Universidad de Valladolid) avançou com uma candidatura (que foi aprovada) ao Programa INTERREG III com o objetivo de implementar o projeto “Rotas da Transumância” de forma a potenciar, através desta iniciativa de cooperação transfronteiriça, o desenvolvimento regional através da capitalização dos recursos endógenos existentes.

Partindo de uma base temática centrada na prática ancestral da transumância, este projeto assentou numa perspetiva pautada por critérios de transversalidade, ciente da diversidade de vertentes que importa fazer convergir na senda de um desenvolvimento sustentável e sustentado e procurou alcançar os seguintes objetivos:

- Revalorização dos produtos associados à prática da transumância (por exemplo, carne e produtos lácteos), contribuindo para a dinamização do sector primário;
- Utilização da transumância como *alavanca* de desenvolvimento e divulgação das especificidades dos modos de vida dos meios rurais, visando a sua preservação e recontextualização, valorizando o seu potencial de existência no contexto atual;
- Criar uma dinâmica de base regional baseada na valorização do conceito de recurso endógeno, potenciadora da criação de sinergias entre diversos sectores e entidades (Agricultura – Turismo – Ambiente – Cultura);
- Instituição de uma política de cooperação transfronteiriça que utilize como base primária de trabalho as “rotas da transumância”, e que potencie o desenvolvimento local das regiões raianas, dos dois lados da fronteira;
- Favorecer a fixação da população em zonas rurais degradadas através de atividades socioeconómicas alternativas ligadas à promoção de um turismo consciente e responsável, a valorização do Património Cultural e Natural e dos produtos artesanais [novo produto turístico].

A execução deste projeto contemplou um conjunto de ações no seu território de intervenção. No entanto, neste processo destacam-se apenas as iniciativas que em Alpedrinha mudaram o paradigma da relação com o futuro e que colocaram esta freguesia no centro de todo o projeto de cooperação transfronteiriça designado por Rotas da Transumância.



- Criação de um Centro de Interpretação da Transumância no Palácio do Picadeiro em Alpedrinha, com valências nas áreas de promoção e divulgação turísticas, de estudos e investigação (Centro de Documentação), de dinamização do comércio (Loja da Transumância) e das atividades tradicionais ligadas ao fenómeno da transumância (arte pastoril, produtos rurais);
- Criação de um núcleo de “Artes Transumantes” onde se disponibilizará e interpretará diversa informação sobre as atividades e produtos relacionados com a prática da transumância, devidamente certificados, potenciando o seu valor comercial;
- Implementação de uma página Web que se constitua como valioso instrumento de divulgação deste projeto, facilitando simultaneamente os fluxos de comunicação entre os diversos intervenientes no projeto;
- Criação de um Gabinete de Gestão do Projeto “Rotas da Transumância”, que permita uma mais fácil aproximação da realidade dos elementos integrantes do projeto, que represente as diversas entidades envolvidas, e que se constitua como uma estrutura associativa de defesa e preservação destes caminhos e da realidade que a eles está associada;
- Instalação no Palácio do Picadeiro – Alpedrinha
- Promoção e valorização dos produtos artesanais das áreas compreendidas pelas “Rotas da Transumância”, de que o exemplo mais evidente será a Arte Pastoril, numa ótica de complementaridade entre as práticas tradicionais e fatores de inovação e definição de políticas comerciais mais agressivas;

No quadro da implementação deste projeto das “Rotas da Transumância”, nomeadamente, em Alpedrinha, o Palácio do Picadeiro, depois décadas de abandono foi totalmente recuperado. Esta candidatura ao INTERREG IIIA, financiada pelo FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, foi fundamental para a sua recuperação física e também da sua memória. A iniciativa de classificação deste imóvel como de interesse cultural pela Direção Regional da Cultura do Centro vem reforçar e confirmar a estratégia há muito desenvolvida no âmbito da valorização do património material e imaterial de Alpedrinha.

Para além da recuperação do Palácio do Picadeiro, devolvendo-o à comunidade, foi possível implementar uma estratégia que devolveu importância e centralidade a Alpedrinha afirmando a sua ancestralidade nos caminhos da transumância, associando-lhe um conjunto de eventos e iniciativas



que são hoje parte integrante do panorama cultural ibérico, cujos resultados económico são um grande estímulo ao desenvolvimento local e regional.

2.8.15. Aldeias de Montanha

Recentemente, Alpedrinha foi enquadrada na Rede Das Aldeias De Montanha. A ADIRAM (Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha) promove e desenvolve inúmeras atividades com vista à promoção, e geração de mais-valias no ambiente de montanha. Para tal desenvolveu um conjunto de negócios coletivos de interesse supramunicipal que irão ser implementados e apoiados através de diversos instrumentos de operacionalização.

Plano de Ação da Rede de Aldeias de Montanha

No âmbito do projeto, é pretensão da ADIRAM em cooperação com o Município assumir as Aldeias de Montanha como polo de teste e experimentação de um modo de vida inteligente, sustentável, inclusivo e solidário, posicionando-se regional e nacionalmente como “portas de entrada” para uma vivência rural de imersão na natureza, cultura e identidade das Aldeias de Montanha. Desta forma o projeto assenta numa abordagem focada nas ações propostas, nos recursos humanos e na sua capacidade de envolver os vários stakeholders no desenvolvimento de sinergias capazes de materializar uma visão de futuro para a Rede de Aldeias de Montanha. Através da representação dos associados perante a Administração Central, Regional e Local e Instituições Nacionais e Estrangeiras, através da sua Direção, a ADIRAM estará assim disponível para celebrar contratos com organismos públicos e outros, designadamente para efeitos de concessão de ajudas nacionais e/ou comunitárias. Consequentemente, estas ações resultaram na promoção do desenvolvimento regional dos territórios de montanha, duma forma sustentável, integrada, inovadora e criativa, valorizando os recursos e a afirmando os territórios de montanha enquanto locais atrativos e com enormes potencialidades.

Objetivos específicos:

- Inverter o aumento dos aglomerados rurais despovoados e, consequentemente, de terras desocupadas que evidenciam a falta de uso e por consequência sem manutenção;
- Inverter o aumento de edifícios devolutos e desocupados criando programas de apoio ao arrendamento;
- Travar a contínua perda de população, criando formas alternativas de fixação das pessoas sobretudo nas camadas mais jovens;



- Reforçar meios de mobilidade entre as aldeias da rede, através da oferta privada num modelo de táxi a pedido entre outros;
- Aumento de serviços itinerantes na área social e cultural conferindo qualidade de vida às populações;
- Atração de novos residentes estrangeiros para o território, procurando estilos de vida alternativos;
- Aumento da oferta de restauração tradicional e alojamento turístico como atividades empregadoras e geradoras de riqueza.

Metas a atingir

- Atrair e fixar novos residentes e visitantes para as aldeias;
- Captar novos investimentos, num cenário de perda de população e de mobilidade regional condicionada;
- Incentivar o investimento no sector agroalimentar e turismo;
- Promover o aumento do nível educacional dos habitantes sobretudo no que se refere aos valores ambientais das aldeias, aumentando o seu sentido de pertença;
- Promover o conhecimento e a utilização das TIC junto dos habitantes das aldeias (parceria em curso com a Fundação Vodafone);
- Inverter a tendência de estudantes do ensino superior que saem das aldeias para estudar e não regressam;
- Captar estudantes e profissionais ligados a áreas consideradas prioritárias para o desenvolvimento de projetos de empreendedorismo.

Esta inclusão de Alpedrinha nas Aldeias de Montanha é sem dúvida uma mais-valia neste programa estratégico de reabilitação, visto que se pretende com este projeto consolidar a Rede de Aldeias assente em lógicas de laboratórios vivos com uma aliança estratégica entre o património ambiental das aldeias (natureza e cultura), com forte tradição rural marcada por uma vivência de montanha e os novos fatores de competitividade, como o desenvolvimento tecnológico (a trabalhar por via do reforço das parcerias), a criatividade e inovação, a economia da partilha, a solidariedade e a sustentabilidade.



3. Opções estratégicas de reabilitação da ARU

3.1. Visão sistema urbano

3.1.1. Visão para o sistema urbano da Região Centro

A Região Centro afirmar-se-á como um sistema urbano competitivo e coeso, potenciando, por um lado, o seu posicionamento estratégico e o seu papel como espaço de articulação no contexto do sistema urbano nacional e na ligação deste às redes europeias e, por outro lado, promovendo o seu carácter policêntrico, consolidando e equilibrando os sistemas urbanos sub-regionais que estruturam este território e inovando no relacionamento entre os respetivos espaços urbanos e rurais.

3.1.2. Programa Operacional Regional do Centro de Portugal (2014-2020)

A Estratégia de Desenvolvimento Regional proposta para o Centro de Portugal ao longo do período temporal 2014-2020 parte de um desígnio Central, CRER no Centro de Portugal 2020, que apresenta neste contexto um duplo sentido, de acreditar e mobilizar o Centro de Portugal, mas igualmente de assumir como desígnio a geração de valor acrescentado decorrente da afirmação de um modelo de Competitividade Responsável, Estruturante e Resiliente (CRER):

- Responsável no sentido de respeitar aspetos ambientais, respeitar os direitos humanos e a qualidade de vida dos cidadãos, bem como no sentido de responsabilidade social e de evolução harmoniosa da Região centro;
- Estruturante no sentido de corresponder a pilares duradouros e sustentáveis de construção de competitividade da Região Centro no mundo contemporâneo, com uma ótica também de médio prazo e dirigida à aposta nos vetores com potencial regional de criação e de valor acrescentado;
- Resiliente no sentido de ser robusta face a oscilações de contexto, traçando um rumo de evolução positiva que seja capaz de resistir a diferentes tipos de imprevistos que possam surgir a nível nacional e internacional, assim como aos momentos bons e menos bons.

A este desígnio central associa-se a afirmação da marca Centro.pt que procura evidenciar uma Região centro que congrega tudo o que se precisa numa única região, a qual se pretende detentora de elementos de atratividade para diferentes fases do ciclo de vida das pessoas, e que deseja posicionar-se estrategicamente em torno de sete vertentes que a identificam enquanto:

- Uma Região Qualificada, Inovadora e Empreendedora;
- O Centro Tecnológico;
- Continuidade e Mudança: as Duas Faces da Mesma Moeda;



- Força da Diversidade: A Nossa Assinatura;
- Uma Região Solidária, Inclusiva e Resiliente;
- Trabalho em Redes Focalizadas;
- Reforço Positivo e Mosaico de Oportunidades: a Nossa Atitude

Para além de outros indicadores e linhas de ação no quadro de uma especialização inteligente destaca-se a “aposta indicativa” do Programa Operacional Regional do Centro na “Inovação Rural” – Nomeadamente através da experimentação de soluções direcionadas para a inovação rural, através do desenvolvimento de territórios inteligentes e criativos em zonas rurais, do desenvolvimento de soluções integradoras de conceção, produção, valorização e comercialização de produtos e serviços baseados em recursos endógenos, acompanhados da introdução de tecnologias (telemedicina, telemonitorização, sistemas de apoio itinerante, mecanismos de micrologística) e outras formas de inovação social que permitam reforçar a atratividade e qualidade de vida neste tipo de territórios.

3.1.3. Visão da Nova Carta de Atenas 2003

A visão da Nova Carta de Atenas de 2003 define o que se entende por “vida urbana” de modo a desenvolverem-se as “cidades coerentes” como o modelo desejável para o futuro das cidades:

- Conservarão a sua riqueza cultural e a sua diversidade, resultantes da sua longa história;
- Ficarão ligadas entre si por múltiplas de redes, plenas de conteúdos e de funções úteis;
- Permanecerão criativas e competitivas, mas procurarão, simultaneamente, a complementaridade e a cooperação;
- Contribuirão de maneira decisiva para o bem-estar dos seus habitantes e, num sentido mais lato, de todos os que as utilizam.

Esta Visão da “Cidade Coerente” contempla também várias dimensões: coerência social (equilíbrio, envolvimento, riqueza multicultural, relação entre gerações, identidade social, fluxos e mobilidade, equipamentos e serviços); coerência económica (globalização e regionalização, vantagens competitivas, desenvolvimento de redes de cidades, diversidade económica); coerência ambiental (“input/output”, cidades saudáveis, natureza, paisagem e espaços livres urbanos, energia). Uma perspetiva integrada e sustentável do desenvolvimento das cidades visa responder, simultaneamente, ao desenvolvimento económico, social e cultural, territoriais ou sectoriais.

3.1.4. Reabilitação urbana – Um processo prospetivo

A reabilitação urbana surge como **resultado de um processo dinâmico multidimensional** que tem como base um trabalho de planeamento estratégico como um recurso fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável do concelho. Desde 2002 dando seguimento a esta orientação a Câmara municipal avançou com um plano **de ação traduzido nos seguintes vetores:**

- Revitalização dos espaços urbanos e rurais através da criação de polos de competências e de análise que permitissem a elaboração de dispositivos convergentes e complementares conducentes a uma inversão da sua situação demográfica, socioeconómica e cultural, assim como do seu papel na organização e leitura do território. Desta forma, foram estrategicamente criadas duas equipas multidisciplinares, dois **Gabinetes Técnicos Locais**, o Gabinete Técnico Local das Freguesias e o Gabinete Técnico Local do Fundão, com o intuito de dar resposta a estes parâmetros e que integraram duas realidades distintas do Concelho, a rural e a urbana. Na fusão destes dois gabinetes, o município criou a **Divisão do Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida**, DOPQV, que absorveu as capacidades instaladas nos GTL's, criando em permanência serviços de proximidade localizados na Zona Antiga do Fundão: o Gabinete de Projeto de Apoio à Zona Antiga e Freguesias, Gabinete de Sistemas de Informação Geográfica, Gabinete Ambiental e Gabinete de Fiscalização.

- Criação de parcerias e cooperação com as universidades.

– Criação de **redes temáticas** que se centrassem nos valores e problemas mais representativos do concelho: Parque Habitacional Degradado, Património Material e Imaterial, Edifícios Notáveis, Paisagem Cultural e Natural.

– Criação de um diálogo profundo entre elementos tradicionais e originais do território e linguagens contemporâneas, inovadoras e criativas, traduzido numa programação e animação cultural diferenciada/própria e no lançamento duma **rede de equipamentos culturais**.

– Negociação de **projetos estruturantes** em termos da mobilidade e acessibilidade e atração de funções principais para o concelho, com o projeto REFER com a Modernização da Linha da Beira Baixa e criação de condições para a fixação de empresas e postos de trabalho, são alguns dos exemplos mais significativos.

- Planeamento e gestão do território de uma forma coerente e sustentável, com base no desenvolvimento de **instrumentos de gestão territorial** e inserção nos **instrumentos de âmbito nacional e regional**.



- Desenvolvimento e preparação de candidaturas a programas de apoio financeiro – **financiamentos europeus e nacionais nas ações de reabilitação urbana.**

– **Projeto Agenda 21 Local**, desenvolvido com o intuito de promover uma gestão integrada para a Gardunha de preservação do seu património histórico, cultural e natural. Identificação e compreensão dos problemas sociais, culturais e ambientais da comunidade através da realização de um ciclo de fóruns de proximidade pelas freguesias da Gardunha, no sentido de estimular a colaboração e participação da população, auscultando os cidadãos e proceder à respetiva resolução.

- Criação da **Agência de Desenvolvimento Gardunha 21** com o intuito de funcionar como entidade gestora da Gardunha representando todos os interessados de uma forma equilibrada e promovendo a realização de projetos e candidaturas.

- Dar conhecimento das intervenções pretendidas através de **apresentações públicas** para envolvimento e recolha de contributos da população.

3.1.5. Articulação com políticas de ordenamento e desenvolvimento

À semelhança do processo de regeneração urbana do Fundão, e face ao sucesso obtido com a criação dos instrumentos específicos para incentivo a esta política, a Câmara Municipal do Fundão decidiu alarga-la à Vila de Alpedrinha. Assim, este documento tem como objetivo a formalização e ampliação de uma estratégia prosseguida pelo município ao longo destes últimos anos, despoletada na Zona Antiga do Fundão.

A regeneração urbana na cidade do Fundão tem sido entendida como uma estratégia integrada e participada, pelo que se têm vindo a envolver vários atores em intervenções cruzadas em vários domínios de atuação.

A implementação da regeneração urbana fundanense assenta na constituição de parcerias, consideradas a base para o envolvimento de diferentes agentes na persecução de uma estratégia global norteada por critérios de sustentabilidade.

A participação de todos os sectores da sociedade é fundamental em qualquer política de cidades. A construção de redes ou de novos cenários institucionais, ou seja, a capacidade de inovação organizacional é um desafio.

Regenerar é um desafio que tem de assentar numa estratégia coerente e multisectorial, capaz de integrar um conjunto alargado de questões com base no conhecimento aprofundado do território e das suas especificidades, bem como nas condições de capacitação das comunidades locais.



As linhas estratégicas destes projetos assentam na recriação de identidades e no reforço da atratividade, entendendo a cidade como um espaço de residência e de requalificação e reabilitação da área de intervenção, estando devidamente articulado com o Plano Diretor Municipal do Fundão.

O PDM (em revisão) procura estabelecer as regras para utilização, ocupação e transformação do uso do solo no concelho refletindo a síntese estratégica de desenvolvimento, integrando as orientações constantes nos **instrumentos de âmbito nacional e regional**, nomeadamente:

- PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território,
- PROT Centro - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro,
- PROF BI - Plano Regional de Ordenamento Florestal da Beira Interior,
- POASAP - Plano de Ordenamento das Albufeiras de Santa Águeda e Pisco,
- Plano Sectorial Rede Natura 2000,
- PBH - Plano da Bacia Hidrográfica do Tejo (Bacia Hidrográfica Internacional),
- PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

O Município do Fundão tem procurado, também, planear e gerir o seu território de uma forma coerente e sustentável, pelo que tem desenvolvido **instrumentos de gestão territorial**:

- O **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Fundão** (publicado pelo Edital n.º 502/2013, no Diário da República, 2ª Série, N.º 96 — 20 de maio de 2013) que estabelece as regras gerais, critérios e os princípios aplicáveis à quantificação das taxas e compensações das devidas ao Município do Fundão, pela emissão de alvarás, para a realização, manutenção e reforço de infraestruturas e reconhecimento de títulos das diferentes operações urbanísticas.

- O **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios** (aprovado pelo ICNF a 27 de Outubro de 2017) que reflete a estratégia e a importância que a floresta assume no concelho.

A serra da Gardunha assume-se como um ícone do Fundão pelo que tem sido alvo de uma estratégia integrada de desenvolvimento sustentável preconizada no Plano de Ordenamento de Paisagem que integra as orientações do Plano de Dinamização da Gestão dos Baldios da Serra da Gardunha e da Agenda Gardunha 21.

- O **Regulamento da Paisagem Protegida de Âmbito Local da Serra da Gardunha** (Declaração de retificação n.º 1288/2014, DR, 2ª Série, n.º 241 de 15 de dezembro de 2014) é o resultado do empenho demonstrado pelos Municípios do Fundão e de Castelo Branco na prossecução do desenvolvimento



sustentável, conservação e preservação desta área, nomeadamente através da promoção do procedimento da classificação desta área de paisagem como paisagem protegida do âmbito local.

Conforme a Convenção Europeia da Paisagem (2000), o papel da paisagem é essencial como fator de equilíbrio entre o património natural e cultural, refletindo assim uma identidade, tanto em zonas urbanas como rurais.

Este plano tem como objetivos específicos:

- A conservação das espécies e habitats locais e a preservação do património natural e construído;
- A criação de novas oportunidades para o lazer ao ar livre em equilíbrio com os valores naturais e culturais salvaguardados através de parcerias público-privadas que preconizam um desenvolvimento sustentável;
- A continuidade da implementação das medidas de conservação da natureza e biodiversidade locais;
- A promoção da educação ambiental e de atividades de divulgação científica promovendo a sustentabilidade.

- O turismo tem sido uma aposta do Município que tem traduzido as orientações do **PEDTF – Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico do Concelho do Fundão**.

- Há ainda a referir a política social preconizada pelo **Plano de Desenvolvimento Social do Fundão** e o **Plano de Mobilidade e Acessibilidade**, o qual está a ser elaborado com o objetivo de tornar a cidade num espaço acessível a todos, cumprindo assim um imperativo ético e social, que se traduz no respeito pelos valores fundamentais da solidariedade, da liberdade e da equiparação de oportunidades, de acordo com o disposto no Decreto-Lei 163/2006 de 08 de agosto (na redação em vigor), que define o regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais. A área de intervenção deste plano abrange toda a zona urbana consolidada da sede de concelho.

Todas as opções preconizadas nestes instrumentos, traduzem a intenção de melhorar a qualidade de vida dos residentes deste concelho, procurando respeitar os valores ambientais e urbanísticos. É de salientar, que para além dos regulamentos municipais mencionados, existem também outros partilhados no site da Câmara Municipal do Fundão.



Por último, e com o intuito de dar uma resposta vocacionada e eficaz aos desafios da reabilitação urbana, foram elaborados dois **instrumentos estratégicos vocacionados para a reabilitação urbana no concelho do Fundão**:

- **Regulamento da Zona Antiga do Fundão** (Edital n.º 373/2016, DR. 2.ª Série - N.º81 - 27 de Abril de 2016)

Com a elaboração deste regulamento implementaram-se um conjunto de disposições legais de âmbito municipal que permitem definir uma estratégia precisa, clara e consensual de uma política de atuação local, quanto à intervenção no perímetro definido como Reabilitação Urbana da Zona Antiga do Fundão coincidente com a área submetida a candidatura no âmbito da política de cidades do Mais Centro – Parceiras para a Regeneração Urbana – conhecida como Polis XXI, articulada com o Plano Diretor Municipal (PDM) e/ou Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE).

Mais do que estabelecer regras, o presente Regulamento pretende definir, orientar e controlar a preservação e recuperação do património arquitetónico, urbanístico e paisagístico da Zona Antiga do Fundão. Uma vez que se trata de um tecido urbano consolidado, este Regulamento pretende, de uma forma generalizada, preservar e disciplinar alterações ao tecido existente e propor alternativas de reabilitação com vista à melhoria da qualidade da imagem urbana, nas suas diversas componentes.

- O **Regulamento Municipal das Aldeias do Xisto**, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 146/2013 de 7 de Fevereiro, na redação em vigor.

- O **Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo**, publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 145/2013 de 7 de Fevereiro, onde constam um conjunto de critérios para salvaguarda do património construído e para controlar as intervenções dentro dos perímetros definidos em regulamento à semelhança do Regulamento da Zona Antiga do Fundão com as devidas adaptações.

- **Operações de Reabilitação Urbana e respetivas Áreas de Reabilitação Urbana:**

- **Operação de Reabilitação Urbana Cidade do Fundão, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana**, em processo de revisão de limite, e **respetiva ORU**;

- **Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia Histórica de Castelo Novo, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana**, em processo de revisão de limite, e **respetiva ORU**;



- **Operação de Reabilitação Urbana da Aldeia do Xisto de Janeiro de Cima, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana**, em processo de revisão de limite, e **respetiva ORU**;
- ARU da **Aldeia do Alcaide, orientada pelo respetivo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana, enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana e respetiva ORU**.
- A presente **Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha enquadrada com a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana**, nos termos do RJRU e demais regimes jurídicos, para promoção das medidas necessárias para a reabilitação desta área urbana.

3.1.6. Financiamentos Europeus e Nacionais das Ações de Reabilitação Urbana

FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO		
	Portugal 2020	Portugal 2020 – Programa Comunitário
FINANCIAMENTO NACIONAIS – Programas comunitários de apoio		

	IHRU 2020	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP. (privado): - Reabilitar para Arrendar - 1º Direito - Chave na Mão
	IFRRU2020	Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana Programas com entidades Bancárias: - Santander IFRRU 2020 - BPI IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana - Millenium IFRRU 2020

4. Opções estratégicas de reabilitação da ARU, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município

4.1. Plano de Ação | Eixos de Intervenção

4.1.1. Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano

4.1.1.1. Introdução

À semelhança do Fundão, e partindo de uma estratégia prioritária por parte município de requalificação da Área de Reabilitação do Núcleo de Alpedrinha, que numa primeira fase foi alvo de um plano desenvolvido pela Faculdade de Arquitetura de Lisboa, fazem parte um conjunto de propostas de intervenção que visam a regeneração deste tecido urbano no sentido de o revitalizar e dinamizar, tendo em conta a melhoria da qualidade de vida dos residentes nesta zona bem como alargá-lo a todos os habitantes de Alpedrinha.

Eleger este núcleo como o coração da Vila de Alpedrinha com base nas características diversificadas e locais, foi um dos critérios que norteou um posicionamento político e só com esta vontade se poderá infletir as tendências de despovoamento e abandono destes sítios.

Para tal as propostas incidem na requalificação do espaço público, de imóveis públicos e edifícios particulares sendo que estes últimos integram a requalificação de espaços públicos em questão.



Paralelamente o conjunto habitacional tem uma proposta de intervenção caso a caso que permitirá uma recuperação coerente e harmoniosa.

O fio condutor de todas estas iniciativas passa por criar um percurso pedonal, em que a mobilidade foi pensada para todos.

4.1.2. Objetivos Específicos

- **REQUALIFICAR O ESPAÇO PÚBLICO**, no sentido da sua melhoria funcional e estética;
- Recuperar com novos e atrativos usos **EDIFÍCIOS PÚBLICOS NOTÁVEIS**;
- Revitalizar e dinamizar o **COMÉRCIO TRADICIONAL** contribuindo para o aumento da autoestima dos **RESIDENTES** e **Comerciantes**;
- Tornar a vila amigável para o peão.

4.1.3. Metas e Resultados

- Recuperação do parque habitacional/comercial;
- Reabilitação de imóveis públicos;
- Criação de bolsas de estacionamento;
- Implementação de um plano de mobilidade;
- Reordenamento do trânsito;
- Melhoria das redes de infraestruturas;
- Melhoria e substituição do mobiliário urbano;
- Melhoria e substituição da sinalética, toponímia e números de polícia;

4.1.4. Visitação e Animação

4.1.4.1. Introdução

A vertente de desenvolvimento cultural no âmbito do eixo visitação/animação desenvolve-se em torno das ações firmadas, assentes na qualificação de uma oferta cultural integrada com distribuição pelo tecido urbano da vila de Alpedrinha, que tem concedido particular importância à afirmação da criatividade enquanto elemento fundamental de desenvolvimento e de inovação.

Assim, reafirma-se a importância fundamental de um plano integrado de oferta cultural no âmbito de um projeto alargado de reabilitação urbana, atuando estruturalmente no aumento dos padrões de

qualidade de vida dos residentes e na qualificação da experiência urbana passível de ser vivenciada pelos seus visitantes.

4.1.5. Objetivos Específicos:

- Fomentar a articulação entre os elementos fundamentais de identidade rural do território e a área de intervenção;
- Desenvolvimento de um projeto integrado (que congrega e unifica diversos projetos) de intervenção urbana visando o desenvolvimento cultural;
- Recuperação e reabilitação de elementos de património cultural, devolvendo-se ao usufruto do(s) público(s);
- Criação e Dinamização dos equipamentos culturais;
- Qualificação dos serviços culturais promovidos pelo Município do Fundão, bem como dos agentes culturais com ação na zona de intervenção;
- Dinamização de um leque diversificado de atividades culturais, de forma integrada;
- Valorização da criatividade enquanto elemento fundamental de desenvolvimento e de vivência;
- Valorização do desenvolvimento cultural e criativo enquanto eixo potenciador do desenvolvimento económico.

4.1.6. Metas e Resultados

Pretende-se assim, com o plano de ação apresentado, obter as seguintes metas e resultados de efeito estruturante a nível do desenvolvimento cultural da zona de intervenção, e em última análise disseminar os seus efeitos para o resto do território, bem como para a envolvente regional:

- Tornar a área de intervenção em um referencial no domínio da criatividade;
- Criação de sinergias a partir da integração em redes de âmbito regional, nacional e internacional de promoção do conceito de núcleos urbanos criativos, empreendedorismo e inovação no sector cultural e de redes de promoção do património cultural;
- Desenvolvimento de um projeto integrado de desenvolvimento cultural, integrando outros projetos de eventos e produtos culturais;
- Recuperação e refuncionalização do património cultural concretizado nos equipamentos culturais;
- Dinamização dos Equipamentos;
- Qualificação dos serviços culturais associados a esses mesmos equipamentos culturais;
- Dinamização de atividades culturais definidas neste âmbito.



- Inculcar nos comerciantes um espírito empreendedor;

4.1.7. Revitalização do Tecido Económico

4.1.7.1. Introdução e Objetivos Específicos

O comércio é um sector essencial, na medida em que é o que está mais próximo do consumidor. Um comércio eficiente constitui um contributo moderno para a eficiência dos sectores que estão a montante. Maior e mais concorrência no comércio implica maior exigência e obra noutros sectores, em benefício dos consumidores.

O desafio passa pela dinamização dos próprios espaços públicos onde se localiza o comércio tradicional, por forma a este poder apresentar uma maior simbiose entre consumo e lazer.

As novas formas de comércio são inevitáveis e implicam que o comércio tradicional aprofunde os seus elementos de diferenciação e potencie as suas próprias vantagens competitivas.

Isto significa que o comércio tradicional não é mais sinónimo de comércio isolado. O comércio tradicional do futuro é aquele que saiba conjugar com vantagens próprias a flexibilidade com a capacidade de inovação permanente, as novas tecnologias com a dimensão reduzida da sua estrutura, a valorização do fator qualidade e a melhoria do serviço prestado.

Assim, pretende-se desenvolver uma forma de dar maior visibilidade ao comércio tradicional existente na zona de intervenção.

Esta estratégia assenta em duas ações chave: criação de um gabinete de apoio técnico que irá ser constituído por todos os estabelecimentos inseridos na área de intervenção, com apoio da ACICF que terá o papel de moderador e será o responsável pela organização, dinamização e divulgação.

O gabinete será também o elo de ligação entre comerciantes e consumidores.

4.1.8. Metas e Resultados

- Aumentar a capacidade de inovação dos comerciantes;
- Aumentar a qualidade dos serviços prestados;
- Aumentar o número de visitantes consumidores;
- Incubar ideias e negócios inovadores e criativos;
- Alargar a área de influência do Comércio tradicional de Alpedrinha;

- Implementação de novos estabelecimentos;
- Rejuvenescimento da população Comerciante;
- Consolidação da imagem de marca do Comercio Tradicional de Alpedrinha.

4.1.9. Implementação/Acompanhamento e Avaliação

4.1.9.1. Parceria Local – Caracterização do Modelo Organizativo

Destina-se este capítulo à apresentação do modelo de organização e gestão da parceria com o objetivo de facilitar a conceção, monitorização e avaliação, quer pela entidade promotora, entidades parceiras, comunidade local e entidades financiadoras, em articulação direta com a Agência Gardunha 21 com base nos princípios da Agenda 21 Local.

O modelo assentará essencialmente em **2 estruturas de base** a criar especificamente:

- **Comissão representativa de todos os parceiros (Conselho Local de Alpedrinha)**, constituindo a entidade de topo competente e responsável para tomar as decisões fundamentais de coordenação, acompanhamento e gestão com vista ao funcionamento adequado e eficaz da Parceria Local e à boa execução do Programa de Ação face às metas e objetivos estabelecidos;
- Num **Gabinete Técnico de apoio á Vila de Alpedrinha**, a partir da DOPQV (Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida), hierarquicamente dependente do presidente da referida comissão, tendo por missão apoiar-la tecnicamente, dotada de competências que lhe permita assegurar as seguintes funções inerentes ao programa de ação: gestão administrativa e financeira, incluindo a elaboração de relatórios de acompanhamento e execução; monitorização, avaliação e controle; apoio técnico aos beneficiários na preparação dos dossiers de candidatura e pedidos de pagamento; apoio técnico à requalificação dos edifícios particulares e acompanhamento sócio habitacional, entre outras ações decorrentes da execução do programa.

A Estrutura de Apoio Técnico será assegurada pelos serviços do Município, através de competências já nele instaladas, assumindo neste particular, os serviços já instalados/estruturados na Divisão de Ordenamento Planeamento e Qualidade de Vida, quer no que respeita à contínua sustentabilidade das ações entretanto projetadas quer na ótica dos serviços de proximidade; sendo de salientar, entre outros: Gabinete de Ação Social; Gabinete da Zona Antiga; Gabinete de Apoio ao Investimento (responsabilidade da ACIF); Gabinete SIG; Gabinete de apoio ao imigrante, ou através da contratação externa de prestação de serviços, podendo-se constituir grupos de trabalho com base na consultoria em matérias especializadas e das capacitações das entidades parceiras.



4.1.9.2. Conselho Local de Alpedrinha

Conforme referido acima o Conselho Local de Alpedrinha constituiria o órgão principal de gestão para a organização da parceria local e para a implementação e execução do programa no âmbito da operação de reabilitação urbana.

A presidência do Conselho Local de Alpedrinha será assegurada por um representante da Câmara, a quem serão delegadas as competências e responsabilidades inerentes ao cargo.

O Conselho Local de Alpedrinha integrará ainda como membros um representante de cada parceiro local público ou privado que formalmente participa na Parceria Local, nos termos do protocolo assinado.

O representante de cada parceiro local será indicado pela respetiva entidade, tendo que ter poder de decisão e deliberação.

Pode ser atribuída uma função específica a um parceiro local, na organização e/ou na dinamização da Parceria Local e do Programa, através de proposta do Presidente ou de outro membro do Conselho Local de Alpedrinha e com decisão por consenso no âmbito da Comissão.

Neste âmbito será ainda criada uma comissão de acompanhamento onde estarão representados diferentes organismos da Administração Central e outras entidades e pessoas individuais (p. ex., investigadores, líderes de opinião, comerciantes, mercados municipais, etc.).

4.1.10. Plano de comunicação e informação

No terceiro milénio a competição pela riqueza será feita a uma escala global, principalmente resultante do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informação.

Para esta vila, a implementação de uma política de marketing territorial integrada e sistemática com o objetivo de aumentar a competitividade e atrair as fontes de riqueza, é uma decisão estratégica muito importante, que permite, com a melhoria da qualidade de vida das populações através da execução dos projetos previstos, trabalhar a vila do ponto de vista de uma marca abrangendo todos os sectores de atividade.

Numa política de marketing territorial existem diferentes segmentos de mercado-alvo: residentes, turistas e investidores.

Quanto aos primeiros, contribui para aumentar o espírito de pertença e autoestima dos residentes, com a criação/recuperação de novas infraestruturas, novos serviços, novas acessibilidades clarificando



a identidade e posicionamento percebido pelos não residentes, numa ótica de desenvolvimento sustentável.

O fator-chave do sucesso no aspeto turístico é a congruência entre o autoconceito do turista, a imagem do destino (autocongruência) e as experiências inovadoras.

A criação de um relacionamento entre a marca da vila e o mercado-alvo é a meta a atingir como fonte do capital da marca de vila.

No que respeita aos investidores é essencial que a vila ofereça condições de competitividade (baixos custos, infraestruturas e competências e recursos humanos qualificados) e benefícios como a transferência da imagem da vila aos produtos aí desenvolvidos/produzidos.

4.1.10.1. Objetivos Específicos

- Apostar na PROMOÇÃO URBANA E TERRITORIAL como uma faceta fundamental em processos de revitalização de forma a atrair esforços de todo o tipo – económicos, institucionais, sociais, cívicos.
- Avançar com o marketing do programa de regeneração e dos seus pressupostos.
- Antes do início do programa é fundamental que os residentes se apropriem das melhorias na qualidade de vida com a sua execução.
- Com a implementação do programa a comunicação da sua evolução deverá ser feita em tempo real, com ações / suportes que envolvam a comunidade.
- Toda e qualquer informação deverá ser atempada, real, detalhada e de fácil entendimento, abrangendo todos os canais de comunicação possíveis, considerando que, por natureza, todo o ser humano é avesso à mudança e que no dia-a-dia de cada habitante a execução de cada um dos projetos irá previsivelmente causar alguns transtornos.
- Além disso, considerando a facilidade e interatividade das ferramentas de comunicação escolhidas, ou previstas, será imediato o acesso à informação e permitirá a discussão / esclarecimento.
- Após este trabalho de esclarecimento, divulgação e perceção do impacto positivo de um programa desta envergadura, é fundamental que se consiga que todo e qualquer equipamento, novos serviços/funcionalidades e novas acessibilidades seja apropriado / usufruído por residentes e não residentes. No fundo que se consiga criar uma grande empatia por toda a comunidade.

4.1.10.2. Metas a Atingir

- Criar notoriedade na Operação de Reabilitação Urbana de Alpedrinha;
- Criar espírito de pertença e autoestima junto dos residentes;



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

- Clarificar a identidade e posicionamento percebido pelos não residentes;
- Informar os residentes, em tempo útil, de todos os detalhes do programa;
- Minimizar os eventuais impactos negativos na vida diária dos residentes, com a implementação do programa.
- Comunicar todos os progressos da operação de regeneração urbana fomentando a criação de consensos em torno da sua evolução futura e fazendo a coletividade participar neles.

Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

4.2. ORU

QUADRO RESUMO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA GLOBAL

	EIXOS DE INTERVENÇÃO	AÇÕES	ORÇAMENTO
Intervenções Efetuadas	1. Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano	Espaço Público	Requalificação do Terreiro de Santo António Plano da REFER no âmbito da modernização da linha da Beira Baixa Requalificação e melhoramento da rede de águas e saneamento Instalação de Fibra Óptica Coloração da Estátua do Cardeal de Alpedrinha Adaptação de imóvel habitacional a Casa da Música
		Edifícios	Instalação do Posto de Turismo e Balcão do Cidadão num Quosque no Largo Dr. Manuel Proença Recuperação do Edifício do Teatro Clube de Alpedrinha Edifício Paços do Concelho Recuperação do Edifício do Palácio do Picadeiro Recuperação da Igreja Matriz
		Elementos Patrimoniais	Recuperação da Capela de Santo António Recuperação da Igreja da Misericórdia Recuperação e Conservação do Chafariz D. João V Recuperação e Conservação dos Chafarizes/Fontes e Fontanários
		Mobilidade	Faixa de mobilidade - Palácio do Picadeiro Pavimentação espaço Público
Intervenções a Efetuar	2. Visitação e Animação		Rota Pedestre de Alpedrinha (PR10) Caminhos da Transumância Rota BTT da Gardunha Ciclo da água - Rede de fontes de Alpedrinha
		4. Acompanhamento e Avaliação	Centro do visitante (Palácio do Picadeiro)
		Subtotal	8.000.000,00 €
Intervenções a Efetuar	1. Qualificação do Espaço Público e Ambiente Urbano	Espaço Público	Requalificação do Largo do Pelourinho Requalificação do Largo D. João V Requalificação do Jardim junto ao Largo de São António Requalificação do Largo junto à Rua de Santo António (Bomba de gasolina) Requalificação do Largo do Barreiro Requalificação do Largo do Rossio Requalificação do Largo José de Sousa Requalificação Padre José Carvalho Santiago Requalificação do envolvente à Junta de Freguesia Requalificação dos Arruamentos, Becos e Travessas Requalificação do Polidesportivo
		Infraestruturas	Requalificação e melhoramento da rede elétrica e da iluminação da Vila de Alpedrinha no âmbito da eficiência energética
		Edifícios	Adaptação do antigo posto da GNR a Casa dos Embutidos Recuperação de casas de interesse histórico e arquitetónico para criação de uma rede de alojamento turístico e segundas residências (FRA) Recuperação de Edifício da Antiga Estalagem de São Jorge
		Elementos Patrimoniais	Recuperação da Capela do Leão (a integrar na rede de visitação das capelas) (FRA) Renovação de conteúdos do Palácio do Picadeiro
Intervenções a Efetuar	2. Visitação e Animação	Sinalética	Toponímia Direcional e Turístico-Cultural
		Subtotal	1.446.843,64 €
Intervenções a Efetuar	3. Revitalização do Tecido Económico		Casa dos Embutidos - Elaboração de Conteúdos Espaço Interpretativo dos Chocalhos - Elaboração de Conteúdos Centro Interpretativo da Transumância - Renovação de Conteúdos (Palácio do Picadeiro) Elaboração de Exposição dos Paramentos do núcleo de Alpedrinha Oficinas Criativas Escola de Cenografia - Elaboração de conteúdos Desdobrável das Boas Práticas de Intervenção Implementação da Rede de Capelas Roteiro Turístico de Alpedrinha Chocalhos - Festival dos Caminhos da Transumância
			35.000,00 € 50.000,00 € 35.000,00 € 50.000,00 € 50.000,00 € 50.000,00 € 700,00 € 20.000,00 € 20.000,00 € 106.584,74 €
		Subtotal	417.284,74 €
Intervenções a Efetuar	4. Acompanhamento e Avaliação		Festa de Atividades Económicas e Produtos Locais Mercado Semanal
			25.000,00 € 25.000,00 €
		Subtotal	50.000,00 €
Intervenções a Efetuar	4. Acompanhamento e Avaliação		Agenda Gardunha 21 Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida Balcão Único de atendimento ao Município Oficina Móvel Regulamento da Vila de Alpedrinha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo Plano de Comunicação e Marketing
			15.000,00 € 51.847,00 €
		Subtotal	66.847,00 €
		Total	2.398.260,12 €

(FRA) - Fundo Regeneração de Alpedrinha

Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

EIXOS DE INTERVENÇÃO	ACOES	Executadas	A Executar
1. Qualificação do Ambiente Urbano	Requalificação do Terreiro de Santo António	x	
	Requalificação do Largo do Pelourinho		x
	Requalificação do Largo D. João V		x
	Requalificação do Jardim junto ao Largo de Santo António		x
	Requalificação do Largo junto à Rua de Santo António (Bomba de Gasolina)		x
	Requalificação do envolvente à Junta de Freguesia		x
	Requalificação dos arruamentos	x	x
	Criação de uma alternativa à EN 18 dentro do perímetro urbano		x
	Colocação da Estátua do Cardeal de Alpedrinha	x	
	Plano da REFER no âmbito da modernização da linha da Beira Baixa	x	
	Instalação da fibra óptica em Alpedrinha	x	
	Requalificação e melhoramento das Infraestruturas - águas pluviais e saneamento	x	
	Reformulação da iluminação da Vila de Alpedrinha no âmbito da eficiência energética		x
	Adaptação do antigo posto da GNR a Casa dos Embutidos		x
	Adaptação de imóvel habitacional a Casa da Música		x
	Recuperação do Edifício do Teatro Clube de Alpedrinha	x	
	Adaptação de imóvel habitacional a Escola de Cenografia		x
	Recuperação de casas de interesse histórico e arquitetónico para criação de uma rede de alojamento turístico e segundas residências		x
	Adaptação do Edifício da Junta de Freguesia de Alpedrinha a novas funções		
	Ampliação do Edifício da Antiga Estalagem de São Jorge		x
	Mobiliário Urbano		x
	Implementação de Ilhas Ecológicas		x
	Recuperação do Edifício do Palácio do Picadeiro	x	
	Recuperação da Igreja Matriz de Alpedrinha		x
2. Visitação e animação	Regeneração das Termas da Touca		x
	Recuperação da Capela do Leão (a integrar na rede de visitação das capelas)		x
	Plano de Mobilidade e Acessibilidade (criação de alternativas de mobilidade em zonas antigas)		x
	Integração da Faixa de Mobilidade		x
	Toponímia		x
	Via romana - Criação de um passadizo metálico	x	
	Sinalética Direcional e Turístico-Cultural		x
	Aquisição de Equipamento para o Campo de Futebol		x
	Casa dos Embutidos - Elaboração de Conteúdos		x
	Espaço Interpretativo dos Chocalhos - Elaboração de Conteúdos		x
	Elaboração de Exposição dos presépios		x
	Elaboração de Exposição dos Paramentos do núcleo de Alpedrinha		x
3. Cidadania e Desenvolvimento Social	Palácio do Picadeiro - Renovação de Conteúdos		x
	Oficinas Criativas		x
	Escola de Cenografia - Elaboração de conteúdos		x
	Roteiro Turístico de Alpedrinha		x
	Rota Pedestre de Alpedrinha (PR10)		x
	Caminhos da Transumância	x	
	Rota BTT da Gardunha	x	
	Ciclo da água - Rede de fontes de Alpedrinha		x
	Desdobrável das Boas Práticas de Intervenção		x
	Chocalhos - Festival dos Caminhos da Transumância	x	
	Inclusão Social / Igualdade de Oportunidades e Cidadania		x
	Economia Social e Solidária		x
4. Revitalização do Tecido Económico	Ninho do Empreendedorismo		x
	Posto de Turismo e Balcão do Cidadão		x
	(Palácio do Picadeiro)	x	
	Gabinete Técnico de Apoio à Freguesia de Alpedrinha		x
	Oficina Móvel	x	
	Formação Profissional		x
	Gabinete de Apoio Técnico		x
5. Acompanhamento e Avaliação	Feira de Atividades Económicas e Produtos Locais		x
	Mercado Semanal	x	
	Agenda Gardunha 21		
	Balcão Único de atendimento ao Município		
	Oficina Móvel		
	Regulament da Vila de Alpedrinha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo		
	Conteúdo Internet para Acompanhamento da Evolução do Projeto		
	Quiosque Multimédia para Divulgação das Áreas de Intervenção do Município		
	Portal (on-line) do Cidadão		
	Avaliação e Monitorização		
	Centro do visitante		
	Plano de Comunicação e Marketing		

Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

QUADRO SÍNTESE DO PROGRAMA DA OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA

EIXOS DE INTERVENÇÃO	AÇÕES	Objeto				
		Edifícios	Infraestruturas Urbanas	Equipamentos	Espaços Urbanos e Vias de Utilização Coletiva	Atividades Económicas
1. Qualificação do Ambiente Urbano	Espaço Público	Requalificação do Terreiro de Santo António	x		x	
		Requalificação do Largo do Pelourinho	x		x	
		Requalificação do Largo D. João V	x		x	
		Requalificação do Jardim junto ao Largo de Santo António	x		x	
		Requalificação do Largo "Bomba de Gasolina"	x		x	
		Requalificação do Largo das Placas (envolvente à Junta de Freguesia)	x		x	
		Requalificação dos arruamentos	x		x	
		Projeto EN 18	x		x	
		Integração da Estátua do Cardeal de Alpedrinha	x		x	
		Plano da REFER	x		x	
		Instalação da fibra ótica em Alpedrinha	x			
		Requalificação e melhoramento das Infraestruturas	x			
		Reformulação da Iluminação da Vila de Alpedrinha (estética e eficiência energética)	x			
	Edificado	Casa dos Embutidos	x	x		
		Casa da Música	x	x		
		Recuperação do Teatro Clube de Alpedrinha	x	x		
		Escola de Cenografia	x	x		
		Rede de recuperação das casas de Alpedrinha para alojamento turístico e segundas residências	x	x		x
	Mobiliário Urbano	Ampliação da Antiga Estalagem de São Jorge	x	x		
		Ilhas Ecológicas		x		
	Elementos Patrimoniais	Papeleiras e Bancos		x		
		Palácio do Picadeiro	x	x		
		Recuperação da Igreja Matriz de Alpedrinha	x	x		
		Termas da Touca	x	x		
	Mobilidade	Recuperação da Capela do Leão (recuperação da rede de capelas)	x	x		
		Plano de Mobilidade e Acessibilidade	x	x	x	
		Toponímia		x		
		Via romana/ Faixa de Mobilidade		x	x	
		Sinalética Direcional e Turístico-Cultural		x		
2. Visitação e animação		Equipamento para Campo de Futebol	x	x		
		Casa dos Embutidos (Conteúdos)		x		
		Espaço Interpretativo dos Chocalhos (conteúdos)		x		
		Exposição dos presépios		x		
		Paramentos do núcleo de Alpedrinha		x		
		Palácio do Picadeiro(Renovação de Conteúdos)		x		
		Oficinas Criativas		x		
		Escola de Cenografia (conteúdos)		x		
	Percurso Temáticos	Rota Turística de Alpedrinha		x		
		Rota Pedestre de Alpedrinha (PR10)		x		
		Caminhos da Transumância		x		
		Rota BTT		x		
		Ciclo da água		x		
		Desdobrável das Boas Práticas de Intervenção				
		Chocalhos - Festival dos Caminhos da Transumância				
		Campanhas de Animação do Comércio				
3. Cidadania e Desenvolvimento Social	Inclusão Social / Igualdade de Oportunidades e Cidadania					
	Economia Social e Solidária					
	Ninho do Empreendedorismo					
	Posto de Turismo e Balcão do Cidadão					
	(Palácio do Picadeiro)					
	Gabinete Técnico de Apoio à Freguesia de Alpedrinha					
	Oficina Móvel					
4. Revitalização do Tecido Económico	Formação Profissional					
	Gabinete de Apoio Técnico					
5. Acompanhamento e Avaliação	Feira de Atividades Económicas e Produtos Locais					
	Mercado Semanal					
	Agenda Gardunha 21					
	Balcão Único de atendimento ao Município					
	Oficina Móvel					
	Regulamentação da Vila de Alpedrinha e da Aldeia Histórica de Castelo Novo					
	Conteúdo Internet para Acompanhamento da Evolução do Projeto					
	Quiosque Multimédia para Divulgação das Áreas de Intervenção do Município					
	Portal (on-line) do Cidadão					
	Sistema de Vídeo Vigilância Municipal Integrado					
	Centro do visitante					
	Ciclovía Itinerante					
	Plano de Marketing					



4.3. Área de Reabilitação Urbana

A área de reabilitação urbana delimitada tem uma **extensão de 18,18 hectares** e incide sobre a zona consolidada da Vila de Alpedrinha que em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios justifica a criação desta operação como incentivo à intervenção integrada sobre o tecido urbano existente. Decidiu-se alargar a delimitação da ARU, para abranger a Zona Especial de Proteção / Área de Sensibilidade Arqueológica que a classificação da Zona Histórica de Alpedrinha como CIP (Conjunto de Interesse Público), em vias de classificação, irá estabelecer. O município garantirá então, e dentro do limite estabelecido pela ARU e pela ZEP/ASA, acompanhamento arqueológico às intervenções de reabilitação.

A análise do conjunto edificado da Vila de Alpedrinha define este aglomerado pela sua antiguidade, qualidade e originalidade, reflete a evolução e mutação que ao longo dos tempos deram origem a uma paisagem urbana de identidade e carácter que o Município tem como princípio preservar, revitalizar, requalificar e reabilitar.

Junto se anexa planta com delimitação da ARU e com identificação de todos os prédios abrangidos **(ANEXO I)**. A área de reabilitação urbana integra, e segue quase na totalidade, o limite definido no regulamento municipal para a Vila de Alpedrinha, e mais um aglomerado de imóveis identificados para complementar este conjunto dentro do contexto da reabilitação urbana de forma a uniformizar os procedimentos administrativos que decorram da aprovação do presente Programa Estratégico.

4.4. Prazo de execução da operação de reabilitação urbana

A operação de reabilitação urbana vigora, por um prazo de **15 anos** a contar da data da aprovação.

4.5. Prioridades e objetivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana

Face à degradação e descaracterização crescente dos imóveis que integram a área definida como Área de Reabilitação Urbana, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, a Câmara Municipal do Fundão definiu como prioritária a criação de uma operação de reabilitação. Esta tem como objetivo primordial apoiar, beneficiar e incentivar as ações de intervenção nos imóveis, executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos, através da definição de:

- Um conjunto de critérios para a reabilitação urbana com o intuito de promover a qualidade das intervenções no edificado;
- Soluções estratégicas de apoios e incentivos.



Assim, tendo em consideração o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, alterado pela Lei n.º 32/2012, na redação em vigor, as prioridades e objetivos estabelecidos pela Câmara Municipal do Fundão para Vila de Alpedrinha, devem contribuir de uma forma articulada para:

- Assegurar a reabilitação dos edifícios que se encontram degradados ou funcionalmente inadequados;
- Reabilitar tecidos urbanos degradados ou em degradação;
- Melhorar as condições de habitabilidade e de funcionalidade do parque imobiliário urbano;
- Garantir a proteção e promover a valorização do património cultural;
- Afirmar valores patrimoniais, materiais e simbólicos como fatores de identidade, diferenciação e competitividade urbana;
- Assegurar a integração funcional e a diversidade económica e sociocultural nos tecidos urbanos existentes;
- Desenvolver novas soluções de acesso a uma habitação condigna;
- Promover a criação e a melhoria de acessibilidades para cidadãos com mobilidade condicionada;
- Fomentar a adoção de critérios de eficiência energética em edifícios privados.

4.6. Modelo de gestão da ARU e de execução da respetiva operação de reabilitação urbana

Nos termos do artigo 8º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, republicado no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, na redação em vigor, o município pretende optar pela realização de uma **Operação de Reabilitação Urbana Sistemática**, que consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana dentro do perímetro definido, principalmente direcionada para a reabilitação do edificado. Este dever impende sobre os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos e é densificado em função dos objetivos definidos na presente estratégia de reabilitação urbana.

O município assume-se como entidade gestora, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Artigo 10.º do mesmo diploma, com a responsabilidade de coordenar e gerir esta operação de reabilitação urbana.

4.7. Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana

4.7.1. Quadro de apoios e incentivos

Os incentivos previstos para a ORU visam sobretudo atuar em três vertentes: fiscal, financeira e regulamentar.

4.7.2. Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana no âmbito da ARU

4.7.2.1. Procedimento/metodologia e Critérios de Reabilitação Urbana

- A submissão da candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU é feita no Balcão Único com o preenchimento de um impresso específico no qual é mencionado o registo de entrada do processo para efeitos de controlo das operações urbanísticas. (**Anexo II e III**)

-Se os critérios de Reabilitação Urbana, constantes no Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo dentro do perímetro deste Regulamento e no Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação – RMUE do concelho do Fundão, no perímetro da ARU, forem cumpridos na execução da obra, a entidade gestora remete para o serviço local das finanças uma declaração de como o imóvel integra o perímetro definido como ARU, para respetiva atribuição dos benefícios fiscais.

4.7.2.2. Incentivos de natureza fiscal

Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de IMI por um período de 5 anos, a contar do ano, inclusive da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período adicional de 5 anos. Os incentivos apenas são aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de dezembro de 2020.

Esta isenção está dependente de deliberação da Assembleia Municipal.

- **IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas Isentos de IRC:**

Ficam isentos de IRC os rendimentos de qualquer natureza obtidos por fundos de investimento imobiliário que operem de acordo com a legislação nacional, desde que se constituam entre 1 de janeiro de 2008 e 31 de dezembro de 2013 e pelo menos 75% dos seus ativos sejam bens imóveis sujeitos a ações de reabilitação realizadas nas áreas de reabilitação urbana.



- **IRS - Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares**

1. Dedutíveis à coleta, em sede de IRS, até ao limite de 500,00 €, 30% dos encargos suportados pelo proprietário relacionados com a reabilitação de:

- Imóveis recuperados nos termos da respetiva estratégia de reabilitação; ou

- Imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do Novo Regime de Arrendamento Urbano, que sejam objeto de ações de reabilitação;

Os encargos devem ser devidamente comprovados e dependem de certificação prévia por parte do órgão de gestão da área de reabilitação ou da comissão arbitral municipal, consoante os casos.

2. Mais-valias auferidas por sujeitos passivos de IRS residentes em território português tributadas à taxa autónoma de 5%:

- Quando decorram da alienação de imóveis recuperados nos termos da respetiva estratégia de reabilitação.

3. Rendimentos prediais auferidos por sujeitos passivos de IRS residentes em território português tributadas à taxa de 5%, quando sejam decorrentes do arrendamento de:

- Imóveis recuperados nos termos da respetiva estratégia de reabilitação;

- Imóveis arrendados passíveis de atualização faseada das rendas nos termos dos artigos 27.º e seguintes do NRAU, que sejam objeto de ações de reabilitação.

4. Dedução de 50% dos rendimentos relativos a dividendos:

Os titulares de rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento, quando englobem os rendimentos que lhes sejam distribuídos, têm direito a deduzir 50 % dos rendimentos relativos a dividendos, nos termos e condições previstos no artigo 40.º-A do Código do IRS.

- **IRC + IRS**

1. Retenção na fonte de IRS ou de IRC, à taxa de 10%:

Rendimentos respeitantes a unidades de participação nos fundos de investimento imobiliário, pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, exceto quando os titulares dos rendimentos sejam entidades isentas quanto aos rendimentos de capitais ou entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, excluindo:



a) As entidades que sejam residentes em país, território ou região sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável;

b) As entidades não residentes detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25 % por entidades residentes.

2. Tributação à taxa de 10% do saldo positivo entre as mais-valias e as menos-valias que resultam da alienação de unidades de participação nos fundos de investimento imobiliário desde que:

- Os titulares sejam entidades não residentes a que não seja aplicável a isenção prevista no artigo 27.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, ou;

- Sujeitos passivos de IRS residentes em território português que obtenham os rendimentos fora do âmbito de uma atividade comercial, industrial ou agrícola e não optem pelo respetivo englobamento.

3. Dispensa de retenção na fonte:

- Só se verifica quando os beneficiários dos rendimentos fizerem prova, perante a entidade pagadora, da isenção de que aproveitam ou da qualidade de não residente em território não português, até à data em que deve ser realizada a retenção na fonte;

- Em caso de omissão de prova, o substituto tributário ficará obrigado a entregar a totalidade do imposto que deveria ser deduzido nos termos da lei, aplicando-se as normas gerais previstas nos códigos atinentes à responsabilidade pelo eventual imposto em falta.

• **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis:**

1. Majoração de IMI sobre imóveis degradados, devolutos e em ruína

Fundamento de Legal	Normativo CIMI	Majoração/Minoração
Prédios urbanos degradados (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 8	Majoração de 30%
Prédios urbanos degradados entretanto recuperados (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 6	Minoração de 30%
Prédios urbanos/Frações devolutas há mais de um ano (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 3	Majoração ao triplo
Prédios urbanos em ruína (todas as freguesias do concelho)	Artigo 112º, n.º 3	Majoração ao triplo



As taxas do IMI aprovadas foram as seguintes:

0,8% - prédios urbanos não avaliados no âmbito do CIMI;

0,38% - prédios urbanos avaliados no âmbito do CIMI.

(Teor das deliberações tomadas pela Câmara Municipal em reunião de 13/12/2019 e Assembleia Municipal sessão de 19/12/2019).

2. Isenção de IMI sobre imóveis classificados

- Estão isentos de IMI os prédios classificados por Monumentos Nacionais e os prédios individualmente classificados como de interesse público ou de interesse municipal, nos termos da legislação aplicável.

• **IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis**

Isentas do IMT:

1. As aquisições de prédios classificados como de Interesse Nacional, de Interesse Público ou de Interesse Municipal.
2. Aquisições de prédio urbano ou de fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado.
3. Prédios urbanos arrendados passíveis de atualização faseada das rendas.

Nota: A isenção está dependente da deliberação da assembleia municipal, que define o seu âmbito e alcance (n.º 2 do artigo 12.º da Lei das Finanças Locais).

• **IVA – Imposto de Valor Acrescentado**

IVA a taxa reduzida:

- Aplica-se a taxa de 6% de IVA às empreitadas de reabilitação urbana.

4.7.2.3. Incentivos de natureza financeira

- **Comparticipações**

Comparticipação ao arrendamento destinado a jovens através do programa “Porta 65”, ou outros equivalentes.

Empréstimo em condições favoráveis a operações que promovam a melhoria do desempenho ambiental dos edifícios de habitação particular através do programa “Casa Eficiente 2020”.

- **Protocolos com entidades bancárias**

- Santander – IFRRU 2020;
- BPI – IFRRU 2020 – Reabilitação Urbana;
- Millenium IFRRU 2020.

- **Programas Comunitários de apoio**

Portugal 2020;

Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU 2020 (<https://ifrru.ihru.pt/>).

- **Outros:**

Outros incentivos de financiamento de âmbito nacional, existentes ou a criar.

4.7.2.4. Incentivos de natureza legal e procedimental

Possibilidade de imposição da obrigação de reabilitar e obras coercivas.

4.7.3. Quadro de apoios e incentivos às ações de reabilitação urbana criados pelo município

4.7.3.1. Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA)

Será inscrita no orçamento da Câmara uma verba anual no valor de 50.000,00€ (cinquenta mil euros) para apoio às obras de Reabilitação Urbana de intervenção ao nível das coberturas e fachadas incluindo caixilharias, garantindo a recuperação total do imóvel.

Procedimento/metodologia

- A submissão da candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU é feita no Balcão Único com o preenchimento de um impresso específico no qual é mencionado o registo de entrada do processo para efeitos de controlo das operações urbanísticas. (**Anexo IV**)



- Os serviços técnicos da Câmara Municipal do Fundão, com competências delegadas para o efeito, Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida, ajudam à instrução do processo e fazem o acompanhamento.

- Os elementos instrutórios do processo de candidatura são os seguintes:

Para instrução da candidatura, os proprietários de edifícios em regime de arrendamento terão de entregar os seguintes documentos obrigatórios:

- a. Fotocópia autorizada do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte / Cartão do Cidadão do proprietário;
- b. Fotocópia dos últimos recibos de renda;
- c. Cópia da declaração do IRS/IRC ou documento equiparado, referente ao ano anterior;
- d. Caderneta predial urbana e certidão de teor do registo predial;
- e. Declaração de compromisso de início de obras a realizar no prazo máximo de 90 dias e de compromisso de cumprimento de prazo de execução (um ano) (**Anexo V**);
- f. Obras de conservação/reparação: Discriminação dos trabalhos a efetuar, sua duração e respetivos orçamentos discriminados e descrição dos trabalhos a efetuar, sob a forma de mapa de trabalhos;
- g. Obras sujeitas a licenciamento nos termos do D.L. 555/99: Será necessária a entrega do comprovativo do licenciamento ou de que o mesmo se encontra em curso.

Para instrução da candidatura os proprietários de edifícios unifamiliares ou em regime de propriedade horizontal terão de entregar os seguintes documentos obrigatórios:

- a. Fotocópia autorizada do Bilhete de Identidade e Cartão de Contribuinte / Cartão do Cidadão do proprietário;
- b. Cópia da declaração do IRS/IRC ou documento equiparado, referente ao ano anterior;
- c. Caderneta predial urbana e certidão de teor do registo predial;
- d. Declaração de compromisso de início de obras a realizar no prazo máximo de 90 dias e de compromisso de cumprimento de prazo de execução (**Anexo V**);
- e. Obras de conservação/reparação: Discriminação dos trabalhos a efetuar, sua duração e respetivos orçamentos discriminados e descrição dos trabalhos a efetuar, sob a forma de mapa de trabalhos;
- f. Fotocópia autenticada do Título Constitutivo da Propriedade Horizontal, se for o caso;
- g. Certidão da Ata de deliberação da Assembleia de Condóminos que tenha determinado a realização de obras a realizar, se for o caso;
- h. Obras sujeitas a licenciamento nos termos do D.L. 555/99: Será necessária a entrega do comprovativo do licenciamento ou de que o mesmo se encontra em curso.

- Este acompanhamento prevê, também, o preenchimento de uma ficha técnica antes da intervenção e verificação no final da intervenção. (**Anexo VI e Anexo VII**)

- Aquando a candidatura será elaborada uma ficha para identificação do valor arquitetónico do imóvel, de acordo com um conjunto de critérios, de modo a ser enquadrado no Regulamento da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo. (**Anexo VII**)

- Será elaborada uma ficha de cálculo para ordenação das candidaturas ao Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA). (**Anexo IX e Anexo X**)

Definição de critérios para atribuição da percentagem de ponderação:

TABELA 1

Critérios	Percentagem de Ponderação%
1. Rendimento Agregado Familiar	30%
2. Valor da Intervenção	25%
3. Área da Fachada confinante com a via pública	20%
4. Valor Arquitetónico do Imóvel	15%
5. Área da Construção	10%

Nota: Critério de desempate – Rendimento mais baixo

1. Rendimento do agregado familiar/condomínio, mediante apresentação da declaração anual do IRS/ou equiparado, tratando-se de não residente em território português.

Rendimento Agregado Familiar/condomínio	Pontuação
<15 000€	20
15 000€ - 30 000€	15
30 000€ - 45 000€	10
>45 000€	5

Sendo a candidatura apresentada por um condomínio, a pontuação resulta da média ponderada da permutagem das frações que o compõem.

Não sendo entregue a declaração anual de rendimentos (ou documento equiparado, tratando-se de não residente em território português) **a candidatura será excluída.**

2. Rendimento da pessoa coletiva, mediante apresentação da declaração anual do IRC ou equiparado, tratando-se de não residente em território português.



**Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha**

Rendimento da pessoa coletiva	Pontuação
< 45 000€	20
45 000 – 70 000€	15
70 000 – 90 000€	10
>90 000€	5

Sendo a candidatura apresentada por um condomínio, a pontuação resulta da média ponderada da permilagem das frações que o compõem.

Não sendo entregue a declaração anual de rendimentos (ou documento equiparado, tratando-se de não residente em território português) **a candidatura será excluída.**

SE O MESMO IMÓVEL FOR PROPRIEDADE DE PESSOAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS APLICA-SE A TABELA EM FUNÇÃO DO MAIOR NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS.

3. Valor da Intervenção

Valor da Intervenção	Pontuação
>45 000€	20
30 000€ - 45 000€	15
10 000€ - 30 000€	10
<10 000€	5

4. Área da Fachada confinante com a via pública

Área da Fachada confinante com a via pública	Pontuação
> 80 m ²	20
40 m ² a 80m ²	15
20 m ² a 40 m ²	10
<20 m ²	5

5. Valor arquitetónico do imóvel

Valor Arquitetónico do Imóvel	Pontuação
Imóvel de Qualidade ¹	20%
Imóvel de Acompanhamento ²	15%
Imóvel Dissonante ³	10%
Imóvel sem Interesse ⁴	5%

Imóvel de Qualidade¹- Imóvel de manifesta qualidade arquitetónica, não só pelas características dos materiais construtivos e materiais empregues, como também pela sua integração no conjunto edificado envolvente.

Imóvel de Acompanhamento²- Imóvel de conceção pouco erudita, mas que devido ao emprego de técnicas e materiais tradicionais de construção e pela forma como integra no conjunto edificado envolvente, contribui de forma significativa para a harmonia da imagem do núcleo urbano de Alpedrinha.

Imóvel Dissonante³- Imóvel que devido a sucessivas alterações morfo-tipológicas e construtivas, perdeu a sua coerência arquitetónica, não se integrando no conjunto edificado envolvente.

Imóvel sem Interesse⁴- Imóvel sem qualidade arquitetónica, má integração urbana e falta de capacidade de adaptação a qualquer função útil, podendo inclusive ser demolido.

6. Área de construção

Área da Construção	Pontuação
>160 m ²	20
120 m ² a 160 m ²	15
60 m ² a 120 m ²	10
<60 m ²	5

TABELA 2

Critérios	Percentagem de Ponderação
1. Casas para arrendar	50%
2. Rendimento Agregado Familiar / condomínio/ pessoa coletiva	15%
3. Valor da Intervenção	10%
4. Área da Fachada confinante com a via pública (Impacto)	10%
5. Valor Arquitetónico do Imóvel	10%
6. Área da Construção	5%

Nota: esta tabela apenas é aplicável quando o prédio urbano se destinar a arrendamento

1. Casa para arrendar, devidamente comprovado, mediante declaração, sob compromisso de honra, a apresentar pelo proprietário, com uma validade de 2 anos.

Casa para arrendar	Pontuação
Tipo T4 ou superior	20%
Tipo T3	15%
Tipo T2	10%
Tipo T1 ou inferior	5%

2. Rendimento do agregado familiar/condomínio, mediante apresentação da declaração anual do IRS ou equiparado, tratando-se de não residente em território português.

Rendimento Agregado Familiar/condomínio	Pontuação
<15 000€	20%
15 000€ - 30 000€	15%
30 000€ - 45 000€	10%
>45 000€	5%

Sendo a candidatura apresentada por um condomínio, a pontuação resulta da média ponderada da percentagem das frações que o compõem.

Rendimento da pessoa coletiva mediante apresentação da declaração anual do IRC ou equiparado, tratando-se de não residente em território português.

Rendimento da pessoa coletiva	Pontuação
< 45 000€	20%
45 000 – 70 000€	15%
70 000 – 90 000€	10%
>90 000€	5%

Sendo a candidatura apresentada por um condomínio, a pontuação resulta da média ponderada da permutagem das frações que o compõem.

Não sendo entregue a declaração anual de rendimentos (ou documento equiparado, tratando-se de não residente em território português) **a candidatura será excluída.**

SE O MESMO IMÓVEL FOR PROPRIEDADE DE PESSOAS INDIVIDUAIS E COLETIVAS APLICA-SE A TABELA EM FUNÇÃO DO MAIOR NÚMERO DE PROPRIETÁRIOS

3. Valor da Intervenção

Valor da Intervenção	Pontuação
>45 000€	20%
30 000€ - 45 000€	15%
10 000€ - 30 000€	10%
<10 000€	5%

4. Área da Fachada confinante com a via pública

Área da Fachada confinante com a via pública	Pontuação
> 80 m ²	20%
40 m ² a 80m ²	15%
20 m ² a 40 m ²	10%
<20 m ²	5%

5. Valor arquitetónico do imóvel

Valor Arquitetónico do Imóvel	Pontuação
Imóvel de Qualidade ¹	20%
Imóvel de Acompanhamento ²	15%
Imóvel Dissonante ³	10%
Imóvel sem Interesse ⁴	5%

Imóvel de Qualidade¹- Imóvel de manifesta qualidade arquitetónica, não só pelas características dos materiais construtivos e materiais empregues, como também pela sua integração no conjunto edificado envolvente.

Imóvel de Acompanhamento²- Imóvel de conceção pouco erudita, mas que devido ao emprego de técnicas e materiais tradicionais de construção e pela forma como integra no conjunto edificado envolvente, contribui de forma significativa para a harmonia da imagem do núcleo urbano de Alpedrinha.

Imóvel Dissonante³- Imóvel que devido a sucessivas alterações morfo-tipológicas e construtivas, perdeu a sua coerência arquitetónica, não se integrando no conjunto edificado envolvente.

Imóvel sem Interesse⁴- Imóvel sem qualidade arquitetónica, má integração urbana e falta de capacidade de adaptação a qualquer função útil, podendo inclusive ser demolido.

6. Área de construção

Área da Construção	Pontuação
>160 m2	20%
120 m2 a 160 m2	15%
60 m2 a 120 m2	10%
<60 m2	5%

A Câmara disponibiliza a verba no início do ano em curso para atribuir às candidaturas apresentadas, até ao final do primeiro semestre. Serão selecionados um número de imóveis por ano de acordo com os critérios/ponderação estabelecidos e que serão ordenados por ordem decrescente de pontuação.

O FRA (**Fundo de Regeneração de Alpedrinha**) será atribuído num montante máximo de 10.000,00€ por casa, nunca superando 50% do valor global da intervenção.

Em caso de agregados familiares beneficiários do cartão social municipal, o apoio poderá ser superior a 50%, não superando nunca os 10.000,00€ por imóvel.

4.7.3.2. Critérios de reabilitação urbana

São abrangidas pelo presente regime de incentivos de natureza fiscal e financeira **as ações de reabilitação** que tenham por objeto prédios urbanos localizados dentro do perímetro definido como ARU, e regulamentados de acordo com o Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo, atentos às normas legais dispostas nos regulamentos municipais como seja O RMUE Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Fundão e planos de ordenamento municipais vigentes.

As **ações de reabilitação** sujeitas ou isentas de licenciamento, nos termos do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor), devem cumprir, pelo menos, um dos seguintes critérios de Reabilitação Urbana:

- Conservação/reparação das caixilharias, com a substituição de elementos degradados e/ou reposição dos elementos originais;
- Conservação/reparação das coberturas, incluindo a estrutura, com a substituição de elementos degradados e/ou reposição dos elementos originais;
- Conservação/reparação das alvenarias, com a substituição de elementos degradados e/ou reposição dos elementos originais e respetiva pintura caso o imóvel o exija.

4.8. Incentivos de natureza fiscal

Os incentivos fiscais são aplicáveis aos imóveis objeto de ações de reabilitação iniciadas após 1 de Janeiro de 2008 e que se encontrem concluídas até 31 de Dezembro de 2020.

- **Procedimento/metodologia**

- A submissão da candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU é feita no Balcão Único com o preenchimento de um impresso específico (**Anexo II**) no qual é mencionado o registo de entrada do processo para efeitos de controlo das operações urbanísticas, ou comunicação de obras isentas nos termos do RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, publicado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação em vigor).
- Se os critérios de Reabilitação Urbana previamente definidos forem cumpridos na execução da obra, a entidade gestora remete para o serviço local das finanças uma declaração de como o imóvel integra o perímetro definido como ARU, para respetiva atribuição dos benefícios fiscais.



Irá ser elaborado um relatório técnico, pelos serviços técnicos da Câmara Municipal do Fundão com competências delegadas para o efeito (Divisão de Ordenamento, Planeamento e Qualidade de Vida, e a Área de Fiscalização), que irá identificar o cumprimento da execução da obra de acordo com os critérios de Reabilitação Urbana e nos termos do RJUE.

- **IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis:**

1. **Isenção parcial da taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis**

O município do Fundão delibera a aplicação da isenção parcial da taxa do IMI aos prédios urbanos sujeitos a intervenções (não sendo estas reduções acumuláveis com outras), mediante os seguintes critérios de reabilitação urbana:

- Quando cumprem um dos critérios - 25% no ano seguinte;
- Quando cumprem dois critérios em simultâneo - 25% durante 5 anos;
- Obras de intervenção global, cumprindo todos os critérios - 50% durante 5 anos.



- **Regulamentos Municipais**
- **Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação** (publicado pelo Edital n.º 502/2013, no Diário da República, 2ª Série, N.º 96 — 20 de maio de 2013)

Redução de 50% das taxas previstas no Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão, no caso de **ações de reabilitação** inseridas em área de reabilitação urbana, tal como definidas do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, na redação em vigor, (Artigo 19º n.º 3 do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Concelho do Fundão).

- **Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo** (publicado na 2ª Série do Diário da República, n.º 27, Edital n.º 145/2013 de 7 de Fevereiro):

Isenção pelo prazo de 2 anos da taxa por ocupação de via pública desde que seja respeitado o "Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo" e o "Regulamento Municipal de Ocupação da Via Pública, do Mobiliário Urbano, do Trânsito e da Publicidade" na sua redação atual.

4.9. Incentivos de natureza financeira

- **Criação de um piquete municipal**

SOS Património - Oficina Móvel

Criação de um piquete para obras de conservação/manutenção em todos os edifícios que sejam objeto de intervenção parcial e que cumpram os critérios da ORU, disponibilizando para esse fim a mão-de-obra necessária.



5. Condições de aplicação dos instrumentos de execução de reabilitação urbana

Aos apoios e incentivos previstos anteriormente, podem concorrer todos os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos de prédios ou frações incluídos no perímetro definido, tendo em consideração as metodologias e critérios descritos no capítulo anterior.

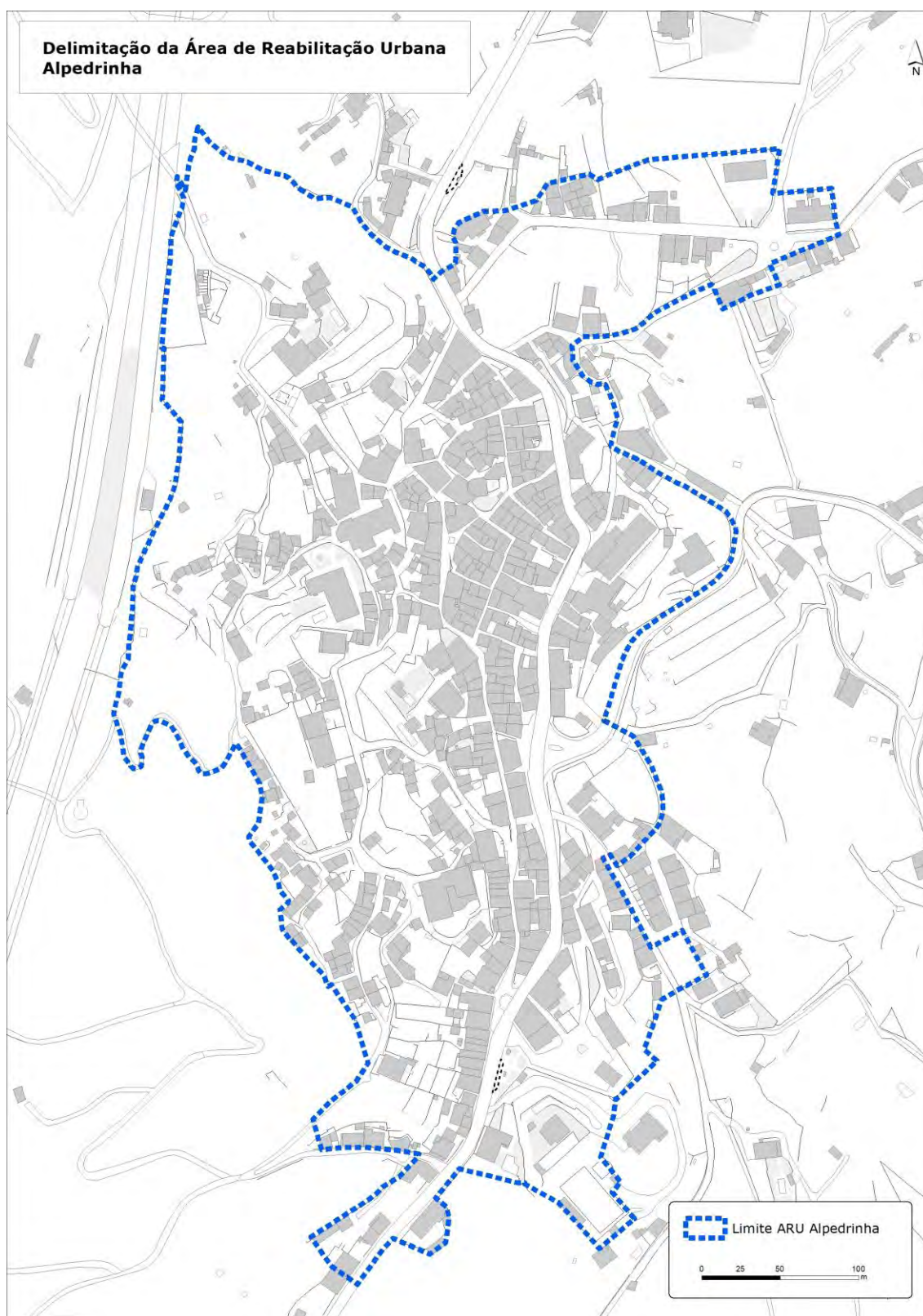
É de salientar que a divulgação das condições de aplicação destes instrumentos será feita com base na seguinte estratégia de sensibilização e informação definida para a ORU:

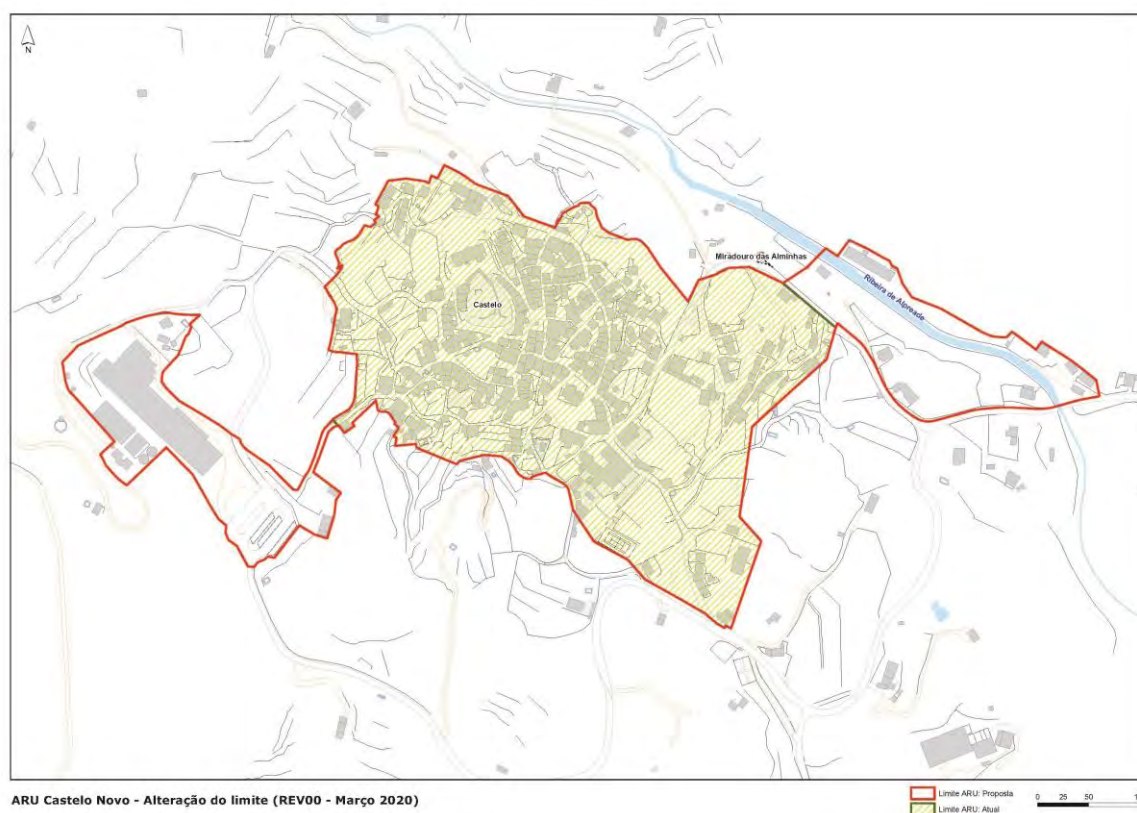
- Apresentação pública do programa;
- Elaboração de folhetos e desdobráveis e disponibilização on-line da informação (sitio da câmara), com base nos seguintes elementos:
 - a. Mapa com perímetro da ARU;
 - b. Enunciar os critérios definidos no capítulo anterior;
 - c. Indicar respetivos incentivos e benefícios fiscais;
 - d. Referenciar o Regulamento Municipal da Vila de Alpedrinha e Aldeia Histórica de Castelo Novo, como documento regulador de intervenções dentro do perímetro deste Regulamento.

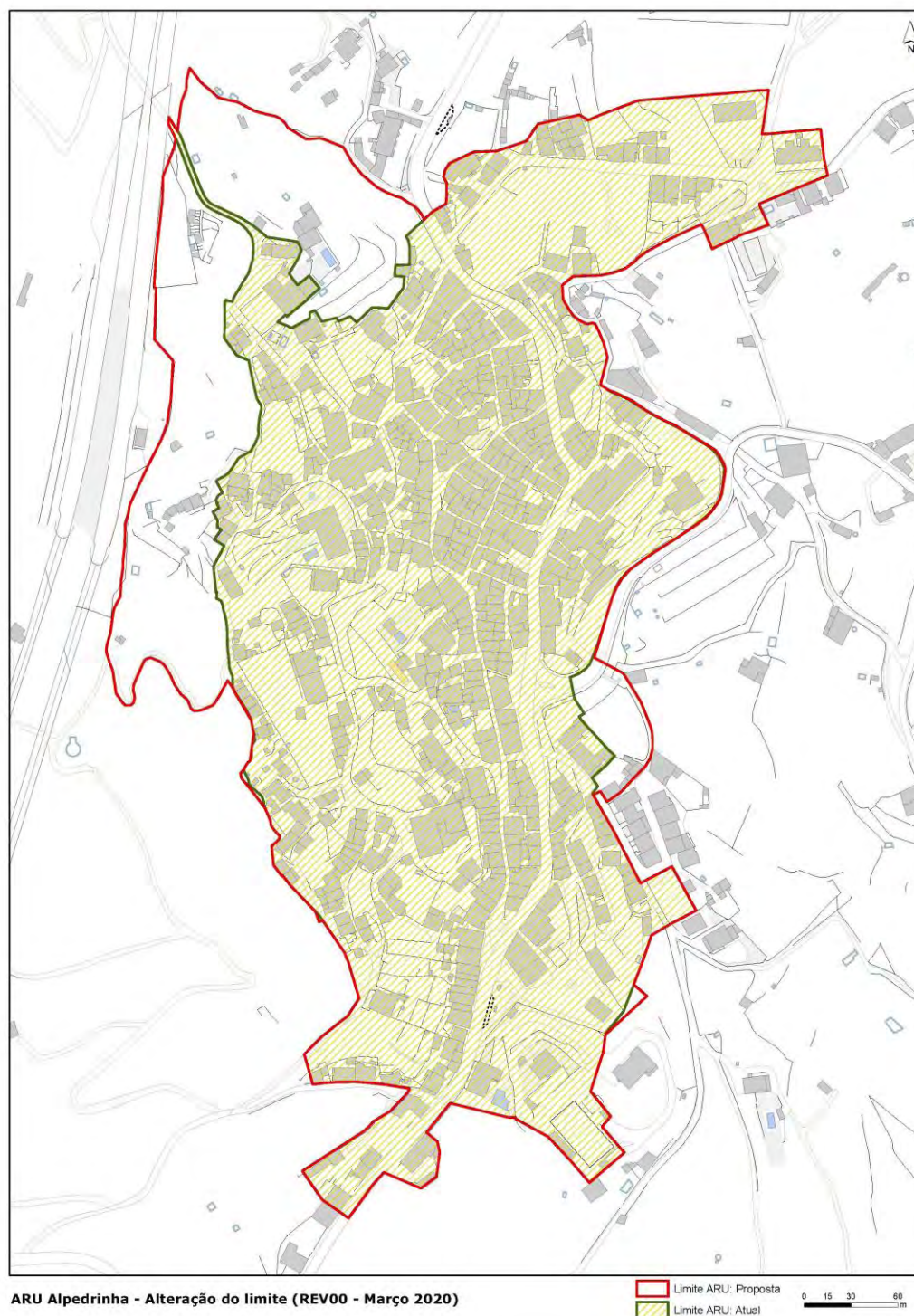


Anexos

5.1. Anexo I - Planta da área de reabilitação urbana

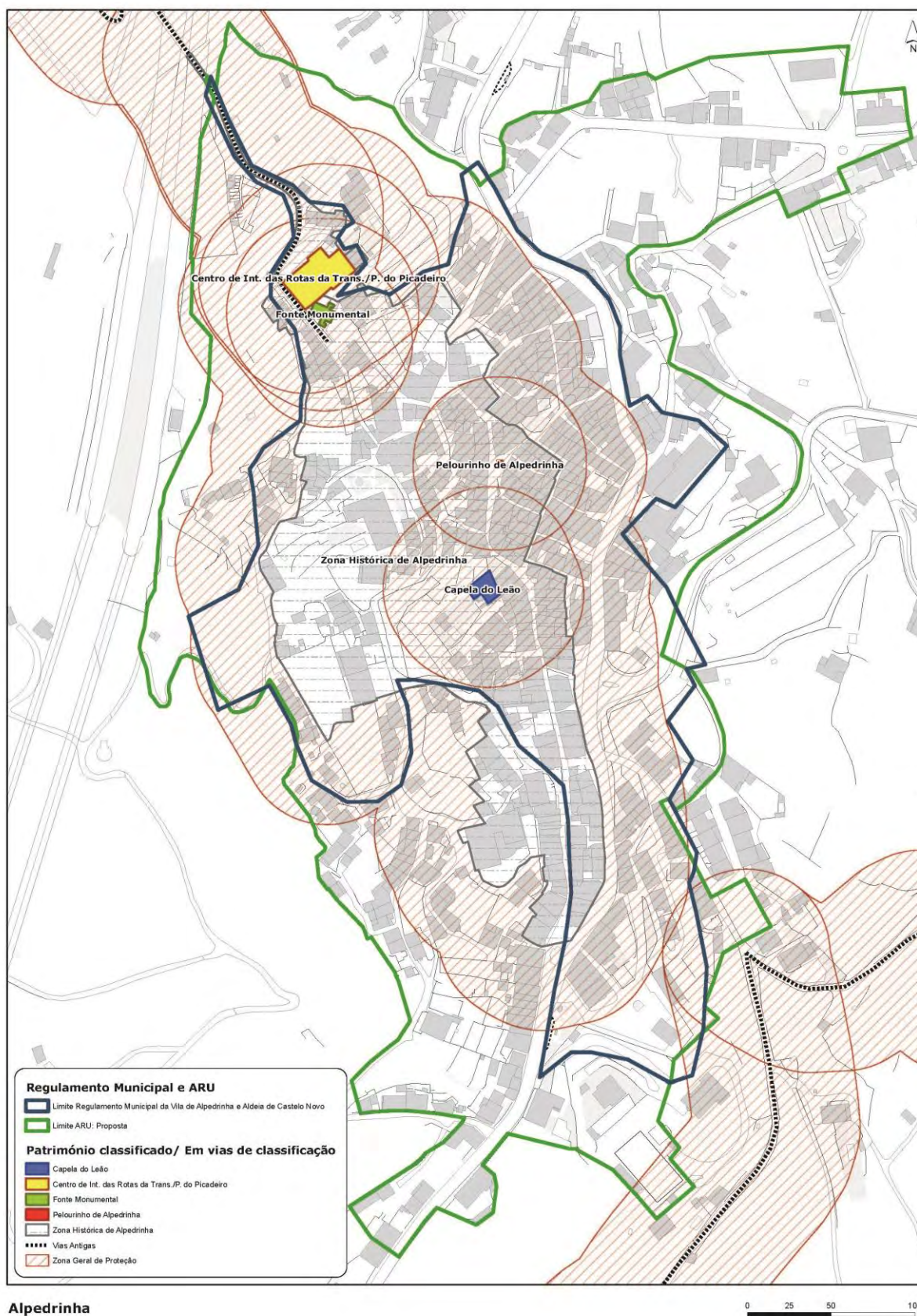








Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha





5.2. Anexo II – Formulário de Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU – Incentivos Fiscais

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506 215 695
Praça do Município
6230-338 Fundão
geral@cm-fundao.pt



CANDIDATURA AOS APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NO ÂMBITO DA ARU⁽¹⁾ DA VILA DE ALPEDRINHA INCENTIVOS FISCAIS

REQUERENTE			
NOME			
MORADA			
FREGUESIA		CÓDIGO POSTAL	
NIF	NIPC/BI/CC	VÁLIDO ATÉ	
TELEFONE	FAX	TELEMÓVEL	
E-MAIL			
IMÓVEL OBJETO DE INTERVENÇÃO			
MORADA			
FREGUESIA		CÓDIGO POSTAL	
MATRIZ N.º			
INCENTIVOS DE NATUREZA FISCAL PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾			
(Emissão de declaração pela Câmara Municipal do Fundão para os fins abaixo solicitados)			
☐	IRC/IRS (a requerer/comunicar ao serviço local de finanças após conclusão da ORU ⁽³⁾)		
☐	IMI (a requerer/comunicar ao serviço local de finanças após conclusão da ORU ⁽³⁾)		
☐	IMT (a requerer/comunicar ao serviço local de finanças após conclusão da ORU ⁽³⁾)		
☐	IVA nas empreitadas à taxa reduzida de 6%		
DOCUMENTOS A ENTREGAR ABAIXO ASSINALADOS			
☐	Fotocópia do Cartão do Cidadão/B.I		
☐	Fotocópia do Número de Identificação Fiscal (NIF) ou Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)		
☐	Fotocópia autenticada da Ata de deliberação da Assembleia de Condóminos que tenha determinado a realização de obras a desenvolver (caso seja propriedade horizontal)		
☐	Caderneta Predial e Certidão da Conservatória do Registo Predial		
☐	Certidão do Registo Comercial (no caso de ser pessoa coletiva) ou documento equivalente		
☐	Fotocópia dos últimos dois recibos de renda (no caso de ser arrendatário)		
☐	Autorização do proprietário/senhorio para a execução das obras (no caso de ser arrendatário)		
☐	Descriminação dos trabalhos a efetuar e sua duração.		
☐	Outros		
OBJETO DO REQUERIMENTO			
Requer-se a atribuição de apoios e incentivos para a realização de obras no imóvel acima identificado, de acordo com o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto. Para esse efeito solicita-se aos vossos serviços que seja efetuada a avaliação da conservação do edifício supra identificado.			

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU⁽²⁾

Formulário 2 – ARU – Incentivos Fiscais

- (1) Área de Reabilitação Urbana
(2) Fundo Regeneração de Alpedrinha
(3) Operação de Reabilitação Urbana
(4) Plano Estratégico



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506 215 695
Praça do Município
6230-338 Fundão
geral@cm-fundao.pt



PEDE DEFERIMENTO

Fundão, de de

DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS DO PEDIDO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

ANEXO (PDF) " Regulamento – Incentivos Fiscais / Incentivos Financeiros" – extrato do P.E.⁽⁴⁾ da ARU⁽¹⁾

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- ☐ Processo de Licenciamento com o nº
☐ Requerer candidatura ao FRA ⁽²⁾

TAXAS - "Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais"

- ☐ Taxa prevista em Tabela de Taxas e Licenças
☐ Pedido de Isenção (fundamentar nos termos do Regulamento)

OBSERVAÇÕES

- 1 - Se o requerente for uma pessoa colectiva, deve apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor(es) do pedido possui / possuem poder(es) para o(s) representar.
2 - A emissão dos documentos requeridos só será efetuada após a conclusão da ORU⁽³⁾
3 - Deve assinalar na planta em anexo a localização do edifício.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Comprometeu-se a entregar os documentos dos seguintes pontos:

Conferi a identificação do requerente, através de O Funcionário
O gestor do procedimento email
Guia n.º Valor de Data / / O Funcionário



5.3. Anexo III – Formulário de Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU – Incentivo Financeiro – Outros Incentivos

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506 215 695
Praça do Município
6230-338 Fundão
geral@cm-fundao.pt



CANDIDATURA AOS APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NO ÂMBITO DA ARU⁽¹⁾ DA VILA DE ALPEDRINHA INCENTIVO FINANCEIRO – Outros Incentivos

REQUERENTE					
NOME					
MORADA					
FREGUESIA				CÓDIGO POSTAL	
NIF		NIPC/BI/CC		VÁLIDO ATÉ	
TELEFONE		FAX		TELEMÓVEL	
E-MAIL					
IMÓVEL OBJETO DE INTERVENÇÃO					
MORADA					
FREGUESIA				CÓDIGO POSTAL	
MATRIZ N.º					
OUTROS INCENTIVOS DE NATUREZA FINANCEIRA PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾ (Emissão de declaração pela Câmara Municipal do Fundão para os fins abaixo solicitados)					
☐	Contratos/Protocolos com entidades bancárias				
☐	Comparticipações (ex: Porta 65 – Arrendamento Jovem)				
☐	Programas Comunitários de apoio ao investimento (ex: JESSICA)				
☐	SOS Património – Oficina Móvel (Pequenas reparações no imóvel ou Contacto telefónico 800 207 887)				
☐	Outros				
OBJETO DO REQUERIMENTO					
Requer-se a emissão de declaração pela Câmara Municipal do Fundão para os fins acima solicitados, referente ao imóvel acima identificado, de acordo com o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei nº 32/2012 de 14 de Agosto.					
PEDE DEFERIMENTO					
Fundão, de de _____					

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

Formulário 3 – ARU – Outros incentivos Financeiros

- (1) Área de Reabilitação Urbana
- (2) Fundo Regeneração de Alpedrinha
- (3) Operação de Reabilitação Urbana
- (4) Plano Estratégico



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506 215 695
Praça do Município
6230-338 Fundão
geral@cm-fundao.pt



DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS DO PEDIDO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

ANEXO (PDF) " Regulamento – Incentivos Fiscais / Incentivos Financeiros" – extrato do P.E.⁽⁴⁾ da ARU⁽³⁾

OBSERVAÇÕES

- 1 - Se o requerente for uma pessoa coletiva, deve apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor(es) do pedido possui / possuem poder(es) para o(s) representar.
- 2 - Deve assinalar na planta em anexo a localização do edifício.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Comprometeu-se a entregar os documentos dos seguintes pontos:

Conferi a identificação do requerente, através de

O Funcionário

O gestor do procedimento

email

Guia n.º

Valor de

Data

/

/

O Funcionário



5.4. Anexo IV – Formulário de Candidatura aos apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU – Incentivo Financeiro Municipal - Fundo de Regeneração de Alpedrinha

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte n.º 506 215 695
Praça do Município
6230-338 Fundão
geral@cm-fundao.pt



CANDIDATURA AOS APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NO ÂMBITO DA ARU⁽¹⁾ DA VILA DE ALPEDRINHA INCENTIVO FINANCEIRO MUNICIPAL Candidatura ao Fundo Regeneração de Alpedrinha

Processo N.º

REQUERENTE				
NOME				
MORADA				
FREGUESIA				CÓDIGO POSTAL
NIF		NIPC/BI/CC		VÁLIDO ATÉ
TELEFONE		FAX		TELEMÓVEL
E-MAIL				

IMÓVEL OBJETO DE INTERVENÇÃO	
MORADA	
FREGUESIA	CÓDIGO POSTAL
MATRIZ N.º	

DOCUMENTOS A ENTREGAR ABAIXO ASSINALADOS	
☐	Fotocópia do Cartão do Cidadão/B.I
☐	Fotocópia do Número de Identificação Fiscal (NIF) ou Número de Identificação de Pessoa Coletiva (NIPC)
☐	Fotocópia autenticada da Ata de deliberação da Assembleia de Condóminos que tenha determinado a realização de obras a desenvolver (caso seja propriedade horizontal)
☐	Caderneta Predial e Certidão da Conservatória do Registo Predial
☐	Certidão do Registo Comercial (no caso de ser pessoa coletiva) ou documento equivalente
☐	Fotocópia dos últimos dois recibos de renda (no caso de ser arrendatário)
☐	Declaração de IRS do último ano
☐	Autorização do proprietário/senhorio para a execução das obras (no caso de ser arrendatário)
☐	Descriminação dos trabalhos a efetuar e sua duração.
☐	Outros

OBJETO DO REQUERIMENTO
Vem candidatar o imóvel acima identificado ao Fundo Regeneração de Alpedrinha de acordo com o Programa Estratégico de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto.

PEDE DEFERIMENTO
Fundão, de de _____

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU⁽¹⁾

- (1) Área de Reabilitação Urbana
- (2) Fundo Regeneração de Alpedrinha
- (3) Operação de Reabilitação Urbana
- (4) Plano Estratégico

Formulário 1 – ARU – Candidatura ao FRA
Fundo Regeneração de Alpedrinha



MUNICÍPIO DO FUNDÃO

Contribuinte nº 506.215.695
Praça do Município
6230-338 Fundão
geral@cm-fundao.pt



DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS DO PEDIDO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

ANEXO (PDF) " Regulamento – Incentivos Fiscais / Incentivos Financeiros" - extrato do P.E. ⁽⁴⁾ da ARU ⁽¹⁾

OBSERVAÇÕES

- 1 - Se o requerente for uma pessoa coletiva, deve apresentar documento comprovativo de que o(s) subscritor(es) do pedido possui / possuem poder(es) para o(s) representar;
- 2 - Deve assinalar na planta em anexo a localização do edifício.

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS

Comprometeu-se a entregar os documentos dos seguintes pontos:

Conferi a identificação do requerente, através de

O Funcionário

O gestor do procedimento

email

Guia n.º

Valor de

Data

/

/

O Funcionário

REQUERIMENTO PARA APOIOS E INCENTIVOS PREVISTOS NA ARU ⁽¹⁾

- (1) Área de Reabilitação Urbana
- (2) Fundo Regeneração de Alpedrinha
- (3) Operação de Reabilitação Urbana
- (4) Plano Estratégico

Formulário 1 – ARU – Candidatura ao FRA
Fundo Regeneração de Alpedrinha

Nota - OS anexos II, III e IV serão disponibilizados no B.U.M. (Balcão Único Municipal) e online após implementação da Área de Reabilitação Urbana.

5.5. Anexo V – Declaração de compromisso de início de obras e compromisso do prazo de execução



MUNICÍPIO DO FUNDÃO
DIVISÃO DE ORDENAMENTO, PLANEAMENTO E QUALIDADE DE VIDA
Pessoa coletiva n.º 506 215 695

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE INÍCIO DE OBRAS E
COMPROMISSO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

....., proprietário(s) do edifício/fração do edifício sitoAlpedrinha, que integrou a candidatura à ARU (Área Reabilitação Urbana)/FRA (Fundo Regeneração de Alpedrinha), comprometo-me a iniciar as obras no prazo máximo de 90 dias e executar os trabalhos propostos (de acordo com orçamento apresentado) no valor de€ (.....euros), até final do ano em curso.
Tomo conhecimento de que a verba atribuída.....€ (.....euros), será disponibilizada no final da conclusão da obra, mediante relatório técnico dos serviços competentes da Câmara Municipal do Fundão.

Data: _____

(.....)



5.6. Anexo VI – Relatório Técnico Inicial

RELATÓRIO TÉCNICO INICIAL		
Candidatura ao FRA e apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU		
Zona:	Imóvel nº	
Localização:		
Análise e terapêutica proposta:		
Relatório:		
Lavantamento de Patologias:		
Data	O técnico	A Coordenadora de Projeto



5.7. Anexo VII – Relatório Técnico Final

RELATÓRIO TÉCNICO FINAL Candidatura ao FRA e apoios e incentivos previstos no âmbito da ARU		
Localização:		Zona:
Análise e terapêutica proposta:		
Relatório:		
Levantamento Fotográfico pós "O.R.U."		
Data	O técnico responsável	A Coordenadora de Projeto
_____	_____	_____

5.8. Anexo VIII – Ficha para identificação do valor arquitetónico do imóvel

Ficha Técnica de Identificação do Valor Arquitetónico		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">ID Ficha</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">1</td> </tr> </table>	ID Ficha	1							
ID Ficha											
1											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Localização</td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"></td> </tr> </table>			Localização								
Localização											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Identificação do proprietário</td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"></td> </tr> </table>			Identificação do proprietário								
Identificação do proprietário											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Planta</td> </tr> <tr> <td style="height: 200px;"></td> </tr> </table>	Planta		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Fotografia</td> </tr> <tr> <td style="height: 200px;"></td> </tr> </table>		Fotografia						
Planta											
Fotografia											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Estilo Arquitetónico</td> </tr> <tr> <td> ☐ Tradicional ☐ Pós Anos 50 ☐ Estado Novo ☐ Tradicional Adulterada ☐ Outros </td> </tr> </table>		Estilo Arquitetónico	☐ Tradicional ☐ Pós Anos 50 ☐ Estado Novo ☐ Tradicional Adulterada ☐ Outros	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Descrição histórico arquitetónica</td> </tr> <tr> <td style="height: 40px;"></td> </tr> </table>	Descrição histórico arquitetónica						
Estilo Arquitetónico											
☐ Tradicional ☐ Pós Anos 50 ☐ Estado Novo ☐ Tradicional Adulterada ☐ Outros											
Descrição histórico arquitetónica											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Pisos</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">0</td> </tr> </table>	Pisos	0	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Fogos</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center;">0</td> </tr> </table>	Fogos	0	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Tipologia</td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"></td> </tr> </table>	Tipologia		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Características morfotipológicas</td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"></td> </tr> </table>	Características morfotipológicas	
Pisos											
0											
Fogos											
0											
Tipologia											
Características morfotipológicas											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Estado de conservação</td> </tr> <tr> <td> ☐ Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐ Ruína ☐ Em Obras </td> </tr> </table>	Estado de conservação	☐ Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐ Ruína ☐ Em Obras	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Perigos potenciais</td> </tr> <tr> <td> ☐ Destruição ☐ Abandono ☐ Adulteração ☐ Não Aplicável </td> </tr> </table>	Perigos potenciais	☐ Destruição ☐ Abandono ☐ Adulteração ☐ Não Aplicável	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Valor arquitetónico</td> </tr> <tr> <td> ☐ Monumento nacional ☐ Imóvel de interesse público ☐ Imóvel de interesse municipal ☐ Imóvel de qualidade ☐ Imóvel de acompanhamento ☐ Imóvel dissonante ☐ Imóvel sem interesse </td> </tr> </table>	Valor arquitetónico	☐ Monumento nacional ☐ Imóvel de interesse público ☐ Imóvel de interesse municipal ☐ Imóvel de qualidade ☐ Imóvel de acompanhamento ☐ Imóvel dissonante ☐ Imóvel sem interesse			
Estado de conservação											
☐ Bom ☐ Razoável ☐ Mau ☐ Ruína ☐ Em Obras											
Perigos potenciais											
☐ Destruição ☐ Abandono ☐ Adulteração ☐ Não Aplicável											
Valor arquitetónico											
☐ Monumento nacional ☐ Imóvel de interesse público ☐ Imóvel de interesse municipal ☐ Imóvel de qualidade ☐ Imóvel de acompanhamento ☐ Imóvel dissonante ☐ Imóvel sem interesse											
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Uso actual</td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"></td> </tr> </table>	Uso actual		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="background-color: #cccccc;">Uso proposto</td> </tr> <tr> <td style="height: 20px;"></td> </tr> </table>		Uso proposto						
Uso actual											
Uso proposto											



Operação de Reabilitação Urbana – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
Área de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha

Acabamentos	Materiais	Cores	Pormenores notáveis
Cobertura			
Caleiras			
Beirados			
Paredes			
Socos			
Cunhais Pilastras			
Cimalhas			
Molduras			
Peitoris			
Soleiras			
Oclusão solar			
Janelas			
Portas			
Montras			
Portões			
Varandas			

Tipo de estrutura		Infraestruturas	Elementos dissonantes
☐ Alvenaria de pedra aparelhada ☐ Alvenaria de pedra irregular ☐ Porticado de betão ☐ Madeira/tabique ☐ Ferro ☐ Tijolo		☐ Água ☐ Electricidade ☐ Esgotos ☐ Rede águas pluviais ☐ Rede de Gás ☐ Rede de tv cabo	

Alterações		Grau de protecção
Exteriores ☐ Isento ☐ Ligeiras ☐ Profundas	Interiores ☐ Isento ☐ Ligeiras ☐ Profundas	☐ Grau de protecção I ☐ Grau de protecção II ☐ Grau de protecção III

Prioridade de intervenção	Observações
☐ Urgente ☐ Médio prazo ☐ Longo Prazo	

Análise e Atribuição do Valor Arquitectónico

Data do inquérito	Data da última alteração



5.9. Anexo IX – Ficha de cálculo para atribuição do Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA)


MUNICÍPIO DO FUNDÃO
PESSOA COLECTIVA N.º 506 215 895

Ficha de Cálculo para atribuição do Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA)
(anexo 1)

1º	Rendimento		0	30%	0,00
2º	Valor Intervenção		0	25%	0,00
3º	Impacto	m²	0	20%	0,00
4º	Valor Arquitectónico		0	15%	0,00
5º	Área de Construção	m²	0	10%	0,00
Total				100%	0,00 pontos



5.10. Anexo X – Ficha de cálculo para atribuição do Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA) – Casas a arrendar



MUNICÍPIO DO FUNDÃO
PESSOA COLECTIVA N.º 506 215 696

Ficha de Cálculo para atribuição do Fundo Regeneração de Alpedrinha (FRA)
(anexo 2)

1 Casas para arrendar		0	50%	0,00
2 Rendimento		0	15%	0,00
3 Valor Intervenção		0	10%	0,00
4 Impacto	m ²	0	10%	0,00
5 Valor Arquitectónico		0	10%	0,00
6 Área de Construção	m ²	0	5%	0,00
Total			100%	0,00 pontos



6. Bibliografia / Documentação de Suporte

SERRA, José Manuel; Centro Nacional de Cultura; data de atualização: 12.08.2014

SILVA, Joaquim Candeias da; "Concelho do Fundão – História e Arte"; Vol I – Ao Sul da Gardunha (O antigo concelho de Alpreada / Castelo Novo); ed. Câmara Municipal do Fundão; 2002.

CUNHA, José Germano da; "Apontamentos para a história do concelho do Fundão"; Edição comemorativa do centenário da publicação deste livro / Homenagem a José Germano da Cunha – Jornal do Fundão; 1992.

LAMAS, José e DUARTE, Carlos; "D.G.P.U. – Plano Geral de Urbanização da Área Territorial da Cova da Beira – Concelho do Fundão – Estudo do Património Urbanístico, Arquitectónico e Arqueológico; 1985

MOTA, António José Salvado; Monografia d'Alpedrinha; Edição Fac-Similada da Câmara Municipal do Fundão; 2004

CIM-BSE – Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela; Plano Estratégico de Desenvolvimento Intermunicipal – Beiras e Serra da Estrela 2020; Setembro de 2014.

Plano de Pormenor e Salvaguarda da Vila de Alpedrinha - desenvolvido em 2004 pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

FÉRTIL, Terra – Revista Técnico-Científica da Escola Superior Agrária de Viseu/Instituto Politécnico de Viseu; Actas do Colóquio: Montemuro: A Última Rota da Transumância"; Ano 5, nº 6, Viseu, Junho de 2000.

MARTINHO, Alberto Trindade; O Queijo da Serra da Estrela (Subsídios para a demarcação da região); Comissão de Coordenação da Região Centro; Coimbra, 1980.

MENDONÇA, Manuela; "D. Jorge da Costa – Cardeal de Alpedrinha"; Ed. Colibri, 1991

MOTTA, António José Salvado; "Alpetrinienses Ilustres"; 1929; tipografia particular e curiosa do autor; Alpedrinha

PAIVA, José Pedro; Portugalie monumenta misericordiarum – Vol 1; Centro de Estudos de História Religiosa – União das Misericórdias Portuguesas; 2002;

RIBEIRO, Orlando; Contribuição para o estudo do pastoreio na Serra da Estrela; Revista da Faculdade de Letras, Tomo VII, nºs 1 e 2, 1940-41;



Jornal do Fundão (Ed. 19.08.2010)

Jornal Urbi et Orbi

Diário da República, 2ª série – Nº 94 – 16 de maio de 2014 (12854-12858)

Diário da República, 2ª série – Nº 199 – 15 de outubro de 2014 (26218-26219)

Disponível em:

CCDR, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Roteiros dos Museus e Espaços Museológicos da Região Centro, <http://roteiromuseus.ccdrc.pt> (data da consulta: 09/02/2015).

Câmara Municipal do Fundão, <http://www.cm-fundao.pt> (data da consulta: 10/02/2015).

Junta de Freguesia de Alpedrinha, <http://jfalpedrinha.no.sapo.pt> (data da consulta: 10/02/2015).

DGPC, Direção-Geral do Património Cultural, <http://www.patrimoniocultural.pt> (data da consulta: 24/02/2015).

Teatro Clube de Alpedrinha, <http://teatroclubedealpedrinha.blogspot.pt> (data da consulta: 24/02/2015).

Liga dos Amigos de Alpedrinha, <http://ligaamigosalpedrinha.no.sapo.pt> (data da consulta: 24/02/2015).

Externato Capitão Santiago de Carvalho, <http://www.ext-cap-santiagodecarvalho.com> (data da consulta: 24/02/2015).

Grande Rota da Transumância, www.transumancia.com (data da consulta: 24/02/2015).